

# Caderno de debates 3

Cidades, indústrias e os  
impactos do desenvolvimento  
brasileiro

Organização:

Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva  
e Livia Duarte



BELA VISTA  
R\$120.000, Kit-luva reform  
armis. c/ lazer, pisc cobert  
Shop, frel Ganeca, sem vaga  
financ. F: (11) 7405-4002.

Crime ou peca-privados desse direito à liberdade de expressao  
cas ja estara incorporado a cultura

humanos - suje

©

11



# Caderno de debates 3

## Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro

Organização:

Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva  
e Lívia Duarte

Rio de Janeiro, setembro de 2014

Realização



Apoio



Caderno de Debates 3  
Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimentos brasileiro

FASE - Solidariedade e Educação  
Rio de Janeiro/RJ - 2015  
1ª edição

ISBN 978-85-86471-81-0

Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva e Lúvia Duarte  
Revisão: Ana Redig  
Ilustração de capa: Bel Falleiros  
Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos  
Impressão: Stamppa Gráfica  
Tiragem: 1.000 exemplares

# Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro

## Sumário

**05.** Apresentação

Marilene de Paula

**09.** "Desenvolvimentismo" brasileiro: um obstáculo ao pluralismo

Aercio de Oliveira

**29.** Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape na Região

Metropolitana de Recife

Heitor Scalabrini Costa

**49.** Conflitos e impactos na vida de mulheres pescadoras em Pernambuco-

Luiza de Marillac Melo de Souza e Rosimere Peixoto

**59.** Cadeia do petróleo e impacto na Região Metropolitana de Vitória

Cláudio Luiz Zanotelli

- 75.** Direitos territoriais e a expansão da fronteira de exploração mineral sobre a Amazônia  
Guilherme Carvalho e Julianna Malerba
- 97.** Copa, gênero feminino  
Maira Kubik Mano
- 109.** Brasil em obras: aliciamentos, terceirização e degradação humana  
Daniel Santini

# Apresentação

Marilene de Paula<sup>1</sup>

A proposta de refletir sobre o que significa desenvolvimento e quais as suas contradições está presente no *Cadernos de Debate 3: indústria e os impactos do desenvolvimento brasileiro*, lançada pela FASE numa coletânea de textos que nos convida a ver mais de perto as consequências na última década do modelo de desenvolvimento brasileiro. É possível perceber que a ideia de desenvolvimento hoje pouco se relaciona com justiça social, bem estar e autonomia individual e coletiva. O paradigma dos direitos humanos, motor de várias conquistas dos anos 1980/1990 vem se confrontando com o do crescimento econômico a qualquer custo, alicerçado pelo discurso governamental e de atores relevantes do mundo político brasileiro.

O Brasil que se firma no cenário internacional como um dos países emergentes, uma potência dos BRICS, com um mercado interno forte, com políticas sociais que melhoraram as condições de vida de sua população mais pobre e instituições democráticas, não é o mesmo se olharmos a foto com mais detalhe. A intensa exploração dos recursos naturais, seja na mineração, na agricultura ou na indústria do petróleo tem contribuído decisivamente para o aumento da violência no campo, devido ao acirramento das disputas pelos territórios. Os impactos perversos na vida das comunidades e povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, além de ribeirinhos e extrativistas, transformaram os territórios em campos de batalha, onde a correlação de forças é bastante desfavorável para esses grupos. Nas cidades a situação não é diferente. As remoções forçadas de comunidades inteiras para as obras da Copa do Mundo, a devastação ambiental, aliada a remoção da população local para dar espaço à criação ou ampliação de complexos industriais ligados à cadeia

---

<sup>1</sup> Marilene de Paula é coordenadora de programa da Fundação Heinrich Böll Brasil e mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV.

do petróleo ou portos, estão inviabilizando a pesca nessas áreas e fomentando o recrudescimento da violência para as comunidades do entorno.

É esse o desenvolvimento que queremos? Os afetados diretamente por esse modelo são descartáveis, uma perda necessária para o estabelecimento de um país próspero? Não é possível que seja assim. Não é possível deixarmos como legado para as próximas gerações um país que continua ignorando e deixando a margem populações inteiras, acusadas de serem contra o “progresso” e o “desenvolvimento” e que ao final de forma mais aguda arcam com os custos desse modelo. Mas para entendermos de forma mais profunda esse debate proponho a leitura e reflexão desses sete artigos que trazem as questões, agendas e argumentos a serem levados em conta.

O artigo de Aercio de Oliveira contextualiza a noção de desenvolvimento a partir de sua imbricação com a ideia de progresso, que teve seu ápice no século XIX e se mantém de certa forma até hoje. A *marcha* do progresso e do desenvolvimento no Brasil, traçada pelo autor nos coloca a questão se há espaço para a valorização de alternativas ou outras respostas para os problemas enfrentados, sejam eles econômicos ou sociais. Nos marcos do governo do PT enfrentar a pobreza foi uma aposta acertada, mas já se vê seus limites. O respeito e a consulta às populações locais, parte diretamente envolvida nos megaprojetos de desenvolvimento podem mudar positivamente o sentido das iniciativas e colocar em discussão a quem elas servem.

A retomada de projetos cujo objetivo é impulsionar o desenvolvimento econômico em algumas regiões é um exemplo importante para entendermos as implicações do modelo de desenvolvimento brasileiro. Heitor Scalabrini nos relata a construção do porto de Suape, em Pernambuco, um megaempreendimento que congrega mais de 100 empresas e outras 30 estão em fase de definição. São refinarias, indústria de produtos químicos, metal-mecânica, alimentação, termoelétricas, naval, logística, entre outras, em torno de um porto de escoamento da produção. Como afirma o autor o Complexo de Suape é um bom exemplo de uma fórmula imbatível: “o financiamento é público, os lucros são privados e os custos advindos das externalidades negativas vão para o poder público”. As externalidade nesse contexto são a inviabilidade da pesca na região – antes tradicional –, o aumento da violência contra as mulheres, a remoção de parte da população local de áreas que agora abrigam as indústrias sem a indenização adequada etc.

Luiza de Marillac Melo de Souza e Rosimere Peixoto analisam também as transformações territoriais recentes ligadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape, mas a partir da perspectiva das violações de direitos das mulheres. Apesar dos problemas, as mulheres têm participado ativamente da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais, uma iniciativa que procura abrir um canal de diálogo com o governo, pois, segundo o diagnóstico das pescadoras, sua atividade econômica, sustento



dessas famílias, está ameaçada pelo avanço dos megaempreendimento na região. Também são abordadas as dificuldades em serem reconhecidas como profissionais da pesca, devido ao preconceito ligado ao machismo.

A cadeia do petróleo e os impactos socioeconômicos na cidade de Vitória, no Espírito Santo, são investigados no artigo de Claudio Luiz Zanutelli, e nos permite analisar os problemas e riscos das atividades das grandes empresas nacionais e multinacionais na região. Os investimentos em infraestrutura, energia, petróleo e gás têm expandido a mancha urbana e aquecido o mercado especulativo de terras. Para Zanutelli a concentração de terras nas mãos das empresas Aracruz, Fibria e Vale S.A. os coloca como atores importantes no controle do acesso a terra na região, inclusive para o mercado imobiliário em pleno processo especulativo.

Os conflitos pela terra também serão o tema do artigo de Guilherme Carvalho e Julianna Malerba, que nos brindam com uma análise crítica sobre a política de desenvolvimento brasileira. Cada vez mais essas políticas estão ligadas ao mercado de *commodities*, com impactos ambientais e intervenções intensivas nos territórios dos povos tradicionais. A disputa emblemática está se dando no Congresso Nacional, em torno do Projeto de Lei 5.807/2013 que dispõe sobre a atividade de mineração. O Projeto é apontado pela sociedade civil crítica como tendo apenas o objetivo de ampliar o acesso das empresas de mineração e do agronegócio a terras que estavam fora do mercado por serem protegidas pela Constituição como terras dos povos e comunidades tradicionais. Carvalho e Malerba ressaltam o processo de resistência desses atores, atingidos diretamente por um reordenamento político e também normativo que tenta remover os “entraves” para expansão da fronteira econômica.

O processo de preparação para a Copa do Mundo também estará cercado de violações de direitos. Para Maira Kubik Mano, um primeiro aspecto é a exploração da imagem hipersexualizada da mulher brasileira, vendida como produto, que apesar de não ser uma novidade, foi utilizada como propaganda durante os megaeventos. Para a autora os megaeventos agudizaram situações de desrespeito e violações de direito para as mulheres, em especial em duas esferas: para as trabalhadoras informais ou sem regulamentação, com destaque para as profissionais do sexo e também para as mulheres que integram as famílias removidas para as obras da Copa. Os relatos das mulheres são evidenciados, ressaltando que: onde há impacto, também há resistência.

Outro fenômeno apontado por Daniel Santini diz respeito ao número crescente de pessoas resgatadas da escravidão nas cidades brasileiras, superando pela primeira vez os do campo. Nas cidades o trabalho análogo à escravidão tem se concentrado na construção civil e na indústria têxtil. 40% do total de trabalhadores resgatados em 2013 estavam em canteiros de obra. A migração de pessoas de regiões mais pobres do país em busca de melhores condições de

vida e o aliciamento de trabalhadores por parte dos chamados “gatos”, estão se multiplicando, aliado a precarização das condições de trabalho nesses locais. O caso emblemático da construtora MRV, inserida duas vezes na “lista suja” do trabalho escravo, com várias multas e flagrantes de ação ilegal, e principal empresa do programa de habitação do governo federal Minha Casa, Minha Vida, põe em questão a responsabilidade do poder público nesses casos.

Os artigos nos fazem refletir que ainda estamos longe de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todas as pessoas podem usar com liberdade suas capacidades intelectuais, culturais e criativas. Eles também evidenciam que numa sociedade como a brasileira, com desigualdades abissais, os benefícios produzidos pelo conjunto de indivíduos estão sendo usufruídos por uma parcela muito pequena de pessoas. Mas se os desafios são imensos, vemos também a possibilidade de se construir convergências a partir das experiências e diagnósticos.

Por fim, um cumprimento aos autores por terem compartilhado conosco seus conhecimentos e análises e um agradecimento especial a Joana Barros e Aercio de Oliveira, assessora nacional da FASE e coordenador regional da FASE RJ, respectivamente, pela competência e abertura para diálogos sempre profícuos e generosos. Boa leitura a todos e parabéns a FASE por mais essa iniciativa!

# “Desenvolvimentismo” brasileiro: um obstáculo ao pluralismo <sup>1</sup>

Aercio de Oliveira <sup>2</sup>



Trabalhadoras em linha de produção  
Pedro Revillion/Palácio Piratini/Fotos Públicas

*“Oricuri madurou ô é sinal  
Que arapúá já fez mel  
Catigueria fulôro lá no sertão  
Vai cair chuva granel”<sup>1</sup>*

O século XXI não completou duas décadas e já está marcado por impactantes eventos. Recentemente tivemos duas grandes crises econômicas com efeitos globais<sup>3</sup>. Em meio às tensões do mundo financeiro, houve a intensificação do consumo acompanhado da obsolescência das mercadorias; a precificação da vida assumiu dimensões hiperbólicas. Na política, não importa em qual latitude ou longitude do mapa, encontraremos pessoas, especialmente os mais jovens, indignados e céticos com o poder dos financistas e a rendição da política às injunções econômicas. O fundamentalismo religioso, o conservadorismo e a xenofobia ganharam terreno; as questões socioambientais parecem ter adquirido relevância para a sociedade civil e governos. Estes, entretanto, seguem inertes com muita retórica e pouca ação – não se vê medidas consistentes capazes de reverter as condições atuais que nos levam aceleradamente a um mundo desolador.

Já o Brasil, de 2003 até junho de 2013, não fosse o consumo acompanhado da obsolescência, parecia estar desconectado desse inóspito ambiente global. Os governos Lula e Dilma, ao assumirem um conjunto de ações com viés

- 
- 1 Versos da música de João do Vale, Oricuri (O segredo do Sertanejo). Para ouvi-la e perceber o quanto ela contribui para o sentido deste texto acesse <https://www.youtube.com/watch?v=4m6wBjcOEYI>
  - 2 Aercio de Oliveira é coordenador da equipe da Fase-Rio e membro do grupo de pesquisa de Estudos Sociais e Conceituais de Ciência, Tecnologia e Sociedade (<http://estudosdects.org/>).
  - 3 Refere-se à crise da dívida imobiliária, em 2008, nos EUA, e a crise das dívidas soberanas dos países da União Europeia entre 2009 e 2010.

desenvolvimentista, irradiavam a percepção de que passaríamos intatos às crises econômicas e políticas. O Brasil seguia como um transatlântico navegando com vento de popa: ampliação do consumo de bens duráveis, redução do desemprego, descoberta das reservas do pré-sal, país-sede de grandes eventos esportivos, ampliação das exportações de commodities, obras de infraestrutura em todas as regiões e outras tantas iniciativas socialmente impactantes mas que não alteram a estrutura patrimonial do país; bem como a redução da pobreza, com a transferência de renda por meio de programas sociais, mas sem as reformas agrária, tributária e política. No entanto, após as manifestações de junho de 2013, o que parecia um sussurro daqueles acusados pelos governos Lula e Dilma de “esquerdistas” e de inconsequentes, “obstáculos ao desenvolvimento”, virou um sonoro grito de descontentamento. Aquelas críticas tímidas ou invisíveis, vindas dos setores democráticos que querem um mundo diferente, passaram a adquirir ressonância. Milhares de pessoas, mesmo com uma agenda difusa e imprecisa, estiveram nas ruas indicando que as coisas precisam mudar.

Mesmo ao reconhecer o quanto é importante reduzir a pobreza, possibilitar o acesso a determinados bens que transformam a vida – que muitas vezes se resumia à luta cotidiana pela subsistência, diversos setores do campo democrático e progressista identificaram que a agenda desenvolvimentista, ao contrário do que a propaganda oficial anuncia, se efetivava perniciosamente, violando direitos elementares. Com isso, os governos Lula & Dilma parecem desprezar a oportunidade de divisar os meios para a formação de uma sociedade justa, democrática e ambientalmente sustentável, em diálogo com setores da sociedade capazes de apresentar uma agenda alternativa a qual o governo se compromete – em que predomina os interesses do agronegócio, das grandes corporações da construção civil, da indústria automobilística e do petróleo. As ideias e práticas que não se ajustam à lógica produtivista e predadoras do novo desenvolvimentismo são ignoradas ou, quando muito, transformam-se em experimentações por meio de programas governamentais com limitada escala e impacto social. Em nome de um suposto desenvolvimento, parece que o Brasil perde a oportunidade de estruturar uma sociedade sem se orientar obtusamente pelo modelo de “prosperidade” dos Estados Unidos e da Europa, sociedades que manifestam esgotamento social, político e econômico.

Frente a esta conjuntura, o presente texto tenciona refletir criticamente sobre aspectos do atual modelo de desenvolvimento e colocar questões referenciadas na valorização da diversidade de ideias e formas de se produzir conhecimento, nos diferentes modos de vida e nas iniciativas que visam uma sociedade inclusiva, apta a se organizar com o aproveitamento de toda a nossa riqueza material e cognitiva. O texto, atravessado por questões problematizadoras, dividiu-se em três partes: na primeira, há uma resumida descrição das ideias de progresso e desenvolvimento; na segunda, um resumo

e contextualização da marcha do progresso e do desenvolvimento em nosso país; na terceira, a conclusão, com fatos empíricos que ressaltam os equívocos do atual modelo de desenvolvimento. Por fim, espero que, mesmo com imprecisões e lacunas, o texto seja uma modesta contribuição útil ao debate, oportunamente em um ano eleitoral cujo ceticismo e a desconfiança na política saltam aos olhos.

★

Progresso e desenvolvimento são substantivos correlatos usados para descrever e dar sentido a determinada condição material, moral e cognitiva de grupos sociais ou do conjunto de sociedades. A ideia de progresso tem suas origens na cultura greco-latina, bem antes da Revolução Puritana ou do Iluminismo, marcos históricos habitualmente mencionados por estudiosos do tema como berços dessa poderosa ideia (Nisbet, 1985). Mesmo que em muitas situações a ideia de desenvolvimento seja usada como sinônimo de progresso, ela só adquiriu relevância e densidade conceitual ao final da primeira metade do século XX, quando uma crise financeira mundial, em 1929, duas grandes guerras e a detonação da bomba atômica, no final da II Guerra Mundial, contribuíram para o eclipse da ideologia do progresso.

Mesmo longe do propósito de apresentar a genealogia desses termos, pois existe uma rica e competente bibliografia que cumpre satisfatoriamente essa tarefa dentro de diferentes perspectivas do conhecimento, podemos identificar, para atender aos objetivos deste texto, três princípios que não são os únicos, mas essenciais para conformar o substrato da ideia de progresso e que se mantêm na de desenvolvimento: (1) busca superar as condições materiais e simbólicas atuais para alcançar estágios supostamente superiores; (2) visa ampliar o poder de controle e predição dos fenômenos naturais e até mesmo sociais dentro de padrões cognitivos racionais<sup>4</sup>; como corolário dessas premissas, (3) para garantir os resultados materiais e simbólicos a partir de tal racionalidade e a sua difusão de maneira global e estável, a assunção de práticas cognitivas, de cosmovisões e hábitos sociais que não estão em consonância com o padrão de racionalidade ou que signifiquem ameaças são ignorados ou eliminados.

---

4 Neste caso, esta expressão se refere ao conjunto de iniciativas práticas e teóricas aplicadas para interpretar os fenômenos naturais de maneira distinta da física aristotélica contida na tradição Escolástica. A partir do século XVI, a matemática, o uso de métodos experimentais e a simulação controlada de fenômenos naturais tornaram-se determinantes para uma descrição crível dos fenômenos e das leis da natureza. Casos paradigmáticos sobre o processo de racionalização, que extrapolaram o âmbito científico ou da filosofia natural, encontram-se nos trabalhos e textos de Francis Bacon (1561-1626), Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Isaac Newton (1643-1727), Gottfried W. Leibniz (1646-1716), Jean d'Alembert (1717-1783), entre outros.

Seguindo esses princípios, pouco importa o corte político e ideológico, seja Karl Marx ou Hebert Spencer<sup>5</sup>, muitos outros proeminentes pensadores<sup>6</sup> que viveram antes desses dois filósofos comprometidos com posições tão antagônicas nutriam a crença em que a humanidade progressivamente atingiria um estágio superior em que a paz, a afluência material e espiritual, com ou sem revolução, grassaria na Terra. Os eventos sociais que ocorriam nos países anglo-saxões seduziam facilmente suas elites políticas, intelectuais, artísticas e econômicas. Todos estavam cômicos de que a prosperidade era um caminho inexorável e nada poderia detê-la. Assim, depois de séculos de gestação que vai ao menos de Protágoras<sup>7</sup> a Spencer, é no século XIX que o progresso atinge o seu zênite. A ciência se consolida institucionalmente e mostra à sociedade seus resultados práticos – energia elétrica; possibilidade de comunicação entre pessoas distantes; o poder de deslocar pessoas e mercadorias por mar ou por terra; difusão dos meios para dissipar enfermidades; aperfeiçoamento de técnicas para a conversão de energia; o industrialismo se prolifera como meio para se atingir a prosperidade material; a teoria evolucionista de Darwin ganha crédito e abala as justificativas teológicas para a nossa existência. Também, entre tantas mudanças, não se poderia ignorar que parte desse otimismo e crença no progresso teve relação direta com os resultados e vantagens econômicas obtidas com a empresa neocolonial nos continentes africano, asiático e oceânico. A transferência de riquezas substantivas para os países da Europa foram necessárias para alimentar a ideologia do progresso, mas não o suficiente a ponto de rebaixar a importância da rica produção de ideias ao longo de séculos que lhe deram forma.

Portanto, o século XIX, sobretudo a partir da sua segunda metade até o início da década de 1870, foi o período da história do Ocidente em que a ideia de progresso, ao menos em uma parte do planeta, parecia se realizar plenamente através dos seus feitos científicos, técnicos, econômicos. Período em que tamanha afluência intelectual e material possibilitou a expansão do industrialismo no velho continente (Hobsbawm, 1996). O aperfeiçoamento das máquinas movidas a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo facilitaram a expansão do comércio internacional – as distâncias foram reduzidas e a comunicação ficou mais rápida. A pujança econômica

5 Hebert Spencer (1820–1903), sociólogo e filósofo britânico, foi um evolucionista antes de Darwin e criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”. Em sua vasta obra, Spencer tinha uma crença otimista no progresso humano através da evolução, defendia o *laissez-faire* e atacava todas as formas de interferência do Estado que violassem a liberdade individual.

6 Entre 1750 e 1900 pensadores como Adam Smith (1723–1790), Emanuel Kant (1724–1804), Jacques Turgot (1727–1781), Nicolas de Condorcet (1743–1794), Conde de Saint-Simon (1760–1825), Thomas Maltus (1766–1834), Friedrich Hegel (1770–1831), Augusto Comte (1798–1857), J. Stuart Mill (1806–1873), Karl Marx (1818–1883) e H. Spencer olhavam a história como uma ascensão lenta e gradual, mas contínua e necessária em direção a determinado fim.

7 Filósofo sofista de Abdara (Grécia Antiga) que viveu de 480 a.C. a 417 a.C.

do período foi registrada: o comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar, enquanto que entre 1850 e 1870, cresceu 250%. Um dos eventos que simbolizava a força da ideologia do progresso eram as Grandes Exposições Internacionais produzidas pelas elites econômicas. Seu objetivo, além dos negócios intrafirmas, era apresentar ao público comum as realizações técnico-científicas ligadas ao industrialismo<sup>8</sup>. As máquinas eram, para a nova burguesia, ícones majestosos da infinita capacidade humana de transcender os constrangimentos impostos pela natureza.

A partir do final do século XIX o progresso começou a agonizar. Ao longo da primeira metade do século XX, em meios ao terror das guerras, de crises econômicas responsáveis por tanto sofrimento material e psicológico, as ideias céticas, germinadas por pensadores que viveram o século XIX e a passagem para o XX<sup>9</sup>, ganharam importância e sentido. Todas essas ideias, umas enfatizando aspectos morais e outras os econômicos, tinham em comum a descrença no vigor da ideologia do progresso. Desdenhavam a possibilidade de o Ocidente seguir um curso linear e ascendente, cujo bem-estar material e moral seriam universais. Fora da Europa já havia relatos contestadores dos feitos perversos do neocolonialismo, que subjugava milhares de pessoas e governos. Como sustentar a ideologia do progresso no meio de tanto desacordo entre ideias e fatos? Depois dessas trágicas ocorrências, poucos ideólogos com notoriedade tiveram a coragem de defender o progresso. Assim, uma ideia que tanto empolgou, catalisou projetos de sociedade, estruturas de pensamentos e utopias para conservadores, liberais, comunistas, socialdemocratas, socialistas utópicos ou científicos saiu de cena e seguiu para o acervo das ideias anacrônicas.

A busca por um mundo mais justo passou a ser travado, cada vez mais, com ideias antitéticas em um ambiente cultural e político que impossibilitava o florescimento de um plano ou conceito capaz de gerar algum grau de

---

8 “...cada uma delas encaixada num principesco monumento à riqueza e ao progresso técnico – o Palácio de Cristal em Londres (1851), a Rotunda (“maior que São Pedro de Roma”) em Viena, cada qual exibindo o número variado de manufaturas, cada uma delas atraindo turistas nacionais e estrangeiros. Catorze mil firmas exibiram em Londres em 1851 (a moda tinha sido condignamente inaugurada no lar do capitalismo); 24 mil em Paris, em 1867. (...) a maior delas todas foi a Feira do Centenário de Filadélfia, em 1867, aberta pelo presidente e com a presença do imperador e da imperatriz do Brasil. (...) eles eram os primeiros dos dez milhões que naquela ocasião pagaram tributo ao ‘progresso da época.’” (Hobsbawn, 1996: 58).

9 Entre os principais autores que produziram mordazes críticas a ideologia do progresso estavam Artur Schopenhauer (1788-1860), Alexis Tocqueville (1805-1859), Søren Kierkegaard (1813-1855), Friedrich Nietzsche (1844-1900), George Sorel (1847-1922), Max Weber (1864-1922) e Oswald Spengler (1880-1936).



consenso. O vaticínio weberiano<sup>10</sup> passava a assumir contornos radicais na primeira metade do século XX e, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou a temer os efeitos de um conflito nuclear, cuja guerra fria poderia dar lugar a uma guerra sem vencedores. As armas nucleares transformavam a possibilidade do fim da espécie humana em um fato iminente. Com a explícita associação entre a guerra e a ciência<sup>11</sup>, após ver sua sombria face em ação, a sociedade passou a desconfiar de suas finalidades. Ao mesmo tempo, o descontentamento de populações dos países do Hemisfério Sul com a desigualdade socioeconômica ampliava e os conflitos eram estimulados por ideologias emancipatórias – socialismo e comunismo. Com isso, no pós-guerra houve o processo de descolonização e a polarização ideológica do mundo. Enquanto que os países do Oeste Europeu receberam a injeção de vultosos recursos para a reconstrução de suas cidades e para dinamizar suas economias combalidas pela guerra<sup>12</sup>, os países do Hemisfério Sul, designados como subdesenvolvidos, contaram com um modesto apoio para se “desenvolverem” eliminando a pobreza.

Desta forma, no final da primeira metade do século XX, os Estados Unidos da América, que passaram a deter a hegemonia bélica, cultural e econômica no mundo, adotaram iniciativas com o objetivo de reduzir a pobreza e eliminar o subdesenvolvimento. O ideário desenvolvimentista apareceu de forma mais acabada na mensagem do presidente americano, Harry S. Truman, enviada ao Capitólio em 24 de janeiro 1949. Em seu *Point Four Programme*, Truman proclamou a necessidade de “ajudar as populações das áreas economicamente subdesenvolvidas a elevarem seus padrões de vida” (Latouch, 2000: 173). Esta mensagem significava um marco, em que ideologia do desenvolvimentismo

---

10 No texto *A ciência como vocação* M. Weber escreveu: “... O destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo ‘desencantamento do mundo’ levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes. Tais valores encontram refúgio na transcendência da vida mística ou na fraternidade das relações diretas e recíprocas entre indivíduos isolados.” (Weber, 2011: 56).

11 O conhecido projeto Manhatam, experiência de pesquisa bem-sucedida que serviria de base para o que atualmente denomina-se “Big Science”, desenvolvido no laboratório de Los Alamos, nos EUA e coordenado pelo físico Julius Robert Oppenheimer, mobilizou consideráveis recursos financeiros e humanos. A bomba atômica, artefato bélico que significou a materialização da ciência desenvolvida por dezenas de notáveis cientistas naturais, afora ter dado fim à guerra mostrou outras dimensões da ciência, úteis aos propósitos da política e da guerra, ainda entorpecidas. O depoimento de Robert Oppenheimer logo após o primeiro teste atômico, em julho de 1945, no deserto do Novo México, não foi nada retórico. Ele disse, “... *sabíamos que o mundo não mais seria o mesmo. Algumas pessoas riram, algumas pessoas choraram, a maioria ficou em silêncio.*”

12 O Plano de Recuperação da Europa, conhecido como Plano Marshall – elaborado pelo secretário de Estado dos EUA Jorge Marshall – destinou à Europa Ocidental US\$ 13 bilhões ao longo de quatro anos (equivalente a aproximadamente US\$ 135 bilhões em 2014). O Plano, além de contribuir para a reorganização da economia dos países envolvidos na guerra, foi fundamental para conter o avanço do “socialismo real” na região.

substituiria a ideia de progresso. A partir de então, o desenvolvimento seria o principal meio para eliminar a pobreza, conter o avanço do socialismo no Hemisfério Sul e garantir a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos. As iniciativas de combate a “pobreza” poderiam ser realizadas diretamente, como o programa de ajuda financeira “Aliança para o Progresso”, ou através das agências multilaterais – Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, por exemplo. Não obstante tamanha relevância dentro da geopolítica mundial, o desenvolvimento significou uma panaceia que só serviu à política e ao léxico econômico dos países do Hemisfério Sul. Aos chamados países “desenvolvidos”, essa ideia só fazia sentido fora dos seus territórios, como estratégia discursiva para efetuar mudanças objetivas e materiais e renovarem o domínio sob as ex-colônias.



Paralelamente às transformações supracitadas nos hemisférios Norte e Sul, o Brasil sofreu considerável influência da ideologia do progresso e tornou-se área estratégica para as políticas econômicas que seguiam na trilha do desenvolvimento e da nova geopolítica em um mundo bipolar. Mas, antes de seguir com a abordagem sobre os rumos do desenvolvimento em nosso país, faço uma breve digressão: antes do final da década de 1940, os agentes que ocuparam o Estado brasileiro – seja no período monárquico, em quase todo o século XIX, ou em boa parte do republicano, ao realizarem mudanças no domínio econômico, cultural e institucional da sociedade – eram movidos pela ideia de progresso. Impulsionado por essa ideia, antes mesmo que o termo fosse grafado no brasão da bandeira nacional da República e um pouco antes da fundação da Igreja Positivista do Brasil<sup>13</sup>, o imperador Dom Pedro II determinou a construção de uma malha ferroviária que começava na atual Central do Brasil e seguia para além das fronteiras do estado fluminense. Esses trilhos, durante décadas, foram o principal meio para escoar a produção de São Paulo e Minas Gerais até o porto do Rio de Janeiro, e assegurar sustância à economia agrário-exportadora nacional. Também, impulsionado pelo progresso, foram fundadas a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, e a

---

13 A Igreja Positivista do Brasil foi fundada por Miguel de Lemos adepto da doutrina positivista criada pelo filósofo francês Augusto Comte. Comte foi mais um eminente pensador que defendia a ideologia do progresso da humanidade, que, segundo ele, passaria por três estágios: teológico, metafísico e positivo. Nesse último estágio não haveria nada na natureza e na sociedade que não pudesse ser explicado pelo pensamento racional. Sua doutrina influenciou o pensamento dos ideólogos republicanos, inclusive os políticos e os militares do estado do Rio Grande do Sul, local de nascimento de Getúlio Vargas, onde este adquiriu estofa político para assumir a Presidência da República em 1930, através do golpe de Estado que enterraria a República Velha e interromperia a política do “Café com Leite”.

Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874 (Carlotto, 2013). Justificando-se pela inexorável marcha do progresso, o presidente Rodrigues Alves nomeou Pereira Passos para transformar a cidade do Rio de Janeiro, à época a capital da República, em uma Paris tropical, e destinou todos os recursos necessários – econômicos e violentos – para que o sanitarista Oswaldo Cruz debelasse as doenças infectocontagiosas que ceifavam a vida daqueles que residiam ou passavam pela capital do Brasil. Getúlio Vargas, oriundo do estado onde o positivismo criou raízes, foi outro que, inspirado pelo progresso, edificou as indústrias de base, “modernizou” as instituições do Estado brasileiro, instituiu a legislação trabalhista e a Previdência Social.

Esses exemplos são de agentes políticos que se animavam com a ideologia do progresso. Uma ideia que não se restringia, ao contrário da ideia de desenvolvimento, a determinações meramente econômicas. Assumir o progresso era projetar um futuro em que o bem-estar material estaria harmonicamente integrado ao bem-estar moral. Um pressuposto bem diferente da ideia de desenvolvimento, pois a dimensão ética ou moral, neste, não passava de epifenômeno, já que a economia seria o principal móbil das mudanças que se espraariam em todos os domínios da vida. Com efeito, os governantes que melhor assumiram essa ideia de desenvolvimento, consoante Truman expressara, foram Juscelino Kubitschek e os generais que presidiram o país durante o período da ditadura militar, após o golpe de 1964. Esses governos não conseguiram suprimir as mazelas sociais das plagas do país. Ao contrário, acabaram por aumentar a distância entre pobres e ricos. Mas é inegável que parte do plano desenvolvimentista anunciado por Truman efetivou-se pelo Brasil e produziu resultados auspiciosos para os interesses econômicos e políticos estadunidenses e de muitas outras corporações industriais sediadas no outro lado do Atlântico.

Com acelerada industrialização e urbanização, o Brasil tornou-se uma das sociedades mais desiguais do mundo e um espaço profícuo para a reprodução capitalista. A riqueza concentrou-se na região Sudeste, de onde emergiu o crescimento desordenado das cidades e a formação de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. O rodoviarismo adquiriu proeminência e passou a ser o principal vetor de integração e mobilidade urbana, satisfazendo, notadamente os interesses da cadeia produtiva do petróleo e da indústria automotiva. Com o advento da televisão como possante veículo da propaganda de bens duráveis, a nova classe média desses centros urbanos era o alvo preferencial para ser estimulada ao consumo de automóveis, geladeiras, televisores e outros bens inacessíveis à maioria da população. O Brasil passava a ocupar importância não só na divisão internacional do trabalho, mas também na estratégia de vendas das firmas multinacionais.

Tanto “desenvolvimento”, à custa de endividamento do Estado brasileiro e de muita repressão política, decaiu antes do fim da ditadura militar. O período

desenvolvimentista, conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, quando o crescimento médio do PIB nacional era de 7% ao ano, chegou ao fim na metade da década de 1970, em meio à crise financeira internacional e energética<sup>14</sup>. Na metade da década de 1980, a pressão política da sociedade brasileira e a falta de liquidez para alimentar o padrão de crescimento de outrora foram determinantes para que os militares retornassem à caserna e o país restabelecesse o regime democrático. Conquanto tivéssemos expressivos ganhos políticos, a década 1980 ficou conhecida como a “década perdida”<sup>15</sup> - período em que a inflação e desemprego atingiram patamares elevados e o crescimento do PIB foi inexpressivo.

A década de 1990 foi marcada pela reestruturação profunda do Estado brasileiro, em que o receituário neoliberal foi seguido com entusiasmo. Período que se popularizou, na voz de autoridades governamentais e de especialistas da área econômica, a expressão “é preciso fazer o dever de casa”. Por trás desse enunciado estava a determinação governamental em seguir as ideias econômicas neoclássicas que passaram a ser propagandeadas como o Consenso de Washington<sup>16</sup>, um conjunto de medidas que, produzidas por influentes economistas e financistas, tornou-se o decálogo para os governos de muitos países do mundo. No Brasil, nos oito anos do governo do Fernando Henrique Cardoso esforços não foram poupados para cumprir a agenda neoliberalizante. Um período da nossa história republicana em que estabilização e valorização da moeda, queda da inflação, privatizações de empresas públicas e o aumento

---

14 Em outubro de 1973 as nações participantes da Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo) elevaram os preços de referência do petróleo bruto nos mercados internacionais de US\$ 2,5 para US\$ 11,0 por barril. Essa iniciativa acarretou ampla redistribuição da renda mundial a favor dos países exportadores de petróleo e imensas dificuldades aos importadores. Em apenas cinco meses, entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 400%, causando reflexos poderosos nos Estados Unidos e na Europa e desestabilizando a economia por todo o mundo.

15 No período, registrou-se inflação de 235%, em virtude da vulnerabilidade cambial da moeda brasileira no cenário internacional, e o Brasil anunciou moratória devido à incapacidade de cumprir os compromissos firmados com o FMI. A dívida brasileira com esse organismo multilateral já passava dos US\$ 10 bilhões.

16 O Consenso de Washington, através das agências multilaterais, orientavam os governos a reduzirem os gastos públicos, reduzir tributos, manter os juros e o câmbio de acordo com os interesses dos mercados, promover a abertura comercial e eliminar os constrangimentos para estimular investimentos estrangeiros, privatizar empresas estatais, desregular a legislação trabalhista e garantir o direito à propriedade intelectual. Tais ideias encontram seus fundamentos teóricos na “Escola de Chicago”, em que economistas e outros pensadores desta instituição se comprometeram com a teoria neoclássica da formação de preços e ao liberalismo econômico, que abominava o keynesianismo ou ao Estado de Bem-Estar Social em favor do monetarismo. Todo o edifício teórico desta escola de pensamento visava a total desregulamentação dos negócios, em favor de um *laissez-faire* quase absoluto. Pensadores como o economista Friedrich Hayek (1899-1992), autor da obra *O caminho da Servidão*, e o filósofo libertarista Robert Nozick, com o seu livro *Anarchy, State, and Utopia*, também foram obras de referência para esse pensamento que impactou a vida de bilhões de pessoas no mundo.

da dívida pública<sup>17</sup> ocuparam a agenda da política e da economia nacional. É oportuno mencionar que em média, desde os governos de Fernando Henrique, passando por Lula e com a Dilma Rousseff, quase que metade do Orçamento Geral da União vem sendo destinada ao pagamento da dívida pública em detrimento da qualidade e da abrangência de serviços públicos.

A partir dos governos Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores, a ideia que parece ocupar centralidade no vocabulário político, social e econômico dos agentes governamentais e econômicos públicos e privados é a de desenvolvimento. Uma ideia que esmaece, para o conjunto da sociedade, as iniciativas que mantêm estável os ganhos dos agentes financeiros<sup>18</sup>. Com face de Janus, o governo Lula, de um lado manteve os acordos com a banca financeira, assegurando o mesmo patamar de ganhos desse setor e, do outro lado, buscou enfrentar décadas de miséria e pobreza (Singer, 2012).

Antes de ganhar a eleição, o PT e o seu candidato Lula assumiram publicamente em documento conhecido como *Carta aos Brasileiros*, que, se eleito, seu governo cumpriria os contratos com os agentes econômicos. A referida carta, instrumento utilizado para tranquilizar os agentes do mercado financeiro brasileiro e do mundo, não foi suficiente para que Lula e o PT abandonassem integralmente as teses econômicas, debatidas internamente em seminários, plenárias e congressos do partido e no Instituto da Cidadania que resultaram em um programa de governo<sup>19</sup> que sinalizava para a importância de dinamizar o ambiente socioeconômico doméstico de forma endógena, autônoma e socialmente inclusiva.

Em linhas gerais, o propósito era organizar a economia aproveitando o potencial do mercado interno com seus milhares de consumidores, intensificando o uso dos bens naturais (commodities), ampliando a fronteira agrícola do agronegócio para a exportação de bens primários e ampliando a produção energética, principalmente a de base hidráulica e petrolífera<sup>20</sup>. Mesmo preservando o tripé macroeconômico professado pelos apóstolos do “Deus Mercado” – controle da inflação, superávit primário e câmbio

---

17 A dívida líquida do governo central, estados e municípios e empresas estatais em dezembro de 1991 correspondia 37,1% do PIB (Produto Interno Bruto) e em dezembro de 2002 ela correspondia a 60,4% do PIB. Em dezembro de 2013 a relação da dívida com o PIB é de 33,8%. Fonte: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/765/705>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/divida-liquida-do-setor-publico-fica-estavel-em-dezembro-0>

18 Especialmente no período do governo Lula, os bancos tiveram uma lucratividade substantiva e, ao mesmo tempo, ocorreu significativa redução da miséria e a ampliação do emprego e ampliação do poder de compra do salário mínimo.

19 *Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: um Brasil para todos*. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

20 Atualmente a referência do governo Lula-Dilma é o Plano Decenal de Expansão de Energia – até 2021. O plano encontra-se no site da Empresa de Pesquisa Energética vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pdee/forms/epeestudo.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2014.

flutuante - o governo Lula procurou executar parte do programa econômico que apontaria para um novo padrão de “desenvolvimento”, com face diferente do nacional-desenvolvimentismo do período de 1946 a 1964, e do desenvolvimentismo dos governos autoritários.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos Lula e Dilma, que muitos designam como neodesenvolvimentismo, se diferencia substancialmente dos modelos anteriores. No período Lula-Dilma houve a radicalização da ideia de aproveitar o mercado consumidor nacional. Com isso, a efetivação de mecanismos que facilitassem o acesso ao crédito para a população pobre, isenções fiscais e outros benefícios para reduzir o preço final de bens duráveis, e o aumento real do salário mínimo serviram para estimular e ampliar a escala de consumo de bens e serviços. Muitas outras iniciativas contribuíram para dinamizar a economia - programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; programa de provisão de energia elétrica Luz para Todos, ampliação do crédito para a produção agrícola, ampliação dos beneficiários do programa Bolsa Família, grandes obras de infraestrutura e logística etc. Esse conjunto de iniciativas, mais a exportação de commodities (minério de ferro, soja, milho, etc) e muitas outras na área financeira, na produção científica e na indústria do petróleo, colocou o país em uma situação bem diferente de períodos anteriores. Aliás, essa diferença não ocorre apenas no Brasil, pois a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) identificou que a dinâmica socioeconômica da maioria dos países da América Latina, principalmente daqueles com governos populares do campo democrático, tem reduzido a desigualdade econômica em suas sociedades (Cepal, 2013). O que não ocorria em décadas anteriores, quando se seguia a orientação das agências multilaterais hegemônicas pelos EUA. A política de substituição de importação engendrada antes do golpe militar e o desenvolvimentismo dos governos militares, não foram capazes de gerar impactos sociais semelhantes aos atuais.

De acordo com parte do programa do governo do seu partido, o presidente Lula assumiu a execução de alguns programas sociais e de políticas econômicas de corte neokeynesianas (Modenesi, 2012). A ampliação de programas sociais de transferência de renda e a adoção de uma política salarial que elevasse o poder de compra do salário mínimo nacional foram medidas que se integraram ao conjunto de outras como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada no final de 2004, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, que compuseram a tessitura deste novo desenvolvimentismo que se expressa em várias áreas da sociedade e da economia.

Nos últimos dez anos, a fronteira agrícola se expandiu junto com a produção do agronegócio, que é um dos setores, ao lado das indústrias automobilística e do petróleo, que contribuiu significativamente para a elevação do PIB nacional.

Ao mesmo tempo, o Brasil é, atualmente, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e é um país com muitas ocorrências de homicídios decorrentes de conflitos agrários – a estrutura fundiária pouco mudou desde a Lei das Terras de 1850; no mesmo período, a frota de veículos mais que dobrou – são 80 milhões, de motocicletas a ônibus – mas, trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos gastam em média três horas diárias, para realizar o trajeto casa-trabalho-casa.

Conforme o Censo de 2010, quase toda a população brasileira possui bens duráveis em suas residências, como TV, fogão, geladeira, aparelho celular, entre outros. São 50 milhões de brasileiros fora da miséria absoluta. No entanto, são poucos os domicílios que tem o seu esgoto tratado. O Brasil está entre as 10 principais economias do mundo, mas tem a quarta maior população carcerária do planeta<sup>21</sup>. Milhares de famílias acessam o crédito imobiliário, outras adquirem a sua moradia dentro do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida<sup>22</sup>, que até o final de 2010 havia produzido e contratado um milhão de unidades habitacionais. No entanto, o déficit habitacional nesse mesmo ano não reduziu e se mantém em aproximadamente sete milhões de unidades (Fundação João Pinheiro, 2010). Mais jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, têm ingressado em universidades públicas e privadas, por meio de mecanismos utilizados pelo governo federal – crédito educativo, isenção fiscal concedido às universidades, ampliação das instalações das universidades públicas, entre outras iniciativas. No entanto, o desemprego entre os jovens é elevado e o número de homicídios de jovens negros é alarmante.

Foram realizações que alteram a estrutura da sociedade brasileira, além de retirar imediatamente pessoas e famílias de um absoluto desalento. No entanto, deve-se ressaltar que enfrentar a pobreza é uma ação necessária, mas insuficiente para garantir uma sociedade de direitos plenos. A apresentação sumarizada desses feitos e efeitos evidencia o tamanho das contradições do governo e da nossa sociedade dentro desse quadro desenvolvimentista.

O governo se curva ao realismo político, abandona uma visão estratégica que altere estruturalmente as questões sociais, e segue o pragmatismo e o vagar do tempo sem radicalidade. Enquanto isso, parte da sociedade, de forma mais patente, manifesta o seu descontentamento com os governos e seu grande ceticismo quanto às regras e as instituições democráticas contemporâneas.

---

21 Com 550 mil pessoas presas, o Brasil só fica atrás apenas dos EUA, da China e da Rússia.

22 O Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional instituído em 2009. De fato, nunca se produziu tantas unidades habitacionais, no entanto, o programa segue a lógica do mercado imobiliário, o que faz com que os conjuntos habitacionais sejam construídos em áreas com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, além de não enfrentar consistentemente o déficit habitacional. (ver elucidativo artigo sobre o assunto Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>. Acesso em: 06 abr. 2014.



Início a parte conclusiva deste texto com a seguinte questão: o que podemos esperar de tanto “desenvolvimento”? Não é difícil inferir que, mesmo que a percepção da maioria da população seja de satisfação com o farto consumo, com a possibilidade de estar perto de realizar o sonho da casa própria, de poder comprar um automóvel e bens *high tech* para se comunicar e ingressar nas redes sociais, o atual padrão de “desenvolvimento” segue exatamente as três premissas supracitadas no início deste texto. Em nome de mais oferta de crédito, de assegurar a produção de matéria-prima, de extrair minério e petróleo, de ampliar a matriz energética, populações do norte ao sul do país são expulsas dos seus ambientes, locais em que construíram suas vidas.

Em conformidade com a racionalidade produtivista, em que quantidade vale mais que qualidade (Castoriadis, 1981), acompanhada de uma total indiferença a outras formas de conhecimento e sintonizada com a premissa (3), a marcha do desenvolvimento segue impudente e ignora a importância que a diversidade cognitiva sempre teve para o florescimento das ideias e para o desenvolvimento da cultura. Não seria o caso, levando em consideração a impossibilidade de conter o desenvolvimentismo em curso, pensarmos o que será da nossa sociedade daqui a cinco gerações? Não podemos restringir nossas perspectivas e possibilidades ao limite temporal de poucos anos ou décadas. Certamente é difícil para aqueles que não sabem como será a vida no mês seguinte fazer projeções para períodos tão longos. Mas creio que, sem defender algum tipo de intelectualismo, não é o caso para os que têm dispositivos materiais e cognitivos para ocupar postos da administração pública, disputar eleições, se engajar nas lutas sociais, atuar em organizações e movimentos sociais. Esses são atores sociais importantes para pensar uma sociedade diferente.

Infelizmente não podemos esperar apenas que os governos reflitam e alterem o rumo dessa marcha. No caso do governo brasileiro, vemos pouco espaço para alterar o percurso da “flecha do desenvolvimento”. Vivemos em um contexto cujo fenômeno da “globalização” e da financeirização colocam governos nacionais imobilizados, totalmente inertes. A política e suas instituições conformam um sistema que hoje está separado do cotidiano por um imenso fosso que não para de crescer. A dimensão utópica da vida encapsula-se nos domínios da estética e da religião, o giro de sentidos e ressignificações semânticas são correntes. Tratando-se do Brasil – não que outros países não estejam imersos no mesmo ambiente cultural ou ideológico – devemos ampliar as seguintes questões: (1) o que podemos esperar da atual forma de desenvolvimento brasileiro dentro de uma perspectiva que extrapole o atendimento imediato de demandas sociais e econômicas? (2) o desenvolvimento brasileiro serve de exemplo para o mundo? (3) ou essa forma



de desenvolvimento que emergiu do berço da modernização ocidental é mais do mesmo e deve ser definitivamente suprimida da nossa agenda antes que ela nos leve para o fim? (4) é possível, com a nossa rica e diversificada cultura material e simbólica, assumirmos práticas alternativas ao desenvolvimento anglo-saxão que possam servir, inclusive, de referência ao mundo<sup>23</sup>?

Todas essas questões não têm resposta fácil ou unívoca, entretanto, deveriam, no mínimo, ocupar a esfera pública nacional e não se restringir a grupos sociais afetados pela “marcha do desenvolvimento”, a grupos de pesquisadores e acadêmicos e ficar insulada entre militantes e organizações sociais. Já somos inteligentes o suficiente para sabermos que qualquer sociedade não é como uma máquina que ao apresentar avaria se desliga para consertá-la e restabelecer a sua funcionalidade. Mesmo diante da complexidade da vida e de suas instituições, as experiências históricas que conhecemos informam que as sociedades, mesmo as que se mantiveram durante centenas de anos com convicções profundas, expressas em suas instituições, deixaram de existir ou se transformaram. Alguns podem afirmar que colapsos ou ocacos de sociedades inteiras só ocorreram por que as forças produtivas, a ciência e a técnica, não estavam suficientemente desenvolvidas para prolongar uma existência estável e exitosa. Esses lançam mão do argumento que colocam conservadores, liberais, democratas, socialistas e comunistas, no mesmo barco. Afirmam, quase dogmaticamente, que estamos numa era em que temos de fato ou potencialmente dispositivos materiais e capacidade cognitiva suficiente para transpor os limites naturais e sociais. Para muitos, os entraves que obstruem essa superação decorrem da ingerência dos interesses políticos e econômicos. Parecem acreditar que é suficiente trocar a ciência ou o conhecimento de mãos, para que tudo funcione melhor e sem limites.

Ainda que não todos, muitos cientistas, historiadores e filósofos da ciência mesmo sem se deixar levar por análises catastróficas, já abandonaram essa crença, faz algum tempo. Reconhecem com modéstia que na vida há fenômenos, entidades e emergências em tamanha abundância que não os deixam confiar de maneira cega na racionalidade ocidental. Não basta contar com a matemática, recursos financeiros, bons instrumentos e métodos adequados para que a totalidade das interações orgânicas e inorgânicas, a solução dos nossos impasses seja encontrada e a vida plenamente compreendida.

Essa constatação não significa ignorar as conquistas e o sucesso obtidos até o momento. É inegável que a racionalidade ocidental, que teve como um dos principais corolários a ciência, é responsável pelo bem-estar de

---

23 Ultimamente vários pensadores têm manifestado interesse pelo Brasil, vendo-o, mesmo com os constrangimentos dos agentes econômicos, como um país de imenso potencial para assumir outro padrão societário. Bruno Latour deu uma longa entrevista tratando do assunto (jornal O Globo, Caderno Prosa & Verso, 28 dez. 2013, p.2.). Domenico de Masi em seu livro *O Futuro Chegou*, refere-se às características do Brasil que poderiam contribuir para um “novo mundo” (jornal O Globo, 26 jan. 2014, p.49.).

muitos – podemos buscar exemplos nas áreas da saúde, do transporte e da comunicação. Portanto, todo esse debate, sem se enganar também pela retórica da sustentabilidade ou da economia verde, deve combinar distintas dimensões temporais, locais e cognitivas. O desafio é conectar o tempo presente com uma mirada temporal distante, possibilitar a interseção de práticas tão heterogêneas, de acúmulos cognitivos pluralistas, ou seja, radicalizar no perspectivismo simétrico (Castro, 2004) ao assumir a existência de cosmovisões tão incomuns, e cogitar que, como brilhantemente o filósofo da ciência Feyerabend afirmou: “(...) De certa forma, podemos dizer que potencialmente cada cultura é todas as culturas” (Feyerabend, 2006:288). Mesmo que essas ideias sejam de difícil realização, no mínimo deveríamos reconhecê-las como ideias orientadoras, pois nunca estaremos totalmente livres do etnocentrismo, do conflito e do uso da força.

Realizar esse debate dentro desses parâmetros, como afirmei, não significa abrir mão daquilo que tem sido importante para garantir determinadas condições de bem-estar existencial. Não é se voltar para um neorromantismo e ignorar os feitos da ciência e o potencial que a ciência tem para resolver nossos problemas e assegurar o bem-estar, por mais que seja difícil definir os parâmetros de uma vida digna nas sociedades contemporâneas<sup>24</sup>. Com isso, ao reconhecer a função social da ciência, não podemos ignorar, como o governo Lula & Dilma tem feito, o que os igualam a governos conservadores, outras formas de conhecimento capazes de enfrentar problemas e dar soluções no campo econômico, científico, cultural etc, mas que não se ajustam às premissas desenvolvimentistas.

A questão é como definir, por meio do debate político, sem cair em um relativismo tosco ou autoritário, quais os meios adequados que utilizaremos em determinadas circunstâncias ou quais os bens e artefatos materiais que priorizaremos dentro de uma lógica de interesse público. Com essas questões em mente, por exemplo, deveríamos avaliar melhor se o governo deve continuar dando isenções para ampliar a venda de automóveis ou se deve investir mais na produção de habitação popular ou em um sistema de saneamento ambiental. Faz sentido explorar o gás de xisto (Cotta, 2014) e transformar esses locais em um “vale de lágrimas” para os grupos sociais que vivem próximos aos locais de exploração, além de provocar graves problemas ambientais? O governo deve liberar o uso da tecnologia *terminator* (Ribeiro, 2011) – as chamadas sementes suicidas – e eliminar práticas agrícolas que garantem produtividade e o equilíbrio do ecossistema? É assustadora a emergência imposta pelo governo combinado com os interesses dos agentes

---

24 A obra Teoria da Justiça de John Rawls (1921–2002) é um dos últimos empreendimentos intelectuais a provocar furor dentro da filosofia política ao apresentar dentro de um quadro neocontratualista os critérios definidores de uma vida justa em uma sociedade democrática liberal.

privados. As iniciativas são tomadas sem analisar cautelosamente os seus efeitos – o princípio da precaução, por exemplo, é posto no limbo ao se tratar do uso de culturas transgênicas (Pacheco, 2012).

Quando uma usina como Belo Monte segue a sua construção e o governo ignora o diálogo com as partes envolvidas está justamente, em nome do desenvolvimento, violando a riqueza social e ambiental de uma região do país. Há vastos argumentos de outros setores da sociedade, que estão ao lado da população que vive na região, que mostram minuciosamente que Belo Monte é um descalabro (Rojas e Valle, 2011), um ataque não só aos afetados diretamente, mas ao conjunto da sociedade. Seria possível, ao contrário dos argumentos do governo, garantir o bem-estar e o fornecimento de energia elétrica sem a usina de Belo Monte. Nas grandes cidades os nossos recursos devem ser utilizados para uma requalificação urbana que privatiza os espaços públicos, elimina a diversidade cultural e social das cidades, que elitiza o espaço urbano ampliando a segregação socioterritorial e não melhora a infraestrutura urbana para a maioria da população?

Grandes centros urbanos estão sendo transformados com vultosos recursos e, antes mesmo das obras serem concluídas, já mostram suas incongruências com a realidade. No Rio de Janeiro, o que se faz lembra a reedição das obras do início do século XIX na capital do Rio de Janeiro, quando Passos desejava transformá-la na Paris dos trópicos. Novamente o Estado ignora a tradição e o conhecimento de uma população e arbitrariamente obstrui o diálogo e a aplicação de formas alternativas que poderiam garantir o bem-estar sem precisar arrancar famílias do seu lugar de moradia, onde construíram sua história e memória. Todas as mudanças poderiam ter sido discutidas através dos espaços e canais institucionais criados para essa finalidade. No Rio de Janeiro chega-se à estultice de anunciarem que as gôndolas do teleférico do Morro da Providência é cópia das gôndolas dos Alpes Suíços. Não é preciso comungar de um nacionalismo *nonsense* para inferir que o melhor era produzir algo apropriado ao nosso clima e para uma região bem próxima à Baía da Guanabara.

O desenvolvimento também tem transformado o Estado, que deveria ser o garantidor da efetividade da lei, no seu principal violador. Vejamos um exemplo: 80% da área da Região Portuária, local em que obras ocorrem, são públicas. A legislação urbana determina que áreas desse tipo devam prioritariamente ser usadas para a produção de habitação popular, mas a construção de unidades habitacionais populares é escassa. Poderíamos prosseguir com centenas de exemplos espalhados pelo país, com características semelhantes e que suscitam as mesmas questões: qual o sentido dessas iniciativas e a quem elas servem?

Concluo afirmando que a nova onda desenvolvimentista brasileira em uma era de capitalismo globalizado – que preserva integralmente as supracitadas três premissas que conformam o substrato da ideia de progresso – desvanece

inteligências e a diversidade em seu sentido mais amplo (Mill, 2010) e profundo. É um desenvolvimentismo, como qualquer outro, que ignora a história das ideias e a história natural – áreas do conhecimento que nos mostraram o quanto o pluralismo cognitivo e a biodiversidade são essenciais para ainda estarmos vivos e em pé. Deste modo, o desenvolvimentismo por aqui, com a sua arrogância tecnocrática acrescido do nosso legado autoritário, insiste em abrumar ideias e práticas que possibilitem ao Brasil, despido de arrogância, contribuir para outro projeto civilizatório.

## Referências bibliográficas

CARLOTTO, Maria Caraméz. *Veredas da Mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora34, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: VOLKER, P.; CORDEIRO, R. C.; PURRI, V. J. B.; JAU, V. A.; BIGNOTTO, Newton. (Orgs.). *Revolução e Autonomia: um perfil de C. Castoriadis*. Belo Horizonte: Editora COPEC, 1981.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. *Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC Rio*, número nº18, p.225-54, setembro de 2004.

CEPAL, *Panorama Social da América Latina 2013*. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/51767/PanoramaSocialDA2013DocInf.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2014.

COTTA, Camila. Exploração de xisto ameaça qualidade da água no Brasil. *Jornal da Ciência*. Rio de Janeiro, Ano XXVII, nº 752, p. 8-9. 31 jan. 2014. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/impresso/JC752.pdf>. Acesso em 06 abr. 2014.

FAYERABEND, Paul. Que realidade? In: *A conquista da abundância*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinheiro-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>. Acesso em: 06 abr. 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LATOUCHE, Serge. Padrão de Vida. In: SACHS, W. (Org.) *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MILL, J. S. Sobre a Liberdade de Pensamento e Discussão. In: *Sobre a Liberdade*. São Paulo: Hedra, 2010.

MODENESI, André de Melo et al. *Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade*. São Paulo: Associação Keynesiana Brasileira e Editora Elsevier, 2012.

NISBET, Robert. *A história da ideia de progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

PACHECO, Maria Emília. *Rumo à Rio +20* 14 mar. 2012. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3657>. Acesso em: 06 abr. 2014.

*Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: um Brasil para todos*. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RIBEIRO, Silvia. *Tecnologia Terminator e o dilema brasileiro*. 16 ago. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/46289-tecnologia-terminator-e-o-dilema-brasileiro-entrevista-especial-com-silvia-ribeiro>. Acesso em 06 abr. 2014.

ROJAS B.; VALLE, R. S. T. O caso da usina de Belo Monte. *Le Monde Diplomatique*. 04 mar. 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=884>. Acesso em: 06 abr. 2014.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cutrix, 2011, 18ª. ed.

Texto recebido em março de 2014.

# Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape na Região Metropolitana de Recife

Heitor Scalabrini Costa



Foto aérea do Porto externo de Suape  
CIPS/divulgação institucional

## Introdução

A ideia de construir um porto que impulsionasse o crescimento econômico de Pernambuco já tem mais de 50 anos. Foi durante a década de 1960, no governo de Nilo Coelho (1967-1971), que se iniciaram as primeiras sondagens para a viabilização desse projeto.

No governo de Eraldo Gueiros, em 1974, foi lançada a Pedra Fundamental do Porto de Suape. No entanto, apenas em 1978, já durante o governo de Moura Cavalcanti (1975-1979), através da lei 7.763/78, foi criada a empresa Suape Complexo Industrial e Portuário (CIPS), para administrar o distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a implantação e exploração das atividades portuárias. Portanto, em novembro de 2014 o CIPS completou 36 anos de história.

O projeto inicial previa a implantação de uma unidade de refino e de estaleiro, baseado no modelo integração porto-indústria, tendo o porto um perfil concentrador de cargas (*hub port*). Estudos de viabilidade datam da década de 1960, sendo o primeiro plano diretor elaborado a partir de 1973, e o porto passou a operar em 1983. Atualmente, o CIPS encontra-se em fase de expansão, contando com mais de 100 empresas em operação e outras 30 em fase de definições (refinaria, indústrias de produtos químicos, metal-mecânica, alimentação, termoeletricas, naval, logística, entre outras).

Suape foi, desde seu início, objeto de polêmicas delimitadoras de fronteiras políticas. Como exemplo, em abril de 1975, economistas, sociólogos, ecologistas, historiadores e geógrafos publicaram um manifesto contra o

---

1 Heitor Scalabrini Costa é professor da Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do Fórum Suape Espaço Socioambiental.



projeto do Porto de Suape, chamado pela imprensa como o “Manifesto dos Cientistas”, idealizado pelo economista-ecólogo Clovis Cavalcanti, também primeiro signatário do referido documento<sup>2</sup>. Cabe destacar o caráter revolucionário e atual do manifesto, que tinha o objetivo de denunciar os impactos do empreendimento, não somente ambientais como sociais. Assim argumentava o texto em contraposição ao projeto.

Pois bem, parece oportuno tornar público agora que a ideia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. (...) O que há de relevante a examinar no que toca o Complexo de Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto.

A partir de 1975, iniciam-se as obras para dotar o local de infraestrutura básica que viria permitir o seu funcionamento portuário em 1984. Concebido para ser um polo atrativo de indústrias, o CIPS foi pensado como um projeto estrutural para promover o “desenvolvimento” regional. Inspirado nos exemplos de Marseille-Fos (França) e Kashima (Japão), o CIPS foi projetado para unir indústrias em torno de um porto<sup>3</sup>.

É, no entanto, na década de 2000, com o início de alguns grandes empreendimentos, que o Complexo Industrial Portuário de Suape deslança de fato. Entre os principais, temos: a Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima (conhecida como a Refinaria do Nordeste – RNEST), produto de uma parceria entre o governo estadual, o governo federal e, inicialmente, o governo da Venezuela; a instalação da Transpetro, subsidiária da Petrobras; e do Estaleiro Atlântico Sul (considerado o maior do hemisfério sul), entre outros empreendimentos.

Em 1987, após a desativação do Porto do Recife, o CIPS passou a atrair cada vez mais atenções para si, chegando a ser considerado um dos 11 portos mais importantes do país em 1991, pela Secretaria Nacional dos Transportes, vinculada ao Ministério da Infraestrutura.

Localizado a 40 quilômetros da capital pernambucana, Recife, a gestão do Complexo é realizada pela Empresa Suape, uma empresa pública de interesse privado. O Complexo localiza-se em dois municípios pernambucanos, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Todavia, seis outras cidades são consideradas

---

2 Entre os intelectuais signatários do manifesto encontram-se o ecologista João Vasconcelos Sobrinho (1908-1989), o sociólogo Renato Carneiro Campo (1930-1977), o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002), o economista Renato Duarte e o sociólogo Roberto Martins. Para a visualização do manifesto ver o blog do economista Clóvis Cavalcanti. Disponível em: [www.cloviscavalcanti.blogspot.co.uk/p/manifesto-suape.html](http://www.cloviscavalcanti.blogspot.co.uk/p/manifesto-suape.html); acessado em 26 de julho de 2012.

3 Sítio eletrônico do CIPS [www.suape.pe.gov.br/home/index/php](http://www.suape.pe.gov.br/home/index/php); acessado em 13 de março de 2012.

estratégicas e sofrem influência indireta do Complexo: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Rio Formoso, Ribeirão e Sirinhaém. A Tabela I mostra os 13 municípios da Região Metropolitana (RMR Recife) sob os quais Suape tem influência, e os municípios estratégicos estão grifados.

Em uma área territorial correspondendo a 2,8% da superfície total de Pernambuco, localizam-se os 13 municípios que compõem a região metropolitana de Pernambuco, com uma população equivalente a 42% da população estadual. Pela tabela I, verifica-se que os dois municípios onde estão localizados o Complexo, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, apresentaram um crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no período 2000-2010, respectivamente de 26% e 20,3%. Todavia se mantém na faixa entre  $0,499 < IDHM < 0,599$ , classificado como baixo.

O índice usado para medir o grau de concentração de renda (índice de Gini) nesses municípios pouco variou no período. O Produto Interno Bruto (PIB) de Ipojuca, por exemplo, aumentou sete vezes no período, passando de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 7,1 bilhões, enquanto a população da área urbana ficou 30% maior. Enquanto no Cabo de Santo Agostinho o PIB cresceu de R\$ 1,2 bilhão, em 2000, para R\$ 4,5 bilhões, em 2010, e a população urbana cresceu 18%.

E nesse cenário, obviamente, as desigualdades sociais e a pobreza só se acentuaram, mostrando o enorme fosso entre o “esplendor” econômico do CIPS e a qualidade de vida dos moradores de seu entorno. Ou seja, o crescimento econômico vivenciado também pelos municípios estratégicos não se traduziu em benefício para a infraestrutura, e nem em políticas públicas, conforme os dados apresentados ao longo desse trabalho.

## Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)

O acesso ao Complexo Industrial e Portuário de Suape é feito através da BR-101 ou da PE-60. Em ambos os casos, as condições de conservação das estradas são ruins, sendo preciso ter paciência e uma dose de sorte para enfrentar o trânsito caracterizado por um enorme fluxo de caminhões e carretas<sup>4</sup>.

Na primeira década de 2000, novos empreendimentos colocaram o CIPS no centro das atenções<sup>5</sup>. Entre os principais estão a Refinaria do Nordeste (RNEST), cuja previsão de funcionamento seria em 2013 (conclusão para maio

---

4 Algumas reformas e ampliação do acesso estão sendo feitas, no entanto, o processo é lento, e os atrasos são constantes.

5 A planta da montadora de automóveis FIAT não será mais instalada em Suape. O governo do Estado de Pernambuco cedeu um terreno para que a empresa se instale na cidade de Goiana, na Zona da Mata Norte do Estado.

Tabela 1

## Características das populações dos municípios integrantes da RMRicife - 2010

RMR MUNICÍPIOS	TOTAL POPUL.*	URBANA	RURAL	% POP. RELAÇÃO ESTADO	ÁREA TERRIT. KM2 **	IDHM*** 2010 (2000)	ÍNDICE DE GINI **** (%) 2010 (2000)
Abreu e Lima	94.429	86.625	7.804	1,07	126,19	0,679 (0,561)	0,45 (0,46)
Araçoiaba	18.156	15.268	2.888	0,21	96,38	0,592 (0,429)	0,45 (0,53)
Cabo de Sto Agostinho	185.025	167.783	17.242	2,10	448,73	0,686 (0,547)	0,53 (0,54)
Camaragibe	144.466	144.466	----	1,64	51,26	0,692 (0,582)	0,51 (0,58)
Igarassu	102.021	93.931	8.090	1,16	305,56	0,665 (0,536)	0,48 (0,53)
Ilha de Itamaracá	21.884	16.993	4.891	0,25	66,68	0,653 (0,569)	0,60 (0,59)
Ipojuca	80.637	59.719	20.918	0,92	527,11	0,619 (0,457)	0,50 (0,53)
Itapissuma	23.769	18.320	5.449	0,27	74,23	0,633 (0,507)	0,54 (0,55)
Jaboatão dos Guararapes	644.620	630.595	14.025	7,33	258,69	0,717 (0,625)	0,58 (0,63)
Moreno	56.696	50.197	6.499	0,65	196,07	0,652 (0,511)	0,53 (0,50)
Olinda	377.779	370.332	7.447	4,29	41,68	0,735 (0,648)	0,55 (0,59)
Paulista	300.466	300.466	---	3,42	97,31	0,732 (0,648)	0,49 (0,52)
Recife	1.537.704	1.537.704	---	17,48	218,43	0,772 (0,660)	0,68 (0,67)
São Lourenço da Mata	102.895	96.777	6.118	1,17	262,116	0,653 (0,530)	-----
<i>RMR</i>	<i>3.690.547</i>	<i>3.589.176</i>	<i>101.371</i>	<i>41,96</i>	<i>2.770,45</i>	<i>-----</i>	<i>0,50 (0,54)</i>
Escada	63.517	53.964	9.553	0,72	347,26	0,632 (0,479)	0,46 (0,51)
Rio Formoso	22.151	13.373	8.778	0,25	240,62	0,613 (0,420)	0,44 (0,54)
Ribeirão	44.439	34.003	10.436	0,51	289,5	0,602 (0,456)	0,50 (0,58)
Sirinhaém	40.296	21.484	18.812	0,46	380,61	0,597 (0,436)	0,44 (0,54)

Tabela compilada pelo próprio autor. Fonte: IBGE (2010), PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. \* População total do Estado: 8.795.448 habitantes (2010). \*\* Área territorial do Estado: 98.312 Km<sup>2</sup> \*\*\* Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. \*\*\*\* Usado para medir o grau de concentração de renda.

de 2015) e, que, em pleno pico de construção, gerou cerca de 40.000 empregos. Esse empreendimento, que seria resultado de uma parceria entre a Petrobras e a estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), hoje está integralmente a cargo da Petrobras; a Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape), cuja previsão inicial para o funcionamento era o final de 2011, hoje previsto para funcionar em 2015, que conta com incentivos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse empreendimento é liderado pela Petrobras Química S.A (Petroquisa) e, de acordo com números da própria empresa, a previsão inicial era de mais de - 8.000 empregos durante a fase de construção e 1.800 quando estiver em funcionamento<sup>6</sup>; o Estaleiro Atlântico Sul, que empregou 4.000 trabalhadores durante as obras de construção, e está em operação desde 2009, resultado inicial de um consórcio entre os grupos empresariais Camargo Correia, Queiroz Galvão, Samsung Heavy Industries e PJMR. Também o estaleiro Promar faz parte dos grandes empreendimentos (figura 1) na região. Esses empreendimentos se conjugam com outros, caracterizando a expansão econômica industrial de Pernambuco.



6 Companhia Petroquímica de Pernambuco, “Nossos Números”, disponível em: <http://www.pqspe.com.br/>. Acessado em: 10 de junho de 2012.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego, em Pernambuco, caiu de 14,3% em dezembro de 2006 para 8,1% em dezembro do ano de 2010. No entanto, as empresas citadas, ainda na fase de construção, têm sido palco de tensões derivadas dos conflitos intrínsecos à relação entre capital e trabalho, quer na área trabalhista, na área social e ambiental.

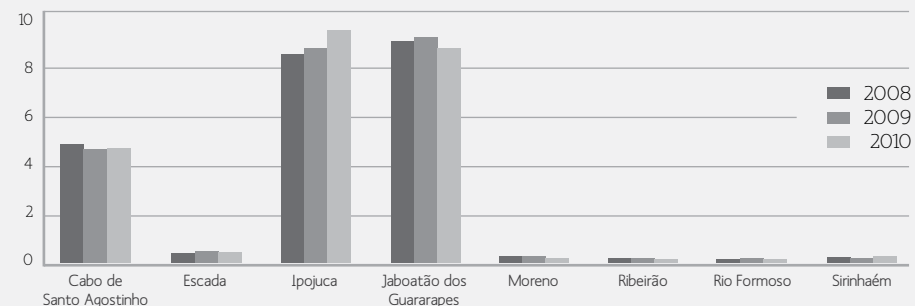
Do total da área do CIPS, ou seja, dos 13.500 hectares, cerca de 40% faz parte de Ipojuca, sendo os 60% restante parte da cidade do Cabo de Santo Agostinho. A área realmente ocupada pelo CIPS é denominada de Território Legal de Suape. Já o Território Estratégico de Suape, mostrado na figura 3, compreende a área de influência direta e indireta e abrange as seguintes cidades: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada. Atualmente ampliado com três outros municípios: Rio Formoso, Sirinhaém e Ribeirão.

### Plano "Território Estratégico de Suape - Diretrizes para uma Ocupação Sustentável".

A área total que corresponde ao Território Estratégico de Suape é 1.774,07 km<sup>2</sup>, que corresponde a 1,8% do total do território de Pernambuco. A população total correspondia, até 2007, a 1.011.276 habitantes<sup>7</sup>, ou seja, 12% da população do estado. As principais atividades econômicas desenvolvidas na região são a agropecuária, o turismo e a indústria de transformação.

A figura 2 mostra a participação dos municípios estratégicos de Suape no PIB do estado de Pernambuco para os anos de 2008, 2009 e 2010.

Figura 2: Participação do PIB dos municípios estratégicos no PIB de Pernambuco para os anos de 2008, 2009 e 2010



Fonte: Dados apresentados durante a Reunião da SBPC/2013 (<http://pt.slideshare.net/CienciaHoje/apresentao-sbpc>)

7 Para um aprofundamento mais detalhado sobre o Território Estratégico de Suape, ver o *Plano Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma Ocupação Sustentável*, disponível em <http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/caracterizacao-do-territorio>; acessado em 26 de maio de 2012.

O Porto de Suape, parte integrante do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, em seu plano de desenvolvimento e zoneamento, destinou 450 hectares da Zona Industrial Portuária (ZIP) para a implantação de um cluster naval. São previstas realizações de obras que incluem: dragagem de canal de navegação, aterro hidráulico, bota-fora oceânico de material “imprestável”, construção de 7.000 metros de cais, que servirão aos futuros estaleiros a serem implantados na aludida área. Parte das obras já foi realizada, o que sem dúvida modificou substancialmente o cenário daquele território, antes dominado pela atividade de pesca.

O porto opera navios nos 365 dias do ano, sem restrições de horário de marés. Tem capacidade para atender a navios de até 170.000 tpb, e calado operacional de 14,50 m. Com 27 km<sup>2</sup> de retroporto, seus portos externo e interno oferecem as condições necessárias para atendimento de navios de grande porte.

A movimentação portuária cresce em ritmo acelerado. Em 2013, ultrapassou 12 milhões de toneladas de cargas, entre elas, os granéis líquidos (derivados de petróleo, produtos químicos, alcoóis, óleos vegetais), com mais de 60% do total, granéis sólidos e a carga containerizada. A Tabela 2 ilustra o crescimento, nos últimos anos, das atividades do porto.

Tabela 2: Evolução da movimentação de cargas no Porto de Suape (milhões de toneladas)

ANO	GRANÉIS LÍQUIDOS <sup>(1)</sup>	GRANÉIS SÓLIDOS <sup>(2)</sup>	CONTÊINERES	TOTAL <sup>(3)</sup>
2010	4,126	0,697	3,838	8,989
2011	5,164	0,756	4,948	11,004
2012	5,648	0,598	4,193	10,060
2013	7,332	0,662	4,414	12,701
2014 (jan-jun)	4,711	0,483	2,389	7,717

(1) Álcool, óleo de soja, óleo combustível, diesel, gasolina e querosene de avião. (2) Açúcar, trigo. (3) Não está incluída carga geral solta: veículos, chapas de aço e peças destinada a indústria.

Fonte: Compilado pelo autor.

## Impactos<sup>8</sup> sociais e ambientais do CIPS

O Complexo de Suape é um bom exemplo da fórmula imbatível do capitalismo brasileiro, cujos protagonistas, em sua maioria, são ferrenhos defensores da “livre iniciativa”, traduzida dessa forma: o financiamento é público, os lucros são privados e os custos advindos das externalidades negativas vão para o poder público.

Expansão sem planejamento, crescimento econômico baseado em um “modelo predador” não inclusivo e devastação ambiental com indústrias sujas<sup>9</sup> continuam sendo marcas do complexo de Suape. A atração por indústrias altamente agressoras ao meio ambiente, aliada à expulsão de uma população de mais de 15.000 famílias nativas, enseja uma ampla discussão sobre que tipo de desenvolvimento queremos, além de respostas para questões como: para quê? E para quem?

Como empresa pública que gerencia o CIPS, o governo estadual e seus gestores adotam uma estratégia de que a destruição da natureza e dos modos de vida dos moradores da região (pescadores, agricultores familiares) é o preço que se paga pelo que chamam de “desenvolvimento”. Uma visão ultrapassada frente aos grandes desafios do século XXI. O que temos hoje é o discurso em compensar e remediar as consequências de medidas tomadas de acordo com um modelo que não leva em conta as pessoas, e sim prioriza os interesses econômicos.

Esta situação fica clara no discurso de um ex-presidente da empresa Suape, atual Secretário Estadual de Planejamento e Gestão, Frederico Amâncio. Em entrevista ao *Jornal Folha de São Paulo* (30/09/2012), declarou: “Eles (moradores, posseiros?) são, sim, fatores de degradação ecológica, porque retiram a vegetação natural”. É com esta lógica que se maneja a gestão do Estado.

Para a implantação das empresas no Complexo foi necessário remover, expulsar moradores, comunidades que se encontravam naqueles locais há décadas sem que uma alternativa adequada de moradia tenha sido oferecida. Além de uma devastação ambiental nunca vista no estado em tão pouco tempo. Para as pessoas diretamente atingidas, ao invés do progresso tão propalado pela propaganda oficial, a empresa Suape só tem deixado ônus.

Os procedimentos adotados para as remoções não correspondem ao marco internacional dos direitos humanos, que inclui o direito à moradia adequada,

---

8 Como bem chamou atenção o professor Célio Bermann em seu texto “Para não falar mais de impactos”, o termo impactos vem sendo utilizado de forma indistinta quando o correto seria apontar que determinada obra traz perdas, prejuízos, danos, desastres, expulsões, expropriações, desaparecimentos, privações, ruínas, desgraças, destruições, de vidas e de bens, muitas vezes permanentes e irreversíveis.

9 São indústrias sujas aquelas da cadeia da indústria do petróleo e gás, termelétrica a combustíveis fósseis, estaleiros, entre outras.

nem respeitam a forma como elas devem ocorrer. O direito à informação, à transparência e à participação direta dos atingidos na definição das alternativas e de intervenção sobre as suas comunidades não foi obedecido. As pessoas muitas vezes foram expulsas, e quando receberam compensações/indenizações, essas foram insuficientes para garantir o direito à moradia adequada em outro local. Em grande parte dos casos, não houve reassentamento onde as condições pudessem ser iguais ou melhores do que aquelas em que se encontravam. Apesar das promessas de reassentamentos, esses quando ocorreram se deram em áreas distantes dos locais originais de moradia, prejudicando os moradores, que não tiveram assegurados os meios para garantir a sobrevivência. No caso, áreas de plantio para os agricultores familiares e o território necessário para pescadores e marisqueiras darem continuidade a seus modos de vida.

Difícil é considerar que o CIPS apresentou avanços para Pernambuco, quando se analisam os impactos desse empreendimento para as populações locais atingidas, e para os habitantes dos municípios do entorno do Complexo. Mas, para ser a redenção do estado, como muitos o estão tratando e divulgando, precisa avançar na criação de um novo modo de desenvolver, de distribuir renda, de garantir direitos e de preservar o meio ambiente. Um desafio que certamente não está à altura dos gestores que hoje comandam Pernambuco.

Segundo Vainer,

(...) A noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores (...) estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação. (Vainer, 2008).

O que se verifica é que as chamadas políticas “sociais”, que tomam a forma de serviços públicos essenciais como: saúde, segurança, transporte, energia, educação de crianças, jovens, adultos e idosos, habitação social, previdência, cultura, etc., não são priorizadas. Embora os serviços públicos estejam à disposição de toda a população, somente os pobres dependem deles. As classes abastadas têm como contraparte serviços análogos prestados por empresas privadas.



## Principais demandas dos grupos impactados no CPIS

### *Habitação*

De acordo com o IBGE, o Brasil tem 11,5 milhões de moradores em 3 milhões de domicílios localizados nessas áreas. Considerando os critérios adotados, esse número provavelmente está subestimado. Os dados levantados<sup>10</sup> nos ajudam a entender o fenômeno: a grande maioria dos assentamentos precários está situada em regiões metropolitanas, mais da metade no Sudeste, em cidades altamente dinâmicas do ponto de vista econômico.

Um dos maiores problemas da instalação de empresas no Complexo de Suape foi à vinda de mão de obra de outras cidades, outros estados, sem que condições de moradia fossem oferecidas. Em particular, para atender o trabalho temporário como a construção civil das edificações.

A Agencia de Planejamento de Pernambuco (Condepe/Fidem) estima um déficit habitacional de 38 mil residências nos oito municípios estratégicos do Complexo. Este número poderá atingir 85 mil até 2035, se o crescimento da economia e os investimentos em habitação continuarem no mesmo nível do atual.

Somente na área onde está localizado o Complexo, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, viviam 15.000 famílias nativas, hoje vivem em torno de 3.000. A maioria foi expulsa de suas casas, indo agravar mais a situação dos sem tetos na região. Nesse processo de desalojamento, as indenizações pagas são irrisórias para se adquirir outra residência nas proximidades, o que leva a muitos a ocuparem terrenos públicos.

Enquanto isso, a Empresa Suape Complexo Industrial Portuário caminha lentamente nos projetos de construção de moradias para as populações retiradas. Conforme declaração dos gestores, “esta em avaliação projeto de construção de 2.600 casas como Programa Minha Casa, Minha Vida” (*Jornal do Comercio*, 7/8/2011).

O chamado Projeto Morador<sup>11</sup>, cuja previsão era de investir R\$ 200 milhões na construção de casas, mas que se arrasta há mais de oito anos, é um bom exemplo da falta de interesse do Estado em relação à questão da moradia.

---

10 Os dados são provenientes da publicação *Informações do Censo de 2010*, relativas aos aglomerados subnormais. A imprensa tem utilizado o apelido de “censo das favelas” para designar, de forma um tanto preconceituosa, o vasto universo dos bairros autoconstruídos por seus moradores, à margem das regras que regulam construções e aberturas de loteamentos em nossas cidades.

11 Compromisso assumido pelo governo do estado visando o ordenamento urbano com a consolidação de algumas das vilas residenciais existentes e a destinação de outras áreas para abrigar os moradores que estão sendo expulsos das áreas consideradas estratégicas para o complexo de Suape (Lei 13.175 de 27 de dezembro de 2006).

Do lado da iniciativa privada, o Estaleiro Atlântico Sul propôs a construção de 1.328 casas para seus funcionários, a chamada Vila Operária que não saiu do campo das promessas. As prefeituras dos municípios procuram ampliar seus programas habitacionais, todavia muito aquém da demanda, o que só faz aumentar o déficit habitacional na região.

As populações rurais, moradoras no território onde hoje se localiza o Complexo, ao serem expulsas e desalojadas, acabam consolidando a existência de assentamentos informais de baixa renda nas cidades circunvizinhas. Essas comunidades são as mais vulneráveis às violações – do direito à moradia.

Verifica-se um aumento na quantidade de pessoas morando na rua e sem teto. Não há um censo, mas já se observa nas cidades do entorno de Suape um número cada vez maior de pessoas que não têm condições de morar em local algum. A Tabela 3 apresenta uma estimativa do crescimento populacional no território do Complexo.

Tabela 3: Estimativa do crescimento populacional no território de Suape

LOCALIZAÇÃO	ANO						
	2007	2010	2015	2020	2025	2030	2035
Cabo de Santo Agostinho	163.139	169.654	176.830	183.374	189.371	194.613	199.021
Escada	59.850	61.459	63.230	64.846	66.327	67.621	68.709
Ipojuca	70.070	76.987	84.606	91.553	97.921	103.486	108.165
Joabotão dos Guararapes	665.387	719.136	778.330	838.312	881.790	925.033	961.390
Moreno	52.830	55.154	57.714	60.048	62.188	64.058	65.630
Território Estratégico de SUAPE	1.011.276	1.082.390	1.160.710	1.232.133	1.297.597	1.354.811	1.402.915
RMR	3.658.318	3.863.974	4.090.458	4.297.009	4.486.316	4.651.772	4.790.879
Pernambuco	8.485.386	8.848.948	9.249.342	9.614.484	9.949.160	10.241.661	10.487.585

Fonte: IBGE (2009) / Agência Condepe/Fidem (2008b).

Onde falta moradia, há especulação e inflação imobiliária. Os aluguéis estão subindo e expulsando para longe os moradores dos bairros tradicionais. Este problema acarreta outro: o aumento de favelas em terrenos desocupados. Barracos e casebres surgem em áreas de preservação, repetindo a ocupação desenfreada já conhecida das grandes metrópoles e que – elevou a quantidade de problemas de saúde pública e de degradação ambiental.

Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, uma área de grande potencial turístico e que já abriga alguns hotéis luxuosos, vê crescer o número de barracos próximos à orla. O número de moradores de rua também aumentou exponencialmente. São pessoas que chegam de outros estados e dormem em qualquer lugar – barracas na praia, vagas em contêineres – até arrumar um emprego. Se não arrumam, ficam vagando pelas cidades vizinhas.

Os investimentos do PAC e do Programa Minha Casa, Minha Vida não conseguem acompanhar o ritmo do crescimento demográfico, fazendo prever que o número de favelados e de sem teto vai continuar alto. Além de teto, faltam água e luz; sobra lama, já que também não há saneamento básico para atender à demanda ampliada.

### *Transporte*

O entrelaque de interesses fica flagrante no caso do transporte urbano: o espaço de circulação é disputado por automóveis de passageiros e ônibus e por outras modalidades de transporte público. Isso se verifica claramente nas áreas urbanas dos municípios afetados.

No mínimo é o caos nesse setor estratégico para o transporte de pessoas e cargas no território de Suape. A falta de planejamento público para o transporte de massa leva as empresas a contratarem em torno de 1200 ônibus para a o deslocamento de seus trabalhadores, que circulam diariamente, ao lado de 6000 caminhões e de 3000 carros de passeio na BR-101 e na PE-60, principais rodovias de acesso ao Complexo de Suape.

O movimento de carros, ônibus e caminhões acaba tumultuando o trânsito dentro das cidades vizinhas ao Complexo. Recentemente, através de lei municipal, Cabo de Santo Agostinho proibiu a circulação de caminhões dentro da área urbana do município.

A prometida modernização do transporte ferroviário, através da operação de veículos leves sobre trilhos (VLT), para substituir o trem a diesel existente, teima em não sair do papel.

### *Segurança pública*

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no seu Relatório Global sobre Homicídios 2013, foi revelado que, somente em 2012, o Brasil, onde vive quase 3% da população mundial, registrou 50.108 homicídios, aproximadamente 10% de um total de 437.000 ocorridos em todo o mundo.

A Tabela 4 evidencia para os municípios do Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca a população total, o número de homicídios e a classificação geral dos mais violentos entre os municípios brasileiros de mais de 20.000 habitantes.

Tabela 4: Número de homicídios cometidos nos anos de 2008, 2010 e 2012

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (2012)	HOMICÍDIOS			CLASSIFICAÇÃO
		2008	2010	2012	
Recife	1.555.039	1.321	895	809	251°
Cabo de Santo Agostinho	189.222	159	133	177	29°
Ipojuca	83.862	53	40	49	176°

Fonte: Mapa da Violência 2013, feito com base no Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM/Ministério da Saúde)

O município do Cabo de Santo Agostinho se destaca aparecendo na 29ª colocação entre os municípios brasileiros mais violentos e foi o município mais violento de Pernambuco em 2012, ano tomado como base para o relatório, acusando 177 homicídios anotados, com taxa de 93,5 mortes violentas intencionais para cada grupo de 100 mil habitantes.

A violência contra a mulher é outra característica marcante nos municípios do Complexo de Suape. Nesses municípios, surgiram nos últimos anos o fenômeno crescente de prostituição, exploração sexual, estupros e gravidez de crianças e adolescentes. Vinculado à tragédia de centenas de meninas, marcadas por uma vida de desamor e pobreza, está o nascimento de outras tantas crianças frutos de gravidez precoce e indesejada, que vêm ao mundo já marcadas pelo abandono. Essas crianças têm sido chamadas de “filhos de Suape”.

Meninas e meninos de 11 a 19 anos fazem parte de redes de prostituição que atuam livremente nas praias, alojamentos das empresas, feira livre e mercados das cidades do polo industrial. Em muitos casos as famílias dessas crianças são coniventes, na verdade simplesmente estão impotentes diante de tanta pobreza e falta de assistência governamental.

Sem dúvida, este fenômeno tomou grandes proporções com a chegada de trabalhadores de outros municípios e estados que vieram trabalhar no Complexo de Suape.

### *Empregabilidade*

Emprego e renda foram utilizados com grande insistência na propaganda governamental para encobrir violações de direitos, e mesmo anestésiar a sociedade pernambucana com relação a elas, que continuam acontecendo no território de Suape.

Houve o aumento exponencial da população naquele território, com trabalhadores contratados para as obras da refinaria, da petroquímica e estaleiros, em torno de 40 mil, além de mais 20 mil envolvidos na construção de outras obras.

Findo esse processo, com a entrega dessas grandes obras, a desmobilização dos operários começa a acontecer a partir de 2014. Portanto, o desemprego sem dúvida passa a ser considerado como um dos mais graves problemas sociais. Causa de profundo sofrimento dos que se sustentam mediante trabalho assalariado, tanto dos que têm emprego, e temem perdê-lo, como dos que foram demitidos e enfrentam grandes dificuldades em conseguir outro.

Segundo os dados da Pesquisa sobre Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana do Recife (RMR), a taxa média de desemprego total cresceu de 12%, em 2012, para 13%, em 2013, contrastando com a trajetória descendente verificada de 2002 até 2012, mostrado na Tabela 5.

Tabela 5: Evolução das taxas de desemprego na RMR

Nº	00	001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013
%	0,7	1,1	0,3	3,2	3,1	2,3	1,3	9,7	9,6	9,2	9,6	6,2	2,0	3,0

Fonte: PED/RMR

Já para o triênio 2014-2016, o Ministério Público do Trabalho de Pernambuco (MPT-PE) estima que mais de 42.000 trabalhadores das obras no CIPS serão demitidos. Já é considerada a segunda maior desmobilização de trabalhadores, depois da construção de Brasília. O que sem dúvida contribuirá para um aumento significativo nas taxas de desemprego da região. Estima-se que em torno de 58% da mão de obra dispensada será de pernambucanos.

Segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), Ipojuca, cidade onde se concentra parte do CIPS, no primeiro semestre de 2014 (janeiro a junho), foi a campeã do desemprego no Brasil. Entre os 50 municípios que mais demitiram, foi o primeiro colocado, com a eliminação de 11.537 postos de trabalho com carteira assinada. As principais causas foram a desmobilização dos canteiros de obras e o corte de mão de obra da Refinaria e da Petroquímica.

A preocupação maior do MPT-PE é o caráter legal das demissões, visto que o histórico das empresas que lá atuam é de desconsiderar os direitos e as leis trabalhistas. O que se verifica com as empresas que estão atuando no Complexo são atrasos e o não pagamento generalizado de direitos básicos dos operários.

Apreensivos com esta situação, o Ministério do Trabalho e Emprego de Pernambuco e o MPT-PE, em dezembro de 2013, criaram o Fórum para Recolocação de Mão de Obra de Suape (Remos), cujo principal objetivo era a prevenção contra o desemprego em massa. Ao invés do Fórum evoluir para a recolocação dos trabalhadores que estavam sendo dispensados dos canteiros de obras sem que seus direitos fossem levados em conta; o desinteresse das empresas em colaborar, e assim incrementar a empregabilidade, levou alguns meses depois o Fórum ser desfeito.

### *Meio Ambiente*

A atividade portuária já é classificada como potencialmente poluidora conforme Resolução do CONAMA, nº 01/86 e 237/97 e Anexo VIII da Lei 6938/81, devendo, portanto, “ser acompanhada de medidas adequadas de preservação e combate à poluição por ela gerada” (...) “tendo por meta manter nos níveis mais baixos possíveis o grau de interferência e de poluição no meio local e seu entorno” (ANTAQ, 2010a, pag.15 e 16, respectivamente). Exige-se, portanto, comprometimento e compromisso com a qualidade ambiental diante da sociedade, como enfatiza a Agenda Ambiental Portuária (CIRM/GI-GERCO, 1998).

Os problemas causados ao meio ambiente aumentam enquanto o Porto de Suape e o CIPS crescem. Existe a necessidade do cumprimento de uma política ambiental efetiva em área portuária capaz de romper com a fatalidade da exposição aos perigos e a disseminação de impactos negativos sobre os recursos naturais, no caso o mar e os ecossistemas da zona costeira. Contemplar as implicações ambientais e trabalhar as compensações são algumas das medidas, mas também são o que vem se convencendo chamar de “compensações sociais”, ainda inexistentes como conceito mas que estão presentes como demanda daquelas populações.

Por mais de 10 anos a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) celebrou com o CIPS alguns Termos de Compromissos (TCs) a fim de garantir a compensação florestal em decorrência das autorizações para supressão da vegetação nativa. O desrespeito aos TCs foi sistemático pela empresa Suape.

Em setembro de 2013, a CPRH multou o Complexo de Suape em R\$ 2,5 milhões por crime ambiental. A penalidade foi aplicada depois que técnicos do órgão comprovaram a denúncia feita por pescadores de que as obras de dragagem e derrocamento no Porto de Suape incidiam diretamente em áreas estuarinas da região, provocando impactos ambientais. O estudo concluiu que, além de haver relação direta entre as obras e a mortandade dos peixes protegidos por lei, a atividade do Porto impactava e destruía territórios pesqueiros entre os municípios de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho. Até

hoje a multa não foi paga, e o processo se encontra para mediação jurídica na Procuradoria Geral do Estado.

Além da agressão marinha, a destruição de ecossistemas no território aconteceu em larga escala. Aconteceu, por exemplo, a supressão e devastação de uma extensa área<sup>12</sup> de 17,03 hectares de Mata Atlântica; 508,36 hectares de mangue; e 166,06 hectares de restinga.

Todo território onde se localiza o CIPS nos últimos 10 anos sofreu mudanças físicas drásticas. Enquanto são discutidos e analisados o Plano Diretor de Suape e o Plano do Território Estratégico de Suape, que deveriam colaborar no enfrentamento das mudanças, na organização do território e nas ações de meio ambiente e saneamento ambiental, a velocidade da chegada dos empreendimentos é maior, e consequentemente o potencial de ruína que carregam.

O ônus da devastação ambiental dos ecossistemas começa a ser cobrado pela natureza. As erosões, os alagamentos e as enchentes oriundas de intervenções no meio ambiente, devido à impermeabilização por indústrias, conjuntos residenciais e rodovias, já estão presentes.

## Conclusões

No território em que está sendo implantado o CIPS existiam 27 engenhos de cana de açúcar, com 15.000 famílias. O governo estadual sempre quis esconder esta realidade, mostrando à sociedade que esta área era desabitada, ou que tinha poucos moradores, invasores, ou mesmo posseiros que ocupavam a terra e agrediam a natureza.

O processo em andamento de expulsão dessas famílias é o que há de mais cruel e desumano. O assédio é permanente e constante por aqueles que são conhecidos como “milícia de Suape”, serviço de segurança terceirizado sob o comando da diretoria de Gestão e Patrimônio da empresa Suape. Os depoimentos de moradores corroboram uma realidade trágica e violenta que passa à margem da sociedade pernambucana.

O impacto do aumento demográfico e das próprias obras coloca em risco a preservação da área de Mata Atlântica, de manguezais e da restinga, prevista no projeto original do Complexo. O ecossistema de Suape, principalmente o existente no estuário do rio Suape, é um dos mais ricos ecossistemas do país, conjuntamente com o estuário do rio Ipojuca, em área de Mata Atlântica.

Em relação à atuação das empresas do Complexo, a Agência Pernambucana de Meio Ambiente tem dificuldades para fazer cumprir as multas e os acordos

---

12 Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010 da Assembleia legislativa de Pernambuco, que autorizou a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica.

estabelecidos de compensação, devido aos interesses econômicos e políticos envolvidos.

O território onde se localiza o Complexo sofre os mesmos problemas das grandes cidades: congestionamento de tráfego e a consequência dele, a poluição atmosférica, entre outros.

O CIPS alterou a paisagem da região, secularmente ocupada pelo cultivo da cana de açúcar. As indústrias surgiram no lugar dos engenhos que dominavam até então, dando lugar ao que era antes considerado como um paraíso tropical, com praias pouco conhecidas de água “quente”, com coqueiros e morros completando o cenário.

O crescimento econômico acelerado do Porto de Suape trouxe consequências negativas para moradores do entorno do Complexo e para os habitantes das cidades vizinhas. A falta de infraestrutura e serviços públicos tais como saúde, educação, lazer, habitação, saneamento, transporte, o aumento da violência e a má conservação das estradas são reclamações constantes da população local.

Se a implantação dos megaempreendimentos está adiantada, o mesmo não se pode dizer das obrigações socioambientais que deveriam acompanhá-la. O descumprimento dessas obrigações não se traduz em ações corretivas, ou mesmo compensatórias. As mais graves sanções administrativas não passaram de multas que, quando aplicadas, tiveram valores irrisórios para um empreendimento em que já foram investidos mais de R\$ 50 bilhões.

O Programa Suape Sustentável, criado em 29 de junho de 2011 pelo Governo do Estado de Pernambuco, e anunciado como um programa gerido por um Fórum, reunindo poder público, entidades da sociedade civil organizada e iniciativa privada, está longe de alcançar seu principal objetivo, o de garantir o desenvolvimento *sustentável* na região. O conceito de sustentabilidade para este empreendimento significa nada mais “do que um processo produtivo cada vez mais eficiente e com tecnologia avançada”, e que o “sacrifício ambiental é necessário, para que ocorra o crescimento econômico”. Essa é uma lógica completamente desconectada com as exigências atuais: que um empreendimento desta natureza conduza, além dos aspectos econômicos e da preservação ambiental, a uma maior igualdade e justiça social.

Também pouco se exerce da democracia participativa, pois ao se anunciar a participação de entidades da sociedade civil no fórum gestor tripartite, nada é informado sobre quem são e quais critérios foram adotados para a escolha destas organizações.

A somatória de erros cometidos pelo CIPS não pode se repetir, e deve servir de exemplo para que não se repita. A ausência de planejamento socioambiental responsável e o desrespeito às instituições democráticas tal como verificamos na implantação do Complexo de Suape está na contramão de qualquer projeto de desenvolvimento sustentável.



Outro aspecto da instalação do Complexo de Suape são as oportunidades para se debater as questões do trabalho decente. Os investimentos que estão sendo atraídos e a geração de empregos carregam o desrespeito aos direitos humanos, condições de trabalho inaceitáveis, legado social e econômico no mínimo incerto, exploração sexual, problemas ambientais e impactos dramáticos na vida das populações que vivem nas suas imediações.

Sem dúvida que a única saída para diminuir os riscos e estimular as potencialidades é o diálogo, somar esforços e integrar ações e iniciativas, o que de fato não acontece naquele território, principalmente pela incapacidade dos gestores da Empresa Suape. Negam o verdadeiro diálogo que supõe um clima de boa vontade, de compreensão recíproca para encontrar soluções e caminhos para problemas conflituosos, de interesses antagônicos.

Todavia, o que caracteriza o discurso oficial é à persistência eufórica de uma visão desenvolvimentista ufanista ultrapassada, antiambiental e antidemocrática, que não convence mais só com a desgastada pregação de que tudo visa “emprego e renda”.

Estas obras fazem parte de um projeto econômico-político maior. Trata-se de um verdadeiro rolo compressor, com o Estado submetido à lógica do mercado, para o mínimo benefício da população e altos lucros para as empresas, que se implantam com fartos recursos públicos.

As cidades localizadas em torno de Suape, com configurações geográficas complexas e frágeis e com histórias de degradação ambiental e social já conhecidas, deveriam refletir sobre o modelo econômico e de desenvolvimento mais conveniente, de real interesse de suas populações. E saber discernir os verdadeiros interesses dos grupos que não vivenciam um cotidiano conturbado, mas que querem a todo o custo lucrar com as oportunidades nem sempre benéficas para a maioria.

Também deveriam refletir sobre as mazelas sociais, a mobilidade urbana à beira do caos, a insegurança crescente, a degradação do patrimônio ambiental, a especulação imobiliária e, principalmente, sobre a sensação de impotência diante dos interesses econômicos. A vocação de uma cidade não seria oferecer qualidade de vida aos seus habitantes? Resolver os problemas básicos de alfabetização, de saúde, de saneamento, de lazer, de segurança, de transporte...?

Esse discurso desenvolvimentista é ilusório, é ideológico, pois não resolve esses problemas. Muitas vezes só os aprofunda. Pessoas e instituições que continuam defendendo esse modelo ultrapassado e perigoso de crescimento infinito e sem controle (quem cresce indefinidamente é o câncer, que faz tanto mal ao nosso organismo), como solução mágica para tudo, estão agindo como aqueles que querem curar o alcoólatra servindo doses cada vez maiores de cachaça. O resultado é catastrófico!

## Referências bibliográficas

FADE/UFPE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. *Estudo Ambiental Complementar (EAC) ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Projeto de Ampliação e Modernização do Porto de Suape*. Convênio nº 32/2011 UFPE firmado entre a FADE e o CIPS (julho/2011). Pernambuco, 2011.

RODRIGUES, Vitor de Oliveira. *Para não dizer que não falei das flores: As lutas dos trabalhadores da Construção Civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE)*. Dissertação de mestrado em sociologia. UFPE, agosto de 2012.

MOREIRA, Saulo. Redenção e Contradição: Uma reflexão para o futuro. *Jornal do Comércio*, Recife, 12/08/2011, p.01-11. Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape\\_PDF.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf); acessado em 21 de maio de 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. *O conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes*. Mimeo, 2008. Disponível em [http://www.observabarragem.ippur.ufjf.br/central\\_download.php?hash=3ac3268ad9d620abb0b98209ecb720cf&id=18](http://www.observabarragem.ippur.ufjf.br/central_download.php?hash=3ac3268ad9d620abb0b98209ecb720cf&id=18).

Texto recebido em novembro de 2014.

# Conflitos e impactos na vida de mulheres pescadoras em Pernambuco

Luiza de Marillac Melo de Souza<sup>1</sup> e Rosimere Peixoto<sup>2</sup>



Pescadora em manifestação

Tânia Rego/Abr

O presente artigo tem como intuito apresentar uma análise acerca dos conflitos e dos impactos das transformações territoriais recentes em Pernambuco, a partir do Complexo Industrial Portuário de Suape, da Região Norte (Goiana) e também no semiárido. Pretendemos, especialmente, dar voz e destacar a situação das mulheres pescadoras artesanais nesse contexto, a partir da escuta de suas experiências, da qual fazemos parte no contato com elas.

É importante destacar que a Fase Pernambuco, nesses dois últimos anos, vem trabalhando com mulheres pescadoras artesanais, realizando a coordenação pedagógica e de articulação do projeto Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal em parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco. O projeto é executado por oito organizações que atuam na perspectiva da promoção da igualdade de gênero junto às pescadoras. É por meio da experiência junto a essas mulheres que temos nos desafiado a refletir como e por que o modelo de desenvolvimento em curso no estado tem propiciado a uma parte importante dessa população situações de perda da moradia, de alterações na dinâmica e sobre o local de trabalho ou mesmo o deslocamento de famílias para lugares distantes de seu cotidiano e história. Nosso objeto de reflexão neste artigo é, portanto, um momento da vida de mulheres pescadoras artesanais.

- 
- 1 Luiza de Marillac Melo de Souza é psicóloga e educadora da Fase/Saap (Serviço de Análise e Assessoria a Projetos)
  - 2 Rosimere Peixoto é pedagoga e educadora da Fase Pernambuco.

### Conforme diagnóstico realizado:

O litoral de Pernambuco possui 187 km de extensão e ocupa 2,3% de todo o litoral brasileiro. Abriga em suas 14 zonas estuarinas um ecossistema produtivo aos quais estão associadas inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos. Estas fábricas naturais de alimentos são responsáveis por mais de 60% do pescado estadual e se destacam por gerar alternativa de renda para milhares de pessoas, que encontram no manguezal e na plataforma continental fontes importantes de alimento.

A Pesca Artesanal representa a maior parcela da produção pesqueira do estado, é caracterizada pelo trabalho familiar e comunitário, utilizando técnicas e tecnologias tradicionais, quer a pé ou com uso de embarcações, como: jangadas, canoas, baiteiras e barcos motorizados de pequeno porte. As artes de pesca empregadas nesta modalidade para captura do pescado incluem: coleta manual, vara de pesca, linha e anzol, tarrafa, redes de cerco, de emalhe, de arrasto e armadilhas, com fins comerciais e/ou de subsistência. (Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco, UFRPE, 2010).

A implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, situado ao sul da Região Metropolitana do Recife, a pouco mais de 40 quilômetros da capital, e responsável pela ocupação de aproximadamente 60% da área do município do Cabo de Santo Agostinho e 30% do município de Ipojuca, tem sido intensiva em obras de aterros, dragagens e represamentos. As consequências do ponto de vista ambiental têm consistido em alterações sobre a hidrologia local, modificando drasticamente a paisagem, além de causar impactos sobre populações anteriormente residentes na região.

É nesse ambiente em transformação que a vida de mulheres tem passado por mudanças. Em municípios próximos ao Cabo de Santo Agostinho os conflitos mais expressivos estão relacionados à remoção de moradoras nativas, desenraizadas de suas áreas, a contragosto. Em geral esse processo ocorre consubstanciado por alguma compensação e ou reparo, a exemplo da indenização pelo bem, muito embora o valor pago seja considerado baixo por essas mulheres. Some-se a isto o fato de que a especulação imobiliária aumentou muito os valores de imóveis na região, não permitindo, portanto, a compra de um imóvel com a mesma área de onde residiam as famílias dessas mulheres. A maior parte delas tem se valido da compra de terreno e ou imóvel em lugares sem infraestrutura, dificultando suas vidas, uma vez que são obrigadas a buscar água a distâncias enormes.

As mulheres marisqueiras, por exemplo, estão tendo que pescar em outras áreas como é o caso de Mangue Seco. A prática de dinamitação na água, comum na área de Suape, está, segundo as marisqueiras, acabando com os mangues e com o peixe Mero, conforme comprovou o Fórum Suape Socioambiental.

Em resposta às denúncias encaminhadas à ouvidoria da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH (manifestações 34115/2013-GECOM e 56154/2013-GECOM), bem como veiculadas na mídia sobre a morte de peixes Mero, boto-cinza e demais “danos ambientais (são) decorrentes das obras de dragagem e explosões do leito marinho no Porto de Suape, visando aprofundar o canal de acesso ao porto e ocasionando prejuízos à fauna marinha e a toda a cadeia produtiva da pesca artesanal” (<http://forumsuape.ning.com>).

Outra questão de que tem falado às mulheres pescadoras é o assédio frequente que estão sofrendo pelos trabalhadores, distribuídos nas diferentes obras de Suape. Algumas dessas mulheres pescadoras também apresentam preocupação com suas filhas e com outras jovens da região. Em geral desencantadas com as próprias trajetórias familiares, baseadas na reprodução familiar assalariada canavieira e que ainda vigora como cultura na região as moças criam expectativas de uma vida melhor, com base no pleno emprego masculino. Muitos são os registros de que diante das promessas de vida nova por esses novos e temporários trabalhadores essas meninas estejam vivenciando relacionamentos seguidos de gravidez além do fato de que cresceu o número de meninas em situação de prostituição por ser também uma área de turismo litorâneo (Araújo; Almeida; Santos, 2013).

De acordo com a Revista Aurora:

A economista Tânia Bacelar, sócia da consultoria Ceplan e professora da pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Pernambuco, afirma que o “surto de investimentos” não pode ser o único vilão de uma monocultura machista por natureza. “Suape agravou, mas a história econômica da região já impunha um papel de submissão às mulheres. O corte da cana embrutece. É um trabalho ingrato. Muitas mulheres foram tratadas pelos maridos embaixo de pau”. Há dois anos, a especialista em planejamento participou da coordenação de um estudo encomendado pelo governo estadual para o território de Suape que apontou, entre fatores positivos e negativos, dois pontos preocupantes: picos de gravidez na adolescência e

violência doméstica. “Concentrar de uma só vez cerca de 40 mil trabalhadores em um empreendimento como a refinaria, sendo a enorme maioria homens, não é um fato normal. Em qualquer lugar do mundo causaria problemas”. (Revista Aurora, 2013).

Em que pese a polêmica acima, a situação informada pela Revista Aurora destaca que a Secretaria de Saúde do município do Cabo de Santo Agostinho apontava que, desde 2001, entre 23% e 30% de todos os bebês tinham mães com menos de 19 anos. Somente no ano passado foram quase 900 partos, mas não há indicação sobre a origem dos pais.

Na Região Metropolitana do Recife destaca-se o caso de Jaboatão dos Guararapes, a partir da execução do projeto Engorda Mar (aumento da área de areia da praia) na extensão da praia de Candéias. Segundo as informações coletadas, o projeto foi desenvolvido sem ouvir as pescadoras e pescadores. A Prefeitura simplesmente decidiu pela realização da obra e, apesar de ter sido feito um estudo do impacto ambiental, este não foi publicizado. Na prática, esse aterro de larga faixa da praia tem prejudicado diretamente as atividades das mulheres pescadoras. No Litoral Norte do estado, no município de Goiana, as pescadoras do território de São Lourenço também denunciaram que há dez anos foi criado um viveiro de camarões que prejudicou a pesca dos mariscos, a ponto de ter acabado sua produção no local. Igual situação foi encontrada na comunidade de Arrombado, pois não existem mais mariscos devido ao aterro do mangue para a construção da fábrica Nassau e do aeroporto. Além disso, foi registrado o aumento da poluição em toda a região: os mangues que restaram estão repletos de lixo.

Associado aos impactos descritos acima, outra questão que tem sido bastante discutida pelo movimento no estado é a própria diminuição da área de pesca. As pescadoras afirmam que estão perdendo sua área de trabalho para os grandes empreendimentos, resorts; e para essa nova dinâmica e modelo de desenvolvimento do turismo. Por isso, essas mulheres estão participando ativamente da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, procurando reverter a situação e estabelecer condições de diálogo e negociação com os poderes públicos nas três esferas de governo. As mulheres pescam nas margens, nas águas rasas de rios e mares e nos mangues, e estão acompanhando de perto, em suas áreas de trabalho, a extinção de espécies vitais à sua atividade econômica. São ostras, siris, caranguejos, mariscos, taiobas, pequenos peixes, entre outros, que se desenvolvem em regiões de implantação de projetos de grande porte. Os projetos estão as obrigando a se deslocarem para outros municípios para pescar, ampliando ainda mais sua jornada de trabalho e onerando os custos agregados da atividade pesqueira.

Em paralelo, observamos, a partir de visitas às turmas de mulheres, as muitas inquietações apresentadas acerca das dificuldades que as mesmas têm de serem

reconhecidas como pescadoras. O que está por trás desse tipo de inquietação é a própria invisibilidade da atividade profissional e do trabalho efetivo dessas mulheres sendo, em alguns casos, não reconhecidas pelas próprias Colônias de Pescadores e pelo INSS. Apesar do intenso trabalho e do conhecimento produzido e repassado de geração a geração, a atividade da pesca artesanal praticada por mulheres ainda é compreendida e vista como algo marginal à cadeia produtiva da pesca dominada quantitativamente por homens<sup>3</sup> (Cf. Lira, 2010).

A atividade e a participação das pescadoras em toda a cadeia produtiva da pesca vão desde a garantia da alimentação para suas famílias, através da comercialização e do trato do pescado, até a confecção dos apetrechos para a pesca (redes, anzóis, espinhéis). Mesmo assim, o tratamento recebido por elas impõe uma participação marginal dessas mulheres em tomadas de decisões nos seus lugares associativos, reforçando, na política, uma cultura de subordinação e submissão tanto no espaço privado como no espaço público – já que são apresentadas como ajudantes dos maridos, irmãos e pais. No entanto, o próprio movimento social e político dessas mulheres pescadoras já iniciou esse debate público, destacando num primeiro momento a importância do trabalho dessas mulheres nessa cadeia produtiva.

Já observamos mudanças práticas em alguns municípios, dado que a força e a participação das mulheres começam a alterar positivamente a representação e o perfil de liderança nesses órgãos de classe das pescadoras e pescadores. Atualmente está ocorrendo crescimento na participação das mulheres pescadoras nas direções das associações e colônias. Algumas colônias, como as de Jaboatão dos Guararapes, São José da Coroa Grande, Rio Formoso, Jatobá e Cabrobó, são presididas por mulheres lideranças do movimento de mulheres pescadoras. Em outras organizações de classe da pesca as mulheres, mesmo não ocupando cargos de direção ou presidência, algumas mulheres já demonstram interesse em participar da luta pelos direitos das pescadoras e pescadores.

Essas pescadoras têm contribuído para publicização da necessidade de que o Estado assuma o papel de dar tratamento público acerca da adoção urgente de políticas públicas que tomem em consideração as especificidades desse importante grupo social e econômico de trabalhadoras. Sabemos que a relação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) com as mulheres pescadoras é conflitante em diversos momentos, pois os funcionários não conhecem o cotidiano e a vida das mulheres pescadoras. É necessário reverter a situação para passar ao ponto em que caberá ao funcionário público a tarefa de explicar o passo a passo dos procedimentos para preenchimento da ficha de solicitação de benefícios, já que a maioria das pescadoras tem multiplicidade de atividades como donas de casa, agricultoras, pescadoras, marisqueiras. No entanto, essas mulheres, por falta de informação, em alguns casos

---

3 De acordo com o perfil socioeconômico e socioambiental dos pescadores que trabalham nas indústrias naturais de alimentos em Pernambuco (rios, estuários, manguezais, lagoas e a plataforma continental) o total de pescadores homens é de 3.365 e de pescadoras mulheres é de 1.712 mulheres. Para esse diagnóstico foram visitadas 71 comunidades e entrevistados um total de 5.077 pescadores e pescadoras.



comunicam que são donas de casa e o benefício de seguridade social logo passa a sofrer revés burocrático.

Nesse revés também está embutida uma questão que grande parte dessas mulheres coloca pra nós: existe preconceito muito grande dos funcionários do INSS que pesa na hora da obtenção da seguridade, pois, se a mulher pescadora se conduzir ao posto do órgão bem vestida, arrumada, perfumada, com unhas pintadas, de batom etc., coloca-se em dúvida se ela é ou não pescadora. Pode parecer jocoso, mas, o estereótipo comum difundido sobre a mulher pescadora impõe condições de subcidadania. Mesmo essas mulheres sendo portadoras de outros direitos, dado que são multidisciplinares em termos de atividade profissional, mas, o fato de se apresentarem como pescadoras limita a obtenção do direito já conquistado.

Enquanto isso e, paradoxalmente, são essas mulheres pescadoras que têm uma relação de preservação e proteção do ecossistema do qual são partes. São elas que trabalham nas margens de rios, nos estuários e nos mangues mais recônditos. Realizam a defesa e destacam a importância do mangue para a manutenção do trabalho de pesca e para o planeta. São elas que identificaram os benefícios de não se destruir esses recursos naturais que dão vida e alimentam pessoas. São elas que sabem e difundem que em relação ao solo, os manguezais promovem sua fixação, impedindo a erosão e, ao mesmo tempo, estabilizando a linha costeira; elas nos ensinam que suas raízes são como filtros na retenção de sedimentos, sendo muito úteis na recuperação de áreas degradadas, principalmente por metais pesados. Elas sabem que são os mangues, por exemplo, que abrigam as águas das marés altas e das enchentes e que sua destruição provocaria enchentes e inundações desastrosas. Mais do que isso, são abrigos para alimentação e reprodução de centenas de espécies marinhas, estuarinas e terrestres, conhecido como berçário da vida marinha.

Mas essas mulheres e seu conhecimento não são suficientes para a obtenção de direitos já conquistados e reconhecidos. No estado de Pernambuco vive-se um clima típico de “canteiro de obras”, em que a implantação de vários projetos, programas e ações de natureza econômica – além do desempenho positivo do Produto Interno Bruto de Pernambuco em relação à região e ao país – indicam a ocorrência de um novo ciclo do desenvolvimento estadual. De fato, tem ocorrido implantação de empresas em diversos municípios e regiões do estado e a taxa positiva do emprego formal tem sido um termômetro desse ciclo. Mas essas mulheres pescadoras têm se questionado sobre qual o preço que já se está pagando por essas transformações? Quem efetivamente está sendo beneficiado nesse ciclo? Para onde estão indo as famílias que estão sendo removidas de áreas de implantação de projetos de grande monta? Quais serviços essenciais estão deixando de ser oferecidos e por que as prefeituras não conseguem aumentar a oferta de serviços públicos nessas áreas em que o desenvolvimento promete trazer melhorias?

Longe de responder a essas indagações, a presente reflexão considera que vivemos em contextos complexos e emaranhados em profundos antagonismos nos seus aspectos gerais. Se de um lado, a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico

orienta suas escolhas em projetos de grandes impactos ou em modelos de gestão pública assentados numa engrenagem gerencialista dos resultados, de outro temos um saldo doloroso dessas opções sobre territórios de vida simples e de reprodução quase artesanal de seus grupos sociais. Os modelos adotados têm impedido suas populações de desfrutarem desses modos de vida, o que coloca uma questão: Como será o futuro da reprodução desse perfil de população, a exemplo dessas mulheres pescadoras artesanais que lutam pela obtenção de direitos sociais básicos já reconhecidos e conquistados pela sociedade brasileira, essa ainda “de costas” para aquelas.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. A.; ALMEIDA, A.T.C. *Impactos sociais do Porto Suape: O caso da exploração sexual na Praia de Gaibu-PE*. UFPB/CCSA/Depto. Economia. S/D.

CABRAL, Maria das Mercês C.; STADTLER, Hulda; TAVARES, Lyvia. *Mulheres Pescadoras: Gênero e Identidade, Saber e Geração*. In: *Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e representações*. UFPB e UEPB, João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt5/7.pdf>

FÓRUM SUAPE ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL. *Denúncias aceitas contra a empresa Suape*. 9 setembro 2013. Disponível em: <http://forumsuape.ning.com//profiles/blogs/denuncias-aceitas-contra-a-empresa-suape> >. Acesso em: 25 abr. 2014.

I CONFERÊNCIA DA PESCA ARTESANAL: *Pescadores e Pescadoras na luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal*. 28 a 30 de setembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: [www.cppnac.org.br/propostaspoliticas.doc](http://www.cppnac.org.br/propostaspoliticas.doc). Acesso em: 21 de jan. de 2011.

LIRA, Luiz (Coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco*. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, 2010.

RABELO, Josinês Barbosa. *Vulnerabilidades do licenciamento ambiental à luz da participação pública e da governança para a sustentabilidade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

REVISTA AURORA. *Mulheres pagam uma conta alta pelo crescimento alavancado por Suape*. 26 de Outubro de 2013. Diário de Pernambuco. Disponível em: <http://aurora.diariodepernambuco.com.br/2013/10/paradoxos-do-desenvolvimento/>. Acesso em: 24 abr. 2014.

SANTOS, Izabel Cristina. *Os impactos do crescimento econômico na Região de Suape na vida das mulheres do Cabo de Santo Agostinho*. Universidade Católica de Pernambuco - Especialização em Direitos Humanos, Recife, 2013.

Texto recebido em abril de 2014.



# Cadeia do petróleo e impacto na Região Metropolitana de Vitória

Cláudio Luiz Zanotelli<sup>1</sup>



Terras capixabas cortadas por dutos  
Renata Bessi/Agência Pública

## Introdução

A zona litorânea do Espírito Santo e, de maneira especial, o litoral que se encontra no território que denominamos Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória (RMGV-E) – fazem parte dela os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, Fundão, Viana, Aracruz e Anchieta – tem 4.140 km<sup>2</sup> de área e está localizada sobre uma linha costeira contínua de aproximadamente 180 quilômetros do norte ao sul do Espírito Santo e cujo centro é a capital do estado, Vitória. A região tem uma mancha urbana de 358 km<sup>2</sup>, uma densidade de 433 habitantes por km<sup>2</sup>, contava, em 2010, com 1,7 milhões de habitantes (51% da população do estado), concentrados, sobretudo, na faixa de terra de alguns quilômetros próxima ao mar e representava 71% do PIB estadual.

Desde os anos 1960 e 1970, a região é o *locus* de instalação de complexos portuários e industriais associados à antiga forma de organização de portos e polos industriais destinados à transformação e exportação do minério de ferro e de pasta de papel. Por outro lado, a partir dos anos 1990 e, sobretudo, 2000, instalam-se na região complexos portuários e/ou terminais dedicados, principalmente, à exploração e apoio à cadeia de petróleo e gás, em função das descobertas na camada abaixo do pré-sal e dos preços do “ouro negro”, que subiram 482% entre dezembro de 2000 e janeiro de 2013 no mercado internacional.

Essa região se distingue de uma “cidade-região”, como conceituada por Lencione (2007), por não congregar aspectos de comando das cadeias produtivas como nas metrópoles nacionais ou internacionais, a exemplo

---

1 Cláudio Luiz Zanotelli é professor do Departamento de Geografia e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: clzanotelli@yahoo.com.br

de São Paulo. No entanto, a região tem características próprias inseridas num espaço complexo que atinge os limites do que se convencionou chamar de “sustentabilidade” socioambiental. Pela integração territorial e socioeconômica baseada nos discursos e nas práticas do “desenvolvimento” com base na indústria petrolífera e na transformação e exportação de matéria-prima e pela extensão que atingem os processos aglomerados em sua vasta área – a trataremos de região estendida ou macrorregião.

A categoria “condições gerais de produção” que Lencioni (2007) resgata de Manuel Castells dos anos 1970 ((2009) [1972]), em particular do livro *A questão urbana*, associada às formas de proliferação dos terminais portuários-industriais na costa do Espírito Santo que estão centrados sobre a RMGV-E, pode contribuir para uma leitura dos “desenvolvimentos” desiguais e combinados da região e dos problemas e riscos que eles têm provocado, indicando uma inserção subordinada da região à economia nacional e mundial por meio das atividades das grandes empresas nacionais e multinacionais aqui instaladas, em particular a Petrobras. Reiterando, assim, uma forma longa de inserção regional, desde a época da ditadura militar-civil de 1964, de enclaves territoriais representados pelos polos anteriores, mas que se perpetuam nos dias atuais, assumindo a característica de portos como terminais de corredores e/ou complexos portuários associados, sobretudo, à cadeia do petróleo, do minério de ferro e da celulose para fabricação de papel.

Assim, as condições gerais de produção nos permitem ter uma perspectiva integradora dos fenômenos que ocorrem no território capixaba a partir das conexões local-global e das associações entre os “fixos” (usinas, portos, dutos, rodovias e ferrovias) e os “fluxos” (informacionais, energéticos) que permeiam os territórios. Por outro lado, utilizaremos outras categorias relativas à renda, em especial à renda da terra e imobiliária em referência a Marx (1988) e a David Harvey (2013) [1980]). Tais categorias nos permitirão contextualizar as mutações espaciais e territoriais pelas quais passam a região ora em análise, em particular no que concerne a expansão da mancha urbana devido, em parte, a lógica de instalação de terminais ou complexos logístico-portuários associados ou não ao petróleo.

## Condições gerais de produção e os complexos logístico-portuários industriais<sup>2</sup> do petróleo

Lencioni (2007) resenha a categoria de condições gerais de produção dizendo que ela permite viabilizar a gestão do capital e a interligação do que está territorialmente disperso ao estabelecer conexões e nexos entre a reprodução particular de cada capital com a reprodução do capital em geral. As **condições gerais de produção** estão relacionadas ao **consumo produtivo das indústrias e à reprodução da força de trabalho** (estradas, energia, telecomunicações, escolas, hospitais etc.) que são consumidos coletivamente.

Para entender essas conexões e a forma de produção, consumo e circulação, Lencioni estabelece, a partir de Marx, três tipos de consumo: o consumo produtivo (a reprodução dos meios de produção), o consumo individual (reprodução da força de trabalho) e o consumo de luxo (consumo também individual das categorias dominantes). Todas fazem parte do consumo coletivo e têm relações com o processo de produção e circulação do capital.

As **condições gerais de produção** articulam, portanto, o geral ao particular, são consumidas coletivamente e encontram nos **equipamentos de consumo coletivo os suportes materiais e imateriais** de sua existência.

Existem, por um lado, os meios de circulação em **conexão direta** com o processo de produção, eles são **materiais** (portos, rodovias, ferrovias, oleodutos e gasodutos etc.) e **imateriais** (telecomunicações, informática, energia, etc.); por outro lado, os meios de consumo coletivos estão em **conexão indireta** com os processos de produção e relacionados ao trabalho (escolas, hospitais, centros de lazer etc.).

Lencioni escreve que **os equipamentos coletivos de consumo** relacionados diretamente ao processo de produção (rodovias, dutos, ferrovias, portos etc.) se desenvolvem de forma mais rápida que os indiretos (escolas, hospitais etc.), pois permitem a circulação da mercadoria agregando valor à mesma.

Os equipamentos coletivos de consumo relativos à circulação material podem ser considerados como **capital fixo** (portos, estradas, dutos) ou como **fluxos imateriais** que tem relação com as infraestruturas que lhe dão

---

2 Agradeço a Luiz de Pinedo de Quinto Júnior, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, as indicações bibliográficas relativas às categorias de “condições gerais de produção” e “complexos logísticos portuários industriais,” que ele, com outros colegas, tem utilizado e desenvolvido nos estudos sobre o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú, no Norte Fluminense. Foi-me dada a oportunidade de ler e comentar um texto, ainda inédito, em coautoria com Luiz Pinedo de Quinto Junior, Roberto Moraes Pessanha e Hélio Gomes Filho, relativo a essa problemática no quadro do *Seminário de Pesquisa Transformação da Paisagem Urbana Contemporânea no Litoral Sul do Espírito Santo – estudos de caso: Anchieta e Presidente Kennedy*, coordenado pela professora Eneida Maria Mendonça, e do qual participei com outros colegas, no dia 14 de abril de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo.



suporte (cabos de fibra ótica, linhas de alta tensão), mas não se constituem numa forma de capital fixo, pois sua lógica é fluida, imaterial.

A integração das vias de circulação material e imaterial – em **conexão direta** com o processo produtivo – com os centros de formação profissional (universidades, polos tecnológicos, centros de pesquisas) que estão em **conexão indireta** com os processos produtivos, apresenta-se aglomerada e assume uma dimensão regional e uma inserção global. Essas dimensões são densas e coesas no que Lencioni chama de cidade-região, em referência às metrópoles nacionais e/ou mundiais, que seriam a “forma fenomênica do urbano na contemporaneidade” (Lencioni, 2007). Para a autora, a cidade-região é uma forma urbana, mas também uma forma da divisão social e territorial do trabalho. A compreensão da cidade-região não se desvincula da compreensão da dinâmica de valorização do capital porque “ela expressa o desenvolvimento territorial produzido por essa dinâmica capitalista” (Lencioni, 2007).

Os equipamentos coletivos de consumo necessitam da urbanização enquanto aglomeração, pois ela permite avançar na diminuição do tempo de produção e do tempo de circulação, isso porque o fenômeno urbano não é autônomo em relação ao capitalismo. Em efeito, os territórios de regiões metropolitanas se estendem incorporando novas áreas “(...) à lógica metropolitana e esse fato guarda estreita relação com o desenvolvimento das condições gerais de produção” (Lencioni, 2007). Dessa forma, as grandes metrópoles são voltadas para a concentração de serviços e de trabalho intelectual e voltadas à gestão do capital. Elas são os principais nós das redes físicas e informáticas e das redes de telecomunicações, “(...) as sedes das organizações financeiras, comerciais e industriais que se encarregam da realização e da valorização do capital” (Benko, 1995: 127). Enquanto isso outras parcelas do território se caracterizam pela presença de condições gerais de produção voltadas para as atividades tradicionais.

No caso da RMGV-E, podemos indicar que os processos de instalação de equipamentos coletivos de consumo em conexão direta com a produção do capital se inserem numa aglomeração onde a circulação material permitida pelos **capitais fixos** (portos, estradas, dutos) reitera a forma de “desenvolvimento de corredores e de terminais” que se servem do aglomerado urbano, mas que se encontram em espaços externos à cidade e à urbanização densa. Os capitais fixos, que permitem os fluxos materiais circularem e se associam aos fluxos imateriais, se inserem numa lógica da região metropolitana voltada essencialmente “para fora” como nos indica a história da constituição da região, guardando alguma relação com a transformação dos produtos (minério de ferro, celulose e petróleo) localmente, mas não inserindo nenhuma cadeia produtiva significativa localmente que pudesse, pelo menos por enquanto, representar uma indústria industrializadora. Isso não aconteceu com a indústria

siderúrgica que não incrementou indústrias de alto valor agregado como as montadoras de automóveis e, muito menos, com a indústria do papel ou, ainda mais recentemente, com a indústria do petróleo que não instalou até o presente momento um centro petroquímico significativo. Essas indústrias seriam “catedrais no deserto” produtivo, para se referir a uma célebre fórmula de Alain Lipietz.

Assim, nos parece que, apesar de nos encontrarmos numa fase de reorganização dos processos produtivos do passado, centrados na política desenvolvimentista fundada nas indústrias fordistas da ditadura militar-civil de 1964, continuamos a reiterar, de maneira diferente, o passado. Em efeito, a partir de meados dos anos 1960, vieram para a nossa região de estudo as grandes plantas industriais siderúrgicas com seus portos anexos para exportação da matéria-prima bruta ou semi-transformada em *pellets* ou placas e, mais tarde, sob forma de bobinas de aço (polo de Tubarão, em Vitória, e de Ubu, em Anchieta) e de celulose (polo de Barra do Riacho, em Aracruz) que constituíram verdadeiros enclaves territoriais.

Por sua vez, os processos de “modernização” dos portos, e dos aglomerados porto-industriais ou complexos logístico-portuários – dessa feita voltados essencialmente para a cadeia do petróleo –, continuaram, nos anos 2000, a acentuar da externalização, sob forma de enclave, dos portos em relação às áreas urbanas mais densas, mas ainda nas zonas de influência do aglomerado da região metropolitana de Vitória, como o foram, e de certa maneira continuam sendo, Tubarão, Barra do Riacho e Ubu.

O virar as costas, por parte desses enclaves industriais e portuários, à forma de organização dos portos tradicionais que caracterizaram no passado mais longínquo a cidade de Vitória, cidade-porto por excelência desde o período colonial e até meados do século XX, se materializou na construção nos anos 1960-1980 dos enclaves portuários e industriais de Tubarão (Vitória), Aracruz (Barra do Riacho) e Anchieta (Ubu), sob a égide de empresas estatais, depois privatizadas, voltadas para a industrialização pesada. Esses enclaves se perpetuaram com os novos terminais portuários e/ou complexos logístico-portuários. Esses portos eram monofuncionais (e continuam a ser, malgrado os projetos mirabolantes de “hub” de cargas no Espírito Santo, “porto central”, “superporto”, que navegam ao sabor das especulações e dos interesse mais diversos e que não se concretizam), com perfis setorializados direcionados à movimentação de tipos específicos de cargas, com os valores e empregos conectando-se às economias de escala dos grandes polos industriais (Silva e Cocco, 1999).

Estariamos, assim, na contramão dessa “modernização” (polifuncional e relativamente integrada ao espaço urbano) e da mudança do paradigma produtivo fordista para aquele chamado flexível. O que não quer dizer que tenhamos esse último como modelo de pleno “desenvolvimento”. Antes,

chamo a atenção para o fato de que apesar de estarmos numa determinada conjuntura do capitalismo internacional, a integramos de maneira subordinada com uma espécie de modernização conservadora, onde o velho insiste em se perpetuar em aliança com o novo.

De fato, na atual fase e nos centros portuários e industriais contemporâneos, os portos podem se tornar um elo “logístico desterritorializado” – uma plataforma inserida numa cadeia logística setORIZADA, um macroporto ou “hubport” – ou um porto como estratégia de desenvolvimento local integrado a sua *hinterlândia*<sup>3</sup> e em relação de complementaridade com a cidade onde está localizado, voltando a restituir a noção passada de cidade portuária, mas conectada com o mundo e não mais cabeça de terminais de um “arquipélago” mais ou menos integrado (Silva e Cocco, 1999).

Ora, nos parece, como já havíamos avançado precedentemente, que na atual fase dos complexos logístico-portuários (e à ocasião, eventualmente industriais) construídos, em construção ou projetados para o Espírito Santo e, em particular, para a Região Metropolitana da Grande Vitória Expandida, guardam aspectos dos polos antigos. Estes, muitas vezes foram também expandidos (monofuncionais e integrados a um setor, no caso específico do minério de ferro e do petróleo) sem integração com a cidade e o urbano, apenas integrado a sua esfera de influência e se servindo dos serviços que a cidade possa oferecer. As tentativas de se fazer um “macroporto” não alterarão essas características e tenderão a agravar os conflitos socioterritoriais.

Em efeito, por causa da expansão da exploração do petróleo em terra, no norte do estado, e, sobretudo, no mar em toda a extensão da plataforma continental onde se encontram a Bacia do Espírito Santo e a parte norte da Bacia de Campos em território capixaba, proliferam os portos de apoio às plataformas marítimas, bem como a construção de dutos-via, ferrovias e rodovias e outros equipamentos de consumo coletivo que permitem a circulação da matéria-prima e das mercadorias em mar e em terra. Assim, a partir de 2006, o Espírito Santo se tornou o segundo maior produtor de petróleo do país com 15,7% das reservas conhecidas (Calazans e Meirelles, 2013). Essa “cadeia produtiva” se apoia em uma malha de infraestrutura de plataformas, navios, estaleiros, embarcações de apoio, bombas cavalo de pau,

3 Essa categoria tem sua origem na interface geográfica que favorece o contato e a continuidade entre dois domínios de circulação, um terrestre e o outro marítimo. O território por trás de uma costa marítima é a área funcional continental de um porto: fornece as exportações e acolhe as importações. A fachada costeira é a área funcional que estrutura a organização marítima e as rotas oceânicas, garante as importações e impulsiona as exportações. A noção de *hinterlândia* foi estendida para todas as situações onde há relações entre dois espaços distintos e complementares. Foi importada em geografia urbana e regional com o intuito de permitir a compreensão do funcionamento das regiões. Designando, assim, um espaço polarizado por um lugar central e sua área de influência com a qual estabelece trocas e constitui um espaço de circulação. Pode ainda se referir à área de influência de uma empresa ou de um polo localizado em um determinado lugar central.

gasodutos, oleodutos, unidades de processamento, unidades de ajuste, unidades e estações de tratamento, estações de compressão, edifícios administrativos, fábricas de dutos, unidades de pesquisas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) financiadas pela Petrobras, entre outros (Calazans e Meirelles, 2013). Em fins de 2009, havia 11 campos de produção marítimos e 45 terrestres no Espírito Santo, os marítimos reuniam 17 poços produtores e os terrestres somavam 254 poços (Gonçalves, 2011: 35).

No estado do Espírito Santo, dos 16 portos e terminais diversos existentes (mono ou plurifuncionais), 15 se encontram na RMGV-E, dos quais 11 estão situados no município de Vitória, dentre eles os mais importantes em volume de cargas (Tubarão e Praia Mole, que são conexos ao Polo de Tubarão, e os portos no entorno da Baía de Vitória de cargas gerais em contêineres e de apoio às plataformas de petróleo, fabricação e embarque de tubos flexíveis para o transporte do petróleo) (Cf. ICMBio citado em Bitencourt, 2013 e Zanotelli e outros, 2013). Conforme levantamento do ICMBio e de Zanotelli, teríamos, entre projetos anunciados e em licenciamento e/ou construção, 17 outros portos e terminais de norte a sul do estado (boa parte voltada para a cadeia do petróleo: apoio às plataformas em mar da Petrobras e outras empresas petrolíferas, terminais para escoamento da produção de gás e petróleo, reparos navais e construção de sondas para as plataformas de petróleo), sobretudo concentrados em Linhares e Aracruz no litoral norte, e no litoral ao sul de Vitória, em particular em Anchieta e Itapemirim.

Esses terminais são enclaves territoriais conectados às plataformas das empresas petrolíferas para escoar ou apoiar a produção de gás e petróleo, constituindo meios de circulação dos produtos e, portanto, conectando as condições gerais de produção e de consumo coletivo da indústria de extração do petróleo e do gás entre seus diversos setores e entre esses e outros setores produtivos e de consumo. Eles favorecem e se servem das aglomerações urbanas e dos serviços que podem se encontrar às proximidades dos equipamentos e dos terminais: a própria Petrobras construiu uma “unidade de negócios” de tamanho considerável, que abriga milhares de trabalhadores na cidade de Vitória como forma de coordenar suas atividades em mar e terra.

A centralidade do petróleo para o território do Espírito Santo pode ser ainda constatada pelo volume dos recursos ligados aos *royalties* e participações especiais que foram auferidos anualmente pelas instâncias do governo do estado e pelos municípios até 2013 (R\$ 1,5 bilhão no total, sendo R\$ 900 milhões para o governo do estado e R\$ 600 milhões para os municípios, em particular para os municípios onde se encontra a área de produção). O Governo Federal pretende redistribuir esses recursos e uma nova legislação está sendo implantada.

A importância da “filial petróleo” pode ser também constatada nas previsões do instituto de planejamento do Governo do estado do Espírito Santo, o

Instituto Jones dos Santos Neves, para os investimentos no período 2012-2017 (IJSN, 2013). Assim, do total dos investimentos previstos para o período (R\$ 113 bilhões)<sup>4</sup>, R\$ 62,3 bilhões (55%) são voltados para infraestrutura (transporte, terminais portuários etc.) e, sobretudo, para a energia (R\$ 41,8 bilhões). Desse total R\$ 33,7 bilhões, 30% dos investimentos previstos no estado para o período, dizem respeito diretamente à exploração dos principais campos petrolíferos e à construção de gasodutos, estaleiros de reparos de navios e apoio à plataforma de petróleo. Se acrescentarmos a esses investimentos previstos com infraestrutura, energia, petróleo e gás, R\$ 8,8 bilhões destinados a um complexo gás-químico para produção de fertilizantes no litoral de Linhares, teremos um total R\$ 71,1 bilhões (63% dos investimentos previstos no estado para o período) que, de maneira direta, estarão integrados na rede de circulação material, em conexão direta com a exploração do gás e do petróleo, se inscrevendo nas condições gerais de produção que articulam o consumo de equipamentos coletivos materiais e imateriais. A esses últimos devem ser associados os meios de consumo coletivos em conexão indireta com a cadeia de produção petrolífera (escolas, hospitais etc.). O que implica em estender os efeitos das atividades petrolíferas aos investimentos ligados à educação, saúde, segurança, saneamento, meio-ambiente, comércio, lazer e serviços. Estudar esses efeitos, tanto em termos de multiplicação das necessidades de investimentos nessas áreas, quanto dos efeitos da demanda agregada e de geração de atividades, de trabalho e de impostos, demanda uma pesquisa aprofundada sobre a multiplicação à montante e à jusante da cadeia produtiva da indústria ligada à exploração do petróleo, o que não é o objetivo desse texto.

Os efeitos diretos e indiretos dessa articulação das condições gerais de produção no estado do Espírito Santo, por meio dos consumos de equipamentos coletivos por intermédio da circulação em conexão direta com o processo de produção e do consumo coletivo em conexão indireta com o processo de produção, se rebata na condições de reprodução da força de trabalho para além dos equipamentos coletivos tais como escolas, hospitais e centros de lazer. Eles repercutem na própria forma de viver, de habitar, portanto, fazendo do meio-ambiente e da forma de morar consumos coletivos que sofrem o efeito direto e indireto das atividades petrolíferas. Assim, estamos em presença de articulações territoriais e espaciais com efeitos à montante e à jusante do espectro socioespacial e que, em particular, tem riscos ambientais e sociais significativos tanto em mar como em terra. Acidentes, vazamentos, derramamento ou explosões e incêndios de produtos tóxicos nos dutos, nos terminais e nas plataformas são recorrentes, inclusive com mortes (Gonçalves,

---

4 A comparar ao PIB do Espírito Santo em 2010 de R\$ 82 bilhões (Cf. IBGE, Brasil em Número, vol.21, 2013).

2011:41, Calazans e Meirelles, 2013). Os efeitos sobre o meio, os conflitos pelos usos dos espaços, os impactos sobre as comunidades de pescadores, de quilombolas e sobre a população em geral foram tratados por outros autores (Gonçalves, 2011, Calazans e Meirelles, 2013, Corrêa, 2013, Bitencourt, 2013, Barbosa, 2010) e não serão abordados aqui.

No que segue, tentaremos desvendar outro aspecto que nos parece ter sido negligenciado nessa onda exploratória do petróleo: a reconfiguração da RMGV-E em virtude das rendas da terra e imobiliárias associadas, direta ou indiretamente, à renda do petróleo. Esta reconfiguração provocou aquilo que Harvey chamou de acumulação por despossessão dos territórios das populações que ali viviam, em função das atividades portuárias e industriais ou em virtude da especulação sobre as terras e os imóveis, que segregam os dominados da ordem econômica.

### Expansão da mancha urbana, renda da terra e renda imobiliária

A expansão das atividades ligadas ao petróleo no PIB do estado – desde 2002 o PIB do Espírito Santo ganhou 0,5% na participação do PIB nacional por ser um “grande produtor de commodities minerais” (Quaino, 2013) – e a evolução da população na RMGV-E, bem como a expansão da mancha urbana, se deram de maneira concomitante entre o fim dos anos 1990 e o ano de 2013.

Assim, a população da região cresceu 18% no período de 2000 a 2010. Os municípios de Anchieta, Serra, Aracruz e Fundão tiveram os maiores índices de aumento populacional, 22%, 27% e 31% respectivamente, índices a comparar com aqueles apurados no estado como um todo (14%). Essa evolução continua nos tempos atuais, quando se verifica as projeções de população da região em 2013 realizadas pelo IBGE (+10% em relação ao Censo de 2010!). Parte desse aumento vem de um saldo migratório positivo. Em efeito, no Censo de 2010 a Região Macrometropolitana de Vitória, entre 2005 e 2010, teve um saldo migratório positivo. Entre 3% e 7% da população dos diferentes municípios da região é migrante (IBGE, 2010). Apesar dessa evolução, o PIB per capita do Espírito Santo ficou acima da média brasileira.

Em paralelo a essa evolução, a mancha urbana na região, no período entre 1997 e 2010, aumentou de 58,4%, com evoluções espetaculares em Anchieta, Fundão e Guarapari. É digno de nota que os espaços urbanos (358 km<sup>2</sup>) representavam em 2010 apenas 8,6% do território, mas o perímetro urbano, definido por lei municipal de maneira muitas vezes aleatória, era três vezes superior à área da mancha urbana. A área rural representava 74% do território da RMGV-E. A mata nativa recuou 10% do total de sua extensão, e no mesmo período, a cultura do eucalipto destinado à produção de pasta de papel, ou a

outros usos, aumentou 66,5%; bem como a agricultura aumentou em 324%. A pastagem, malgrado uma diminuição de 16,6%, continua representando 1/3 das terras da região (Zanotelli e outros, 2013). Esses dados sinalizam para uma expansão populacional e urbana concomitantes a uma vontade das municipalidades de transformarem o espaço rural em terras urbanas e a um avanço das culturas sobre as matas até então preservadas. A população considerada urbana era, em 2010, de 97% dos que viviam na região!

Em meio a essas evoluções, a terra revela-se um ativo de primeira importância nas estratégias dos atores sociais – dentre eles as grandes empresas, em posição de monopólio sobre a propriedade fundiária, face às novas configurações das condições gerais de produção associadas à cadeia do petróleo. As valorizações acontecem, em particular, por meio da multiplicação dos meios de circulação em conexão direta com o processo de produção (dutos, ferrovias e rodovias) antecipando-se ganhos futuros por meio dos investimentos esperados na construção de circuitos materiais e imateriais. A concentração fundiária é significativa na região. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, 79% das propriedades de terras em Aracruz, 61% em Anchieta, 68% em Serra e 63% em Vila Velha tinham mais de 200 hectares. No município de Serra, três proprietários detinham 46,5% das terras rurais do município, ou seja, 14.708 hectares.

As empresas presentes nos polos e/ou complexos industriais e portuários, notadamente em Aracruz, a Fibria, e em Anchieta, a Vale S.A., possuíam, segundo o Incra, em 2013, 23 mil hectares de terras declaradas e consideradas rurais nos dois municípios, sem contar os sítios portuários e industriais dessas empresas já existentes nesses municípios e em outros municípios da região. Em Anchieta, na área pertencente à Vale S.A., propôs-se em 2006 e 2007, com apoio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, a implantação de um complexo logístico industrial (que não se concretizou) ligado ao minério de ferro e ao petróleo, de tamanho fenomenal: 25 km<sup>2</sup>. A empresa Vale S.A., por meio de suas filiais Samarco e Samitri, em associação com a multinacional BHP Brasil, é proprietária de uma área que varia, segundo as fontes, entre 42 e 52 km<sup>2</sup> de terras em Anchieta (IBGE, 2006, Incra, 2013 e PMA, 2005). Esse exemplo nos demonstra como as empresas não somente estão interessadas na expansão dos seus empreendimentos, como também podem se transformar em atores de primeiro plano no controle do acesso da terra para a expansão dos complexos industriais e portuários que se anunciam, efetivados ou não, apurando *en passant* rendas fundiárias substanciais.

Outro aspecto, associado intimamente ao primeiro – pois as rendas da terra são extraídas com maior *gourmandise* quando integradas no circuito das construções, e que pode revelar consequências advindas da construção dos complexos industriais e portuários e dos excedentes de capital ligados ou não ao petróleo – é a oferta de imóveis residenciais. Poderíamos, assim,

designá-los, segundo as categorias invocadas precedentemente, como meios de consumo coletivos em conexão indireta com os processos de exploração e circulação do petróleo e gás, tanto pelas demandas advindas dos trabalhadores dos setores de atividades ligados a essa cadeia produtiva, como por meio da demanda induzida e pela antecipação que os agentes sociais fazem de prováveis demandas sobre o setor residencial, acelerando o processo de reestruturação fundiária e/ou de construção imobiliária.

Esse mecanismo certamente se insere em um *boom* de excedentes globais de capitais em busca de terrenos férteis para investimentos e se conecta aos processos em curso nas principais cidades brasileiras. Entretanto, ele adquire em cada lugar características específicas que revelam as aporias dos mecanismos de “desenvolvimento para fora”.

Segundo o Sindicato da Construção Civil do Espírito Santo, no período de 2005 a 2012, foram lançadas 61.783 unidades imobiliárias nos quatro principais municípios da região (Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória) e haveria em 2012, 35 mil imóveis em construção (Sinduscon, 2012). A super oferta pode ser depreendida do fato que, segundo os dados do IBGE de 2010, tínhamos nos quatro municípios referidos, 55 mil domicílios particulares não ocupados e ao mesmo tempo o déficit habitacional desses municípios era de 4.364 domicílios (IJSN, 2010). A especulação sobressai quando se analisa os preços de lançamento dos imóveis entre 2005 e 2012. Segundo o mesmo sindicato dos patrões da construção civil, em Vitória os preços dos imóveis residenciais de 3 quartos subiram 85% e em Serra, 123% para o mesmo período (Zanotelli e outros, 2013).

O nível dos preços no setor imobiliário e a quantidade de residências vazias indicam um processo especulativo associado às rendas da terra, que se traduzem em uma estratégia de captura do valor produzido coletivamente por meio da transformação dos valores de usos em valores de troca, garantidos pelos títulos de propriedade e pelas posições dominantes no mercado dos proprietários fundiários e dos empreendedores imobiliários.

Essa estratégia tem a ver com o excedente de capital e a acumulação de capital em nível global regional e nacional, tornando os custos da reprodução da força de trabalho e os consumos coletivos indiretos associados às condições gerais de produção exorbitantes para o conjunto da sociedade e, em particular, os mais pobres e submetidos à lógica da exclusão e da segregação metropolitana.

Assim, malgrado um arrefecimento dos preços imobiliários entre o início de 2012 e meados de 2013 nos municípios de Vitória e Vila Velha, medidos pelo índice Fipe-ZAP, bem como uma redução do ritmo de vendas imobiliárias (Zanotelli e outros, 2013), o que indicaria a existência de uma *bolha* imobiliária, constata-se que, muito em função dos lançamentos imobiliários ligados ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), do Governo Federal, os lançamentos continuam e os preços,



mesmo se diminuíram provisoriamente, têm apresentado, segundo o índice evocado, tendência à alta a partir de meados de 2013. Seguindo essa lógica de aumento dos preços da moradia e dos terrenos, temos percebido que muitos dos empreendimentos do MCMV destinados às categorias sociais que ganham até 3 salários mínimos têm, por razões diversas, notadamente ligadas às taxas de lucro dos empreendedores imobiliários, estão situados nas franjas da expansão urbana. Tornando, desse modo, a vida cotidiana de milhares de pessoas mais difícil, pois estão ou vão morar em locais distantes dos centros da região. Simultaneamente, assistimos à fragmentação do território com a multiplicação de loteamentos e condomínios fechados, “produtos imobiliários” que buscam captar as rendas disponíveis e difundir um modo de habitat que transforma a terra e as construções em dinheiro e em morredouro da cidade.

### Considerações finais

A previsão e realização de investimentos em equipamentos coletivos de consumo na Macrorregião de Vitória, fundados na cadeia do petróleo, nos revelam uma tendência à concentração dos terminais e dos complexos logístico-industriais nessa região em função de razões históricas da cidade-porto e de condições ligadas à exploração do petróleo e às vantagens locacionais.

Por outro lado, a expansão da mancha urbana em função desses processos leva à multiplicação dos locais de instalações das atividades ligadas a esse setor, numa lógica de enclave territorial, bem como à antecipação dos investimentos imobiliários que transformam gradualmente o mercado de terras. A máquina antecipatória sobre o valor a partir da mercadoria objetiva-se na troca dessas mercadorias e na integração das condições gerais de produção por meio de seus suportes materiais e, em particular, a terra. Ora, a terra somente tem valor de uso e de troca uma vez ocupada. Portanto, a antecipação do valor sobre a terra via projetos e efetivação de meios de circulação, em conexão direta com a produção (rodovias, terminais, oleodutos, complexos logístico-industriais e portuários) e a conseqüente oferta (e demanda) de meios de consumo coletivos habitacionais e outros se inscreve, pelo menos parcialmente, na especulação sobre valores futuros que fazem carburar a máquina dos capitais fictícios. Dessa maneira, aumenta-se a exploração salarial dos trabalhadores que, com os mesmos salários, deverão comprar seus *habitats* ou aluga-los (ao menos que tenham subvenções que minorem esse aspecto, mas que, de qualquer maneira, permitem ganhos substanciais ao setor imobiliário).

## Referências bibliográficas

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA (PMA). *Plano Estratégico do Município de Anchieta, 2006-2025*. Anchieta, 2006.

BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. *O lugar no contexto das redes globais: o polo industrial e de serviços de Anchieta, ES. Uma paisagem em transformação*. Tese de doutorado, FAU-USP, 2010.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BITENCOURT, Christianne Provietti. *Empreendimentos costeiros de grande porte e conflitos no uso e ocupação do solo: a zona costeira sul capixaba*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFES, 2013.

CALAZANS, Marcelo e MEIRELLES, Daniela. A reconfiguração de territórios no Espírito Santo pelas atividades petrolíferas. In *50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil. Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal*. Organização: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía da Guanabara. Rio de Janeiro: Fase, 2013, p.253-264.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1972].

CORRÊA, Josilene Cavalcante. *Territorialidade e resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta, ES*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES, 2013.

GONÇALVES, Felipe Pinto. *Atividade energética e riscos no litoral de linhares: problemas e perspectivas para a gestão do território*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da UFES, 2011.

HARVEY, David. *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 [2006, 1980].

ÍNDICE FIPE ZAP. <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap/>; consultado em 14 de fevereiro de 2013.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES (IJSN). *Investimentos anunciados para o Espírito Santo 2012-2017*, julho 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Dados propriedades fundiárias RMGV-E*, 2013.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (07). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>

MARX, Karl. *O Capital: o processo global da produção capitalista. Tomo 2 (Parte Segunda)*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESPÍRITO SANTO (Sinduscon). *22º censo imobiliário*. Vitória, novembro de 2012.

SILVA, Gerardo, COCCO, Giuseppe. Introdução in \_\_\_\_\_. (Org.) *Cidades e portos. Os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

ZANOTELLI, Claudio, FERREIRA, Francimar, ANTONIO, Larissa. A expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória. In: *Anais do 14º. Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2013, Lima. 14º. Encontro de Geógrafos da América Latina: Reencuentro de saberes territoriales Latinoamericanos. Lima: 14 Egal, 2013. v. 1. p. 1-25.

QUAINO, Lilian. *PIB dos 22 estados mais pobres cresce enquanto o de SP cai, diz IBGE*. G1, 22 de novembro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/pib-dos-22-estados-mais-pobres-cresce-enquanto-o-de-sp-cai-diz-ibge.html>. Acesso em: 21 de abril 2014.

Texto recebido em maio de 2014.



# Direitos territoriais e a expansão da fronteira de exploração mineral sobre a Amazônia

Guilherme Carvalho<sup>1</sup>  
Julianna Malerba<sup>2</sup>



Estrada de Ferro Carajás-Marabá

Jeremy Bigwood/Agência Pública (Viagem a Canaã)

## O nó do desenvolvimento

Apesar de certa euforia em torno de uma suposta retomada do desenvolvimento no Brasil (expressa nos sucessivos aumentos, ao longo da última década, nas taxas de crescimento econômico), a política econômica e de desenvolvimento brasileira não tem conseguido romper com a dependência externa e com a força do capital especulativo, elementos que estão relacionados aos ajustes estruturais do período neoliberal. Isso fica evidente com a transferência média anual de R\$ 100 a 150 bilhões de recursos públicos para os detentores da dívida pública. Dados do *Le Monde Diplomatique Brasil* mostram que nossos impostos são priorizados para cumprir os serviços da dívida (i.e., pagamento dos juros e amortizações), de forma a manter os compromissos com os setores especulativos e financeiros (Caccia Bava, 2013).

Alguns autores têm demonstrado que a administração do serviço da dívida tem sido um dos elementos determinantes do modelo econômico nacional, focado na manutenção da estabilidade macroeconômica e na busca por equilíbrio fiscal (Bitencourt, Bossi e Santos, 2012; Milanez e Santos, 2013). Na prática, isso tem significado a escolha por um conjunto de estratégias

- 
- 1 Guilherme Carvalho é doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA e coordenador da FASE Programa Amazônia.
  - 2 Julianna Malerba é doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ e assessora nacional da FASE.

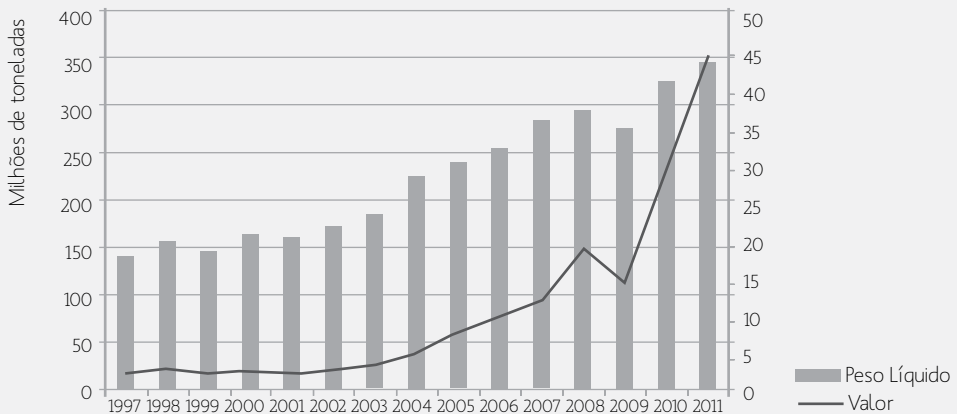
de desenvolvimento que gere permanentes superávits primários<sup>3</sup> capazes de garantir equilíbrio do balanço de pagamentos nas contas públicas de modo a manter a capacidade do país de saldar seus compromissos com a remuneração do capital financeiro.

Em torno disso, na última década, as políticas de desenvolvimento passam a ser orientadas pela atração de capitais para manutenção do equilíbrio fiscal, através de forte investimento em setores econômicos de alta competitividade voltados para exportação.

Apesar de uma relativa queda na demanda internacional por *commodities* após a crise de 2008, o peso das exportações dos setores primários na balança comercial brasileira mantém a relevância adquirida na última década, com destaque para o setor mineral.

Em termos de participação na receita das exportações, a importância dos minérios passou de 7%, em 2006, para quase 18%, em 2011 (McKinsey Global Institute, citado em Milanez, 2012). Em 2009, o setor mineral exportou US\$ 30,83 bilhões, cerca de 20% do total das exportações brasileiras no ano, correspondendo a mais de 3/5 da balança comercial. Somente o minério de ferro respondeu por 70,62% da exportação de metálicos, atingindo o montante de US\$ 19,60 bilhões.

Valor e participação dos minérios nas exportações brasileiras



Fonte: McKinsey Global Institute (2011), citado em Milanez, 2012.

3 Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. No balanço de pagamentos (registro de todas as transações econômicas e financeiras realizadas por residentes de um país com os dos demais países, incluindo transações correntes e movimento de capitais), o superávit é registrado quando o resultado da soma de todas as entradas de divisas decorrentes das várias operações com os demais países é maior do que às saídas de divisas. No caso de soma negativa desses fluxos caem as reservas em moeda estrangeira no país, necessária para garantir, por exemplo, a remuneração do capital estrangeiro. Cf. <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit> e Delgado (2010).

Não por acaso, na última década o Brasil experimentou uma expansão acelerada da produção mineral, que cresceu 550% entre 2001 e 2011. Em 2000 a participação da indústria extrativa mineral no PIB representava apenas 1,6%, em 2011 esse índice atingiu 4,1%.

Ao longo do período, todos os principais minérios apresentaram crescimento exponencial nas taxas de extração, tendo o cobre e o zinco experimentado um crescimento de 600% e o ferro e a bauxita um incremento nos níveis de extração de aproximadamente 90% e 140%, respectivamente.

Apesar da volatilidade de preços das *commodities* no mercado internacional, o Estado tem planejado aprofundar os investimentos e abrir os territórios para a expansão desses setores. O Plano Nacional de Mineração, proposto pelo Ministério de Minas e Energia (MME), prevê investimentos de R\$ 350 bilhões até 2030, investidos prioritariamente na Amazônia. Tomando por base valores de 2008, o MME antecipa que até 2030 a exploração de bauxita e de ferro deverá aumentar três vezes, a do ouro três vezes e meia, e a do cobre e níquel mais de quatro vezes. Estima-se que a produção de minério ferro, atualmente na marca dos 460 milhões de toneladas/ano, deva chegar em 2030 a 1,098 bilhão de toneladas/ano.

Mirando as tendências no cenário internacional<sup>4</sup> e as escolhas que orientam a política macroeconômica, o Brasil construiu uma convergência entre dinâmicas globais e nacionais e, nos últimos 10 anos, tem investido em infraestrutura (viária e energética) voltada para a ampliação de seus saldos comerciais (i.e., exportação), fortalecendo um setor privado produtor de bens minerais e produtos agroexportadores e incentivando suas multinacionais (Vale S.A., Petrobras, empreiteiras, frigoríferos etc.).

A despeito da crítica histórica da esquerda latino americana ao modelo econômico centrado na extração e exportação de recursos naturais que impulsionou um conjunto de políticas que buscaram industrializar o Brasil, sob as mãos de governos de esquerda, o Brasil (e também a grande maioria dos países sul-americanos) passa a centrar suas estratégias de desenvolvimento em setores exportadores e intensivos em recursos naturais, a exemplo da mineração. O resultado, além do aumento da dependência externa e da exposição à volatilidade do mercado de *commodities*, tem sido uma reprimarização da pauta exportadora brasileira, com reflexos sobre toda a estrutura produtiva do país.

O mercado das *commodities* de forma geral é marcado por uma forte volatilidade. Estudos indicam que a elevação no preço dos recursos minerais deverá também ser acompanhada pelo aumento na variação desses preços. No caso da exportação dos minérios brasileiros, a vulnerabilidade econômica

---

4 Tendências que se referem à retomada do aumento de preços das *commodities* associado ao crescimento da demanda em nível global puxada pela China, à redução das melhores reservas e à possibilidade de escassez de alguns minérios a médio prazo.



do Brasil é ainda maior pela crescente importância da China como principal comprador. Em 1990, a China importava 2% do minério de ferro brasileiro, em 2009, esse percentual havia passado para 59% (MME, 2011). A quantidade de minério exportado para a China é mais de quatro vezes superior àquela vendida para o Japão, o segundo país no *ranking* dos destinos desses produtos (Milanez, 2012).

Além disso, a estratégia de inserção externa via desenvolvimento de setores intensivos em recursos naturais, posta em prática pelo Estado na última década, tem afetado a composição do setor secundário e a qualidade de sua participação no PIB. Enquanto entre 2000 e 2011, o setor extrativo mineral experimentou uma ascensão de sua participação no produto nacional (de 1,6% para 4,1%), a indústria de transformação decresceu de 17,2% para 14,6% (Milanez, 2012). Alguns autores afirmam que esse decréscimo se dá *vis-à-vis* à ascensão das atividades minerais, como resultado da dissociação crescente entre a política industrial e a macroeconômica (Bitencourt, Bossi e Santos, 2012). Isso porque, apesar da redução da taxa de juros, ela ainda continua muito elevada em comparação à lucratividade média da indústria. A despeito das tentativas de retomada de estratégias industriais verticais ou setoriais (a exemplo do incentivo ao conteúdo nacional na cadeia de fornecimento a indústria petrolífera), a estabilidade macroeconômica, que induz à manutenção de taxas de juros relativamente altas como instrumento de controle inflacionário, faz com que somente alguns setores muito lucrativos (como o setor extrativo mineral) tenham condições de fazer empréstimos para investimento.

Esta situação “aprisiona” o país em uma profunda dependência externa, pois gera o insulamento de setores econômicos e redes de produção voltadas para o mercado externo e intensivas em recursos naturais ao mesmo tempo em que limita a diversificação e a integração econômica, contribuindo para um processo de simplificação da economia nacional (Santos e Milanez, 2013).

Uma expressão disso é a tendência de concentração em poucas empresas que o setor mineral, por ser intensivo em capital, apresenta. Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 2010), as quinze maiores empresas de mineração no país foram responsáveis por mais de dois terços da produção mineral brasileira, com destaque para a Vale S.A. graças à produção de minério de ferro, que sozinha representou 63% de toda a produção mineral em 2011 (DNPM, 2012b). Nesse mesmo ano, a Vale S.A. detinha 72% do mercado nacional de minérios (Ayres, citado em Bustamante e outros, 2013).

## Política mineral e reconfiguração territorial

Diante da progressiva escassez no planeta dos recursos não renováveis, os processos produtivos que viabilizam a continuidade da sua exploração

implicam em níveis cada vez maiores de impacto ambiental e de intervenções mais intensivas na geografia dos territórios.

Como expressão concreta da tendência de investimentos expressos no Plano Nacional de Mineração surgiram, na última década, várias frentes de extrativismo mineral, especialmente na região Norte e Nordeste. Em Carajás, no Pará, a ampliação da produção de minério de ferro e manganês se deu paralelamente à abertura de novas minas de cobre e níquel. Em Juruti, no oeste paraense, minas de bauxita (matéria prima para produção de alumínio), exploradas pela Alcoa, entraram em operação ampliando a extração desse minério no estado, que já conta com minas em Oriximiná e Paragominas. Em Barcarena, a 80 quilômetros de Belém, as fábricas de alumina e alumínio passaram por um processo de ampliação da produção.

Como boa parte dos bens minerais explorados no país tem como destino o mercado externo, a duplicação da estrada de ferro Carajás e a expansão dos portos em São Luiz, no Maranhão, entram na conta do *boom* mineral. Um fenômeno que também impulsiona a ampliação em alguns milhares de hectares de áreas de plantio de eucaliptos e também o desmatamento ilegal destinado à produção de carvão utilizado como insumo no processo de produção de ferro gusa pelas 14 siderúrgicas já instaladas ao longo da estrada de ferro Carajás<sup>5</sup> (Malerba e Milanez, 2012).

Os processos de beneficiamento e transformação mineral são intensivos no consumo de energia<sup>6</sup>. Para produzir 432 mil toneladas de alumínio, a Albrás, instalada em Barcarena, consumiu a mesma quantidade de energia elétrica das duas maiores cidades da Amazônia, as capitais Belém e Manaus. A empresa responde por 1,5% do consumo de eletricidade do Brasil com seus quase 200 milhões de habitantes (Pinto, 2009). Em Carajás, as esteiras elétricas movidas à eletricidade funcionam 24 horas por dia e os caminhões gigantes – estimados atualmente em cem unidades – consomem, cada qual, quatro mil litros de óleo diesel ao dia (Relatoria para o Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013).

A entrada da Vale S.A., em abril de 2011, no consórcio da hidrelétrica de Belo Monte aponta qual deve ser o destino prioritário da energia gerada pela usina. Sem ela, provavelmente será difícil para a empresa ampliar a produção de minério de ferro pretendida em Carajás com a mina S11D, em fase de

---

5 Em 2008, a produção de ferro gusa e aço foi responsável por 75,3% do consumo de carvão vegetal do país (EPE, 2009). Entretanto, no Brasil, a produção de carvão vegetal ainda se dá em larga escala por meio do desmatamento de mata nativa. Entre 1997 e 2007, a participação das matas nativas na produção nacional de carvão vegetal passou de 24,6% para 50,1% (Instituto Observatório Social, 2011).

6 Segundo a EPE (2011), em 2010, a indústria de mineração e pelotização, o setor de ferro-gusa e aço, as empresas de metais não-ferrosos e a produção de ferro-ligas consumiram, conjuntamente, 27 milhões tep (toneladas equivalentes de petróleo). Esse montante foi superior ao consumo de todas as residências do país, que ficou no patamar de 23 milhões tep.

licenciamento. O mesmo pode ser dito do projeto da canadense Belo Sun, que pretende ser o maior empreendimento de mineração de ouro a céu aberto do país. Previsto para ser implantado a cerca de apenas 10 quilômetros da barragem da hidrelétrica de Belo Monte, o projeto prevê a extração de 142 toneladas de ouro puro no prazo de 13 anos. Só a título de comparação: estima-se que 100 toneladas tenham saído do garimpo de Serra Pelada, em uma década de funcionamento. Serão processados 94 milhões de toneladas de minério que exigirão a energia de Belo Monte conforme atesta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto (Belo Sun Mineração Ltda, 2012).

É assim que a ampliação da produção de alumínio e de vários outros projetos de beneficiamento mineral tem forte relação com a construção acelerada de mais de vinte usinas hidrelétricas de médio em grande porte previstas para a Amazônia até 2020 (MME, 2010).

Além de usar muita água no processo de beneficiamento do minério, a ampliação das infraestruturas de escoamento, em especial dos minerodutos (que transportam os minérios com a pressão da água), deverá aumentar a demanda por água. Por exemplo, em Minas Gerais operam três minerodutos, mas pretende-se instalar outros quatro e juntos os sete minerodutos consumirão 8,17 milhões de metros cúbicos, quase metade de toda a água consumida mensalmente por Belo Horizonte, que corresponde a 18,403 milhões metros cúbicos (IBASE, 2012). O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2012 já apontava a mineração como a segunda principal fonte de requisições de usos de água e indicava o crescimento das outorgas relacionadas à mineração entre os anos 2000 e 2012 (Bittencourt, 2013).

Seja pela pressão que exerce sobre os recursos naturais ou pela reorganização espacial decorrente da estrutura logística necessária para extração, beneficiamento e escoamento, a mineração em larga escala implica em fortes impactos socioambientais e territoriais. Ao depender de grande movimento de capital e necessitar, sobretudo na fase inicial de implementação, de grande fluxo de mão de obra, esses empreendimentos produzem profundas alterações na vida local, com um aumento rápido da população, cujo impacto é diretamente sentido sobre os sistemas locais de saúde, educação, assistência social.

Além disso, embora esses empreendimentos cheguem às regiões acompanhados de promessas de melhoria da qualidade de vida, inúmeros exemplos Brasil afora revelam que a implementação desses grandes projetos produtivos tendem a promover uma reorganização dos territórios sob bases da desigualdade social, já que as populações que sofrem os impactos negativos, recorrentemente, são as que vivem distantes dos centros de poder e possuem

menores recursos financeiros, político e/ou informacionais<sup>7</sup>.

Com a expansão das atividades minerais, o que implica no aumento das minas, siderúrgicas, estradas de ferro e portos, a tendência é a de que se acirrem os conflitos ambientais envolvendo a mineração. O Relatório Conflitos no Campo, elaborado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), informa a ocorrência de 43 conflitos no país envolvendo a mineração em 2011 (CPT, 2011: 79).

As experiências em Carajás e na região do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais demonstram que, em contextos de projetos de produção mineral voltados para exportação, tende a ocorrer uma concentração e reorientação das atividades econômicas (do mercado imobiliário ao uso de recursos públicos para qualificação profissional) em torno das necessidades do setor, gerando um adensamento da própria cadeia produtiva da mineração. Esse processo de crescimento ‘para fora’ “consolida no território e em sua economia uma *corporatização* das paisagens à imagem e semelhança dos interesses empresariais, subordinando os modos de vida e as atividades socioprodutivas existentes ao padrão global de acumulação capitalista” (Santos, citado em Bittencourt, 2013a). Intensiva em recursos naturais, em capital e tecnologia, a atividade extrativa mineral de larga escala integra diretamente poucos trabalhadores<sup>8</sup> e, segundo estudos, não tem vinculado o crescimento da produtividade à expansão do emprego e salário<sup>9</sup>, operando como estrutura de concentração de renda.

## Direitos territoriais e política (neo)desenvolvimentista

Em fevereiro de 2013, o jornal *Valor Econômico*, em matéria intitulada ‘As prioridades dos ruralistas’, apresentava um dos eixos sobre o qual a Frente

---

7 A instalação das minas de bauxita da Mineração Rio do Norte e de ferro da Vale S.A. ocasionou perdas de áreas destinadas ao uso agrícola e à coleta de produtos da floresta em Oriximiná, onde vivem os quilombolas do Trombetas, e em Carajás, em territórios dos índios Xikrin (Wanderley, 2012). Em São Luiz, a implantação do complexo portuário da Ponta da Madeira, onde desemboca a estrada de ferro Carajás, removeu centenas de famílias de pescadores, que foram reassentadas na periferia da cidade, em Taqui Bacanga. Além da diminuição do pescado em decorrência da obra, o deslocamento alterou a dinâmica socioprodutiva dos pescadores. As mulheres perderam áreas importantes de acesso aos babaçuais, cujo extrativismo garantia complementação de renda e autonomia econômica (Relatoria para o Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013).

8 O setor mineral emprega de forma direta 175 mil trabalhadores. Destes, 66 mil estão empregados em empresas de pequeno e médio porte responsáveis pela extração, em mais de 2 mil minas espalhadas pelo país, de agregados (areia, saibro, cascalho e brita) utilizados na construção civil (DNPM, 2010).

9 Alguns estudos têm demonstrado que no processo de exportação e produção de bens primários a taxa de salário, o emprego e a massa salarial gerada no processo produtivo não crescem, e até decrescem, na medida em que a produção e a exportação das cadeias se expandem (Delgado, 2010).

Parlamentar Agropecuária planejava concentrar sua atuação no Congresso naquele ano: a oposição à demarcação de terras indígenas. Quatro meses depois, em junho, o Executivo enviava ao Legislativo, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei 5.807/2013 que dispõe sobre a atividade de mineração – para substituir o Código Mineral de 1967 atualmente em vigência.

Essas duas informações, aparentemente desconexas, guardam forte relação com a questão agrária e o “giro territorial” que ela experimentou nos últimos 20 anos. Elas se relacionam ao acirramento da disputa por terra e território e às novas formas que ela vem assumindo a partir de um processo de *reordenamento normativo*, operado tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo, que visa ampliar o acesso das atividades intensivas em recursos naturais (como mineração e agronegócio) a territórios que, em função do reconhecimento pela Constituição Federal de direitos comunitários à terra e aos recursos naturais, estão fora do mercado de terras e sob uso distinto daquele que o Estado brasileiro, com sua razão utilitária e “vocação” desenvolvimentista, reconhece como necessário ao desenvolvimento do país.

O crescimento dos agroempresários no Congresso Nacional ocorreu após o processo de redemocratização. Ao mesmo tempo, a promulgação da Constituição de 1988 criou um arcabouço legislativo e institucional que reconheceu direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, representados por novos movimentos sociais que têm no centro de sua ação política a afirmação de suas identidades étnicas, de gênero e raciais, associadas à defesa de territórios, de modos de vida próprios, e a formas específicas de apropriação do mundo material.

A despeito da extraordinária diversidade fundiária que acompanha a diversidade sociocultural brasileira, foi somente após o processo de redemocratização na década de 1980, que o Estado brasileiro começa a reconhecer que a questão fundiária no Brasil não se limita à redistribuição de terras, estando relacionada aos processos de ocupação e afirmação territorial que remetem, nos marcos legais do Estado, a políticas de reordenamento e reconhecimento territorial (Little, 2002).

Essa mudança decorre da emergência de mobilizações de grupos sociais denominados ou autodenominados “povos ou comunidades tradicionais”. Esses começam a ganhar força e objetivação na forma de movimentos sociais a partir da década de 1980, frente a um processo de expansão das fronteiras operado pelo Estado desde a colônia, que ganha intensidade no século XX com políticas sistemáticas de ocupação da Amazônia.

Como reação à desterritorialização operada pelas ondas de migração estimuladas direta e indiretamente pelo Estado, esses grupos, em aliança com

outros setores<sup>10</sup>, conseguem durante o processo constituinte incorporar novos direitos e formalizar distintas modalidades territoriais na Constituição do país. Além de reafirmar o reconhecimento aos povos indígenas de seus “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Artigo 231), as terras indígenas passam a ser consideradas constitucionalmente como instrumento de garantia de direitos sociais específicos (Ferreira, 2011). Além disso, a Constituição, no artigo 68 das Disposições Transitórias, afirma que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo ao Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. No bojo desse processo, em 1987, são estabelecidos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária, junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). E, em 1989, são criadas Reservas Extrativistas dentro da política ambiental, no âmbito do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), modalidade definitivamente incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em 2000. Em comum, essas terras não preveem parcelamento de lotes e estão protegidas da alienação, conformando-se como terras públicas de usufruto permanente das comunidades tradicionais.

A partir de então, os processos de demarcação de terras indígenas, de titulação de comunidades quilombolas, de forma mais tímida, e de criação de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e de Assentamentos Diferenciados<sup>11</sup> recebem um impulso, o que retira em torno de 158 milhões de hectares do mercado de terras (Vianna Jr., 2013).

Se, por um lado, a afirmação de territorialidades específicas operou mudanças na política fundiária, quebrando nos últimos 25 anos o monopólio histórico dos planejadores oficiais do Estado sobre a definição legítima do território (Esterci e Schweickardt, 2010), por outro, no contexto atual de retomada das políticas desenvolvimentistas, a garantia dos direitos territoriais passa também a representar “entraves” à expansão do crescimento e do desenvolvimento do país, noção que marca especialmente o governo federal desde a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.

Com relação às terras comunitárias (terras indígenas, quilombos, reservas extrativistas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável e os Projetos de

---

10 Além da aliança com ONGs, pesquisadores/setores da universidade e de outros movimentos sociais, teve também importância no processo de incorporação de novas categorias fundiárias na Constituição brasileira a emergência do movimento socioambientalista que reconhece nas territorialidades e modos de vidas das comunidades “tradicionais” práticas de uso e manejo dos recursos naturais ecologicamente sustentáveis (Santilli, 2005).

11 Os assentamentos diferenciados (projeto de assentamento agroextrativista, projetos de desenvolvimento sustentável e projeto de assentamento florestal) são modalidades hoje presentes na política de regularização e ordenamento fundiário do INCRA, não prevêm parcelamento de lotes e reconhecem os direitos territoriais de comunidades tradicionais, não permitindo a alienação das terras (Vianna Jr., 2013).

Assentamento diferenciados), sua retirada do mercado de terras, conforme vem sendo assinalado por alguns autores, não as exclui de outros mercados (aí incluídos o mercado de produtos florestais e também energéticos e minerais), o que faz com que se acirrem as disputas sobre a utilização dos recursos naturais que se encontram sobre e sob o solo desses territórios (Vianna Jr., 2013).

O tensionamento estabelecido entre os novos direitos e o aprofundamento das políticas desenvolvimentistas deve ser lido à luz das particularidades que tais políticas adquirem nesse início de século e que estão diretamente ligadas: i) à reconfiguração das forças hegemônicas ligadas ao capital agrário-industrial-financeiro, que adquire mais coesão e influência sobre o Estado (Mendonça, 2009), ii) à opção por um modelo focado na manutenção da estabilidade macroeconômica e na busca por equilíbrio fiscal, o que, na prática, tem significado a escolha por um conjunto de estratégias de estímulo a setores primários exportadores que, graças ao momento de aumento de preços das *commodities*, tem sido responsável por garantir equilíbrio na balanço de pagamentos nas contas públicas e iii) ao papel ativo que o Estado adquire como indutor do desenvolvimento capitalista, através de um forte investimento nesses setores econômicos, para os quais destina as prioridades de financiamento, subsídios e infraestrutura logística (transporte e energia).

Uma das respostas que o Estado e setores da elite, que mantêm forte pressão sobre o aparelho estatal, têm encontrado frente aos limites impostos à expansão da fronteira econômica pela conquista de direitos territoriais por povos e comunidades tradicionais, tem sido a produção de novas normativas. Essas convergem na tentativa de diminuir os efeitos bloqueadores que instrumentos de gestão territorial e ambiental têm sobre as políticas desenvolvimentistas.

## Reordenamento normativo

Um dos projetos cuja aprovação era considerada como prioridade pela banca ruralista, segundo a mencionada matéria do *Valor Econômico*, refere-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000 que visa retirar do Executivo a demarcação das terras indígenas e incluí-la como competência exclusiva do Congresso, conferindo-lhe também o poder de revisar as demarcações já homologadas.

A essa investida sobre os direitos territoriais somam-se outras no âmbito do Legislativo, como a Ação de Inconstitucionalidade nº 3.239/2004. O texto da ADIN contesta o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento de titulação das terras ocupadas por populações quilombolas. A Ação sustenta a inconstitucionalidade do critério de autoatribuição fixado no decreto, para identificar e caracterizar as terras a serem reconhecidas a essas comunidades.

No âmbito do Executivo, a Portaria nº 303/2012<sup>12</sup>, ao colocar em vigor as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante julgamento que homologou a demarcação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol em área contínua, confirma o entendimento de que os direitos dos índios sobre as terras não se sobrepõem ao *interesse público da União*, de forma que seu usufruto fica condicionado à política de defesa nacional. Dessa maneira, fica permitida a entrada e instalação de bases, unidades e postos militares no interior das reservas. A expansão estratégica da malha viária e a exploração de alternativas energéticas e de “riquezas de cunho estratégico para o país” também não dependerão de consentimento das comunidades que vivem nas TIs afetadas, de acordo com as regras.

Temporariamente suspensa por pressão dos movimentos sociais, essa Portaria guarda relação não apenas com processos de questionamento dos direitos territoriais em curso no Legislativo, mas também com o processo permanente de enfraquecimento dos dispositivos de regulação ambiental no âmbito do Executivo. São exemplos as Portarias nº 204, 205 e 206, de 17 de julho de 2008, do Ministério do Meio Ambiente, que visam acelerar o licenciamento ambiental, reduzindo pela metade os prazos para a concessão das licenças, e a Portaria Interministerial 419/2011, que regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Cultural Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Saúde na elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal, limitando os prazos para a manifestação desses órgãos. A Portaria, o resultado do julgamento sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol e as mudanças nas regras de licenciamento ambiental parecem convergir na tentativa de remover entraves à expansão da fronteira econômica, uma vez que produzem normativas que buscam facilitar a implementação de políticas desenvolvimentistas frente às restrições estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial e ambiental.

A ampliação exponencial da produção mineral prevista no Plano de Mineração 2030, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), aponta invariavelmente para a expansão das atividades minerais sobre novas fronteiras, com destaque para a Amazônia, onde deverá se concentrar a maior parte dos recursos previstos a serem investidos pelo setor nos próximos 15 anos.

Ao analisar as mudanças propostas para o novo Código da Mineração, atualmente em debate no Congresso Nacional, é possível não apenas inscrevê-lo no processo de reordenamento normativo em curso, mas compreender, a

---

12 A Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, expedida pela Advocacia Geral da União (AGU) visa regulamentar a atuação de advogados e procuradores em processos judiciais que envolvam áreas indígenas em todo o país.



partir dele, algumas especificidades desse processo.

O artigo 109 incluído no substitutivo ao Projeto de Lei referente ao novo código mineral prevê, por exemplo, a anuência da futura Agência Nacional de Mineração sobre a criação de qualquer atividade ou limitação que tenha potencial de gerar impedimento à atividade da mineração (o que seguramente inclui o estabelecimento de áreas destinadas à tutela de interesses, tais como unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas). Na prática, tal dispositivo atua no sentido inverso à proteção e garantia dos direitos à terra e ao território, que deveriam se sobrepor ao interesse minerário. Se aprovada, essa proposta limitaria as políticas de conservação da biodiversidade e o reconhecimento de direitos territoriais de populações tradicionais que possuem práticas socioculturais específicas de uso do território, e que têm seu direito originário às terras que ocupam reconhecido pela Constituição.

Antes de propor mecanismos que contribuam para garantir a participação de grupos frequentemente excluídos da tomada de decisão em função de barreiras políticas, culturais e econômicas, o substitutivo proposto pela comissão que analisou o Projeto de Lei enviado pelo Executivo tende a favorecer a concentração dos benefícios do desenvolvimento nos grupos econômicos e a manter a concentração dos danos ambientais da mineração sobre os mais destituídos. Como exemplo, temos a proposição de uma série de mecanismos que dão segurança jurídica aos empreendedores, restringem a governança pública dos recursos minerais, limitam a criação de áreas destinadas à proteção de direitos territoriais e da biodiversidade, garantem consulta quando decisões governamentais afetarem negativamente a atividade minerária, sem que o mesmo seja garantido às comunidades e grupos atingidos.

Por outro lado, não são mencionados na proposta do Executivo ou do Legislativo os critérios para definição de áreas e situações em que os prejuízos econômicos e ambientais gerados pela mineração inviabilizariam sua implementação, o direito de consulta das comunidades impactadas e as normativas para a garantia de saúde ocupacional dos trabalhadores da mineração. Também está ausente a criação de mecanismos de regulação que garantam a internalização dos custos socioambientais nos projetos, que evitem uma completa dependência da economia local à mineração, cuja vida é relativamente curta, ou que definam a escala e ritmo em que as atividades minerárias devem ser instaladas e operadas com vistas a garantir o uso racional dos bens minerais e a precaução frente aos potenciais impactos socioambientais da atividade.

Tais propostas de reordenamento normativo elaboradas pelo Executivo e pelo Legislativo apontam ainda para uma especificidade desse processo bastante emblemática: mais que simplesmente garantir, por meio da liberalização, a expansão sobre novas fronteiras de atividades consideradas estratégicas, o Estado é chamado a assumir um papel ativo, tornando-se agente da expansão

das fronteiras de acumulação, a partir da criação de condições financeiras (via financiamento público), normativas (via estabelecimento de mecanismos que garantam maior segurança jurídica aos empreendedores) e políticas, tomando para si a tarefa de redefinir as condições em que determinados territórios estarão sob vigência ou não das regras mercantis.

### Avanço mineral e as desigualdades socioespaciais nos municípios da Amazônia

Os municípios são entes federativos da mesma forma que os estados e a União, de acordo com os termos da Constituição de 1988. Contudo, os primeiros são os elos mais frágeis da corrente, posto que possuem quase nenhuma capacidade de se contrapor ou fazer valer seus direitos diante da decisão dos executivos estaduais e federal, e mesmo da iniciativa privada, em implementarem grandes projetos de infraestrutura ou empreendimentos intensivos no uso de recursos naturais. Os impactos negativos são muito bem localizados, os benefícios nem tanto.

Ao analisar as implicações do Projeto Grande Carajás sobre o território paraense, Hébette (1989) faz uma clara distinção entre coerência e racionalidade, para demonstrar o fosso entre os resultados alcançados em benefício da sociedade com aquele tipo de empreendimento e os ganhos imediatos obtidos pelos atores sociais favorecidos pelas benesses do Estado brasileiro para investir na Amazônia. O autor, historicizando o movimento corporativo na região, ressalta não haver um “plano” nacional no que diz respeito aos investimentos extrativistas capitaneados por agentes externos, mas uma “loteria” de “oportunidades” em que cada empresa “faz o seu lance conforme seu interesse do momento”.

Desde final dos anos 1980, os benefícios seguem sendo apropriados por poucos, enquanto os impactos negativos são socializados entre a população amazônida, mas muita coisa mudou: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi privatizada e se tornou uma das maiores empresas de mineração do mundo; o Estado brasileiro – com uma coalizão de forças políticas capitaneada por um partido de centro-esquerda – retomou a implantação de grandes projetos na Amazônia; as fronteiras amazônicas tornaram-se oportunidades de negócios e não são mais encaradas somente como problema de segurança nacional; está em andamento a integração econômica sul-americana etc. Não obstante, algo de essencial permanece: a Amazônia continua a ser tratada como fonte de matérias-primas para a satisfação de poderosos interesses exógenos à região.

Ao longo da segunda metade do século XX, a Amazônia passou por profundas transformações. A ideia de que se tratava de uma região desconectada das demais parcelas do país, despovoada, carente de empreendedores, atrasada

e inóspita continuou fazendo parte do referencial que orientou as políticas governamentais. Vieram as rodovias Cuiabá-Santarém, Transamazônica, as hidrelétricas de Balbina e de Tucuruí e a elas agregaram-se outras mais. O território amazônico foi esquadrihado, ocupado e controlado por grandes empresas nacionais e transnacionais e, finalmente, as extensas fronteiras da Amazônia tornaram-se valiosas à intensificação das trocas comerciais, em um ambiente de integração regional a partir da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

É nesse contexto que se efetiva uma nova dinâmica espacial da região, “marcada por reordenamentos territoriais criadores das bases socioespaciais para os grandes projetos de exploração mineral, hidroelétricos, agropecuários e madeireiros” (Nahun e Castro, 2013: 17). O território, portanto, é reordenado, a ele são atribuídos novos usos, novas formas de ocupação, alterando significativamente os modos de vida locais preteritamente existentes, afetando de maneira especial os povos indígenas e as comunidades tradicionais, bem como moradores de antigos núcleos urbanos, como ocorreu no município de Juruti, no Pará.

Neste período, a fração do território onde se instalou a empresa [*Aluminium Company of America* (ALCOA)] é comandada por interesses exógenos; o lugar deixa de ser palco, produto e condicionante de processos endógenos e regionais; o tempo do rio deixa de comandar a vida, transforma-se em verdadeira estrada por onde o intenso fluxo de barcos, balsas e navios transportam pessoas, veículos e equipamentos provenientes dos mais diversos lugares do Brasil e de outros países, intensificados no início do século XXI. Delineia-se um novo capítulo da história dos projetos minero-metalúrgico na Amazônia (Nahun e Castro, 2013: 15).

Não somente o espaço, mas o tempo também foi completamente pervertido pela expansão acelerada do capital na Amazônia. É a imposição do *tempo-mercadoria*, um tempo acelerado, o das grandes corporações, o tempo dos financistas, da globalização financeira; o tempo da obtenção do lucro e da circulação apressada das mercadorias para os diferentes cantos do planeta. Um tempo que se confronta com aquele vivenciado por ribeirinhos, agricultores familiares, vilarejos, pescadores, extrativistas e outros. Estabelece-se, enfim, outro tipo de conflito: o *conflito temporal* (Silva, 2012). Tal maneira de vivenciar o tempo se choca frontalmente com o *tempo da natureza*, o tempo da vida das comunidades:

Nos sítios, a sociabilidade do trabalho era ritmada pelo tempo natural, uma temporalidade diferente daquela predominante nos sistemas técnicos da ALCOA (...). O camponês caboclo usava o território como grande despensa, onde se plantava a mandioca, coletavam-se frutas, ervas, raízes, sementes, pescava-se o camarão, o peixe de escama e o peixe de pele, tudo

isso num tempo que não é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais (Nahun e Castro, 2013: 21).

Nos municípios sede dos empreendimentos de mineração, bem como naqueles situados próximos a eles, materializam-se os interesses das grandes corporações. Estas promovem alterações de diversas ordens. Um aspecto muito conhecido e tratado em diferentes estudos sobre o tema é o aumento das migrações internas – das áreas rurais para as áreas urbanas – e de outras localidades e regiões para as áreas onde se instalam os projetos, a exemplo do que ocorreu em Oriximiná e no seu entorno, no estado do Pará, com a exploração da bauxita pela empresa Mineração Rio do Norte (MRN). A instalação do projeto Porto Trombetas promoveu diversas mudanças naquela localidade, como o incremento populacional na sede municipal e a perda de população das áreas rurais. O atendimento desse contingente exigiu o desenvolvimento do setor de serviços, já que a sede “funciona como um ‘bolsão de força de trabalho’ disponível para trabalhar na MRN e nas suas empresas contratadas” (Souza, 2007).

O início e a intensificação da exploração mineral em Oriximiná podem ser apontados como fatores que contribuíram para a perda de população em municípios próximos, já que um contingente expressivo de pessoas para lá se deslocou à procura de empregos e outras oportunidades (Souza, 2007). Por outro lado, o aumento da população de Oriximiná significou maior pressão sobre os serviços públicos e o ambiente, além de impulsionar o mercado de terras e a especulação imobiliária, entre outras consequências, ampliando, dessa forma, as desigualdades socioambientais no território.

O aumento da população fez surgir novos núcleos urbanos, entre esses “destacam-se o núcleo urbano criado pela MRN, a *company town* de Porto Trombetas e os núcleos de ocupação espontânea às margens do projeto de mineração (o beiradão)” (Souza, 2007: 233). Alguns núcleos constituíram-se posteriormente em novos municípios: Curuá (1997) e Terra Santa (1993). Esse processo tornou ainda mais evidente as desigualdades socioterritoriais, pois enquanto nas áreas de ocupação espontânea as condições de vida são precárias, na *company town* a situação é muito diferente, na medida em que nesta destaca-se uma infraestrutura adequada aos funcionários e administradores, configurada como um enclave dentro do município, autosssegurado e quase que inteiramente controlado pela empresa.

A mesma situação ocorre no núcleo urbano de Carajás, no município de Parauapebas, sob o domínio da Vale S.A.. Na década de 1980 foi lançado o Programa Grande Carajás, “integrado, entre outros, pelo Projeto Ferro Carajás, com objetivo de exploração de minérios, concedido à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)” (Mercês, 2009: 198-199). Como ocorreu em outros lugares de instalação de grandes projetos de mineração, a mesorregião sudeste paraense – onde se localiza Parauapebas – passou por profundas

transformações socioterritoriais, em função da intensa migração para a região e a consequente formação e adensamento de núcleo urbanos, alguns deles resultando em criação de novos municípios mais adiante. Até hoje, centenas de pessoas continuam a chegar a Parauapebas todas as semanas, muitas das quais através do trem de passageiros da Vale S.A. – que funciona como verdadeiro indutor desse movimento migratório. Boa parte desse contingente vem do Maranhão e de outros estados do Nordeste.

O escritório local do Sistema Nacional de Empregos (SINE) atende cerca de 2.500 pessoas à procura de emprego em Parauapebas por mês. As vagas oferecidas são normalmente aquelas que não requerem maior qualificação profissional, mas ainda assim em quantidade insuficiente para que todo esse contingente consiga ser incluído no mercado de trabalho, ao que se expandem aceleradamente as periferias de Parauapebas.

Segundo Mercês, a iniciativa privada é a principal responsável pela “maior parcela do espaço urbano e da habitação produzidos em Parauapebas” (2009: 207). Isso se dá a partir da conversão privada de terra rural em urbana. A entrada de empresas do setor imobiliário de São Paulo, Brasília e Goiás é também outra característica do processo de apropriação de terras naquele município (Mercês, 2009).

Já em Barcarena, município distante cerca de 85 quilômetros da capital paraense e localizado na mesorregião Baixo Tocantins, estão instaladas grandes empresas da área de mineração como a Alumínio Brasileiro S.A (Albras/1978), Alumina do Norte do Brasil S.A (Alunorte/1995), Pará Pigmentos (1996) e Imerys Rio Capim Caulim (IR.CC/1996). Em 30 anos, a população do local cresceu cerca de 470%, saltando de 17.498 habitantes, em 1980, para 99.859, em 2010.

Ao longo dos anos, os problemas socioambientais se agravaram sensivelmente em Barcarena. Isto pode ser medido, por exemplo, nos diversos casos de contaminação de rios e de águas subterrâneas por conta do vazamento de rejeito de minério, sendo denunciada ainda por moradores do município a ocorrência de chuva ácida na região. O problema é tão grave que exigiu a intervenção do Ministério Público do Estado (MPE) para a conformação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa Imerys Rio Capim Caulim, cujo despejo de rejeito em rios e igarapés afetou as atividades econômicas de cerca de 500 famílias em 2008.

No Pará, os municípios com forte atuação das empresas de mineração encontram-se entre os maiores responsáveis pelo Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Com relação à Barcarena, em 2009 o seu PIB atingiu cerca de R\$ 3,2 bilhões e o seu PIB per capita a R\$ 35 mil (BRASIL, 2012), “sendo o terceiro entre os dez maiores PIBs per capita do estado. Entre estes, sete são de municípios que abrigam grandes empreendimentos de mineração e de energia” (Silva e Moraes, 2012: 20). Contudo, tais números – mais do que

economias pujantes – revelam um profundo quadro de desigualdades sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano de Barcarena (IDH-M) alcançou 0,662, em 2010. Tal índice coloca Barcarena na 14ª colocação entre os 144 municípios paraenses, mas somente na 2.846ª posição no plano nacional<sup>13</sup>.

Por outro lado, se observarmos o faturamento das empresas de mineração e o que é repassado aos municípios em termos de impostos, taxas e tributos veremos que o quadro de desigualdade é grande. O mesmo pode ser notado com referência aos repasses constitucionais. Ilustremos com o caso de Barcarena:

O montante das transferências constitucionais para o município cresceu quase dez vezes entre 1997 e 2009, saltando de R\$ 11.329.051,62 (onze milhões, trezentos e vinte e nove mil, cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos) para R\$ 103.222.082,44 (cento e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). Todavia, apenas como comparação, de 2000 a 2009 as empresas localizadas em Barcarena faturaram cerca de US\$ 15.975.309.034,00 (quinze bilhões, novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e nove mil e trinta e quatro dólares) (Silva e Moraes, 2012: 24).

Em geral, a instalação de grandes empreendimentos de mineração faz com que a arrecadação municipal aumente substancialmente. Não obstante, e isto é facilmente constatável, o volume obtido é incapaz de fazer frente ao atendimento das demandas que também crescem exponencialmente. A falta de moradia, a carência de infraestrutura, a fragilidade dos serviços públicos, o aumento das diferentes modalidades de violência, os problemas ambientais e os conflitos pela terra, entre outros, se avolumam de tal forma que não raramente adquirem potencial desestabilizador do poder local. Junte-se a isso o fato de que o fortalecimento da capacidade financeira dos municípios-sede de grandes projetos amplia o fosso entre estes e os demais.

Em diferentes perspectivas, o quadro aqui apresentado mostra de maneira clara que a implantação de projetos de mineração não representa a superação das históricas desigualdades materializadas nos municípios, principalmente naqueles que apresentam grandes fragilidades institucionais, pouca capacidade de se contrapor às determinações que lhes são exógenas e até mesmo de dialogar com empresas transnacionais e/ou governos.

A disputa pelo acesso, uso e controle de territórios se expressa de distintas formas. Todavia, é evidente o potencial dos projetos de mineração de disseminar conflitos onde quer que sejam instalados, potencializados pela conjuntura de nosso país, onde muitas das conquistas democráticas

---

13 Podemos dizer que a situação de Parauapebas é “menos pior” do que a de Barcarena, pois ocupa a 3ª colocação no *ranking* paraense e a 1.454ª posição no plano nacional. Já o município de Juruti, onde está instalada a ALCOA, a situação é mais grave. O IDH-M de Juruti é de 0,592, o que lhe coloca na 58ª posição entre os municípios paraenses e na desonrosa 4.331ª colocação no Brasil.

vêm sendo paulatinamente desconstruídas para dar vazão aos interesses das corporações envolvidas com a mineração e outras agendas extrativistas. Não é à toa, portanto, o investimento dessas empresas para garantir uma grande representação parlamentar alinhada aos seus objetivos, desde o plano local até outras escalas mais abrangentes, influenciando decisivamente na definição das políticas governamentais e tensionando aproximações cada vez mais perversas entre os interesses públicos e privados. Nesse “duelo de Titãs”, os municípios, principalmente os pequenos e mais distantes dos grandes centros urbanos, e suas populações são os elos mais frágeis.

## Referências bibliográficas

BELO SUN MINERAÇÃO LTDA (2012). *Relatório de impacto ambiental Projeto Volta Grande*. 2012. Disponível em: [http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002\\_RIMA\\_REVISADO.pdf](http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002_RIMA_REVISADO.pdf)

BITTENCOURT, Carlos. *Dilemas do novo Código da Mineração*. Mimeo, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Os impactos da mineração nas águas*. Mimeo, 2013b.

BITTENCOURT, Carlos; BOSSI, Dário e SANTOS, Rodrigo. O crescimento cruel do Brasil da mineração. *Democracia Viva*, edição de 09 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/o-crescimento-cruel-no-brasil-da-mineracao/>

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2009*. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1). Acesso em: 12/08/2012.

BUSTAMANTE, L.A.C; CAVALCANTE FILHO; J.T.; BIATO, M. F; GOMES, C. J. V. *Análise do Projeto de Lei de Marco Regulatório da Mineração no Brasil*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, set./2013. (Texto para discussão n. 137). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 5set. 2013.

CACCIA BAVA, Silvio. O nó do desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição n. 70, Ano 6 Maio, 2013.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2011*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em debate*. v.1, n.2, p 111-125, janeiro-abril e maio-agosto, 2010.

DNPM. *Anuário Mineral Brasileiro*. Vol. 35, 2010. Disponível em: [http://www.dnpm.gov.br/relatorios/amb/Completo\\_2010.pdf](http://www.dnpm.gov.br/relatorios/amb/Completo_2010.pdf)

\_\_\_\_\_. *Maiores arrecadadores CFEM*. 2012 (a). Disponível em: [https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx)

\_\_\_\_\_. *Informe mineral*. Jul/Dez 2012 (b). Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/>



mostra\_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7594

ESTERCI, Neide e SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan.- abr. 2010.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Desenvolvimentismo, etnicidade e questão agrária. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2011, vol. 19, n. 1, pp.182-223.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *O boom da mineração e seus efeitos*. 2012. Disponível em: [http://issuu.com/ibase/docs/factsheet\\_obs/4?e=0](http://issuu.com/ibase/docs/factsheet_obs/4?e=0)

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Aço da devastação. *Revista do Observatório Social*. Edição especial, junho 2011. Disponível em: [http://papelsocial.files.wordpress.com/2011/06/o\\_ac3a7o\\_da\\_devastac3a7c3a3o1.pdf](http://papelsocial.files.wordpress.com/2011/06/o_ac3a7o_da_devastac3a7c3a3o1.pdf)

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MALERBA, Julianna e MILANEZ, Bruno. Para que um novo código mineral. *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez, 2012.

MERCÊS, Simaia. Aspectos recentes da produção habitacional em cidade sob influência de um grande projeto econômico: O caso de Parauapebas. In: TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro e outros (org.). *Pequenas e Médias Cidades na Amazônia*. Belém: FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA; Observatório Comova, 2009.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Julianna e outros. *Novo Marco legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MILANEZ, Bruno e SANTOS, Rodrigo. *Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? Anais do 37º Encontro anual da ANPOCS*. Caxambu/MG, 2013. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=8676&Itemid=429](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8676&Itemid=429)

MME – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. BRASIL. *Plano Nacional de Mineração 2030*. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2011.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal *de Expansão de Energia - 2020*. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2010. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/PDEE/20120302\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20120302_1.pdf)

NAHUN, João Santos e CASTRO, Isabela Andrade de. Um capítulo da questão agrária na Amazônia: mineração e campesinato no município de Juruti (PA). In: OLIVEIRA, Janete (org.). *Espaço, Natureza e Sociedade: olhares e perspectivas*. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia Sangrando (de FHC a Lula)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2009.

RELATORIA DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE. *Mineração e Violações de Direitos: O projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.* Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Texto: Cristiane Faustino e Fabrina Furtado. Acailândia (MA). 1ª Ed., 2013.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. Brasília: Instituto Socioambiental, 2005.

SILVA, José Guilherme Carvalho. *Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira*. Tese de doutorado. NAEA/UFPA, 2012.

SILVA, José Guilherme Carvalho, MORAES, Maura Rejane Lameira. *Posicionamento da Rede da Sociedade Civil Pró-Fórum em Bacarena: Por uma Bacarena justa, democrática e sustentável*. Belém, mimeo, 2012.

SOUZA, Patrícia Feitosa de. Desigualdades espaciais e a questão tributária no entorno da Mineração Rio do Norte (PA). In: COELHO, Maria Célia e MONTEIRO, Maurílio (orgs.). *Mineração e reestruturação espacial da Amazônia*. Belém; NAEA, 2007.

VIANNA JR., Aurélio. *Destinação de terras públicas devolutas e terras comunitárias na Amazônia*. Mimeo, 2013.

WANDERLEY, Luiz Jardim Moraes. Recursos minerais na Amazônia brasileira: impactos e perspectivas. In: MALERBA, Julianna e outros. *Novo Marco legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* Rio de Janeiro: FASE, 2012.

Texto recebido em novembro de 2014.

## Copa, gênero feminino

Maíra Kubik Mano<sup>1</sup>



Marcha das Vadias  
Fernando Frazão/Abr

Bundas, seios, praia, calor, bossa-nova, samba, Carnaval. Em cima de carros alegóricos ou no meio da pista, mulheres exibem corpos considerados como os mais belos. Besuntados de purpurina, cercados de penas artificiais por todos os lados, elas dançam, cantam, festejam. Não há regras, apenas o cronômetro da Sapucaí e os olhares atentos do júri, da imprensa e da torcida.

A cada verão no Hemisfério Sul essa imagem hipersexualizada do Brasil é transmitida mundo afora pelos meios de comunicação. A atmosfera, que dura apenas poucos dias, transcende, tornando-se uma das representações permanentes mais conhecidas do país no exterior. Não à toa, no vídeo promocional da Fifa esses foram os símbolos escolhidos, ao lado dos jogadores da seleção e do Cristo Redentor<sup>2</sup>, para estimular a vinda de torcedores para a Copa do Mundo de 2014.

Essa “ideia”, no sentido weberiano do termo, da mulher brasileira não é novidade. Desde os primeiros relatos portugueses-cristãos sobre a sexualidade das indígenas que não “se envergonhavam” de suas ‘vergonhas’<sup>3</sup>, perdura a representação do país como um lugar com excesso de liberdade e promiscuidade. Essa representação também foi incorporada à própria subjetividade e ao cotidiano nacional. Como aponta Kamala Kempadoo em relação à sexualidade caribenha – uma análise que pode ser transportada para

---

1 Máira Kubík Mano é jornalista e cientista social, doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes na Université Paris 7 - Diderot.

2 FIFA TV. *The 2014 FIFA World Cup is coming!* 31 mai. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xuY6l4HhDzE&feature=c4-overview-vl&list=PLC6A454DD385AAB9E> Acesso em: 15 jan. 2014.

3 Os termos estão presentes na carta de Pero Vaz de Caminha ao trono português em 1500.

o Brasil –, “nós não podemos vê-la apenas como uma fabricação da mente e da imaginação europeias, ou descartá-la como discursos coloniais ou metáforas, mas precisamos também ver a hipersexualidade como uma realidade vivida e que pulsa” (Kempadoo, 2004: 1). Kempadoo cita Frantz Fanon para comentar o quanto os discursos coloniais podem estar profundamente inseridos na psique e no comportamento dos colonizados.

Tampouco é novidade o fato de tal ideia ser uma mercadoria e de que ela seria utilizada como um dos elementos para compor o cenário da Copa e dos Jogos Olímpicos de 2016. Nos países colonizados, a sexualidade está profundamente ligada à economia e, ao longo do tempo, os corpos se mantêm como artigo de troca e venda. Para Kamala Kempadoo,

a exploração e opressão que produziram hierarquias raciais e que foram, em parte, constituídas através da sexualidade não o foram apenas devido à noções de superioridade de um grupo, mas estavam evidentemente alojados na busca por riqueza – pela acumulação de riqueza e lucros pelas elites da Europa. (Kempadoo, 2004: 39)

Admitindo que a sexualidade está profundamente ligada à economia e considerando a Copa do Mundo e as Olimpíadas como dois megaeventos que movimentam-na intensamente, de que maneira então as mulheres brasileiras serão afetadas por eles? Será que podemos pensar em impactos específicos sobre elas?

Para responder a essas perguntas, levanto a hipótese de que os megaeventos não trarão situações novas de desigualdade na estrutura hierárquica que coloca os homens acima das mulheres, mas sim tornarão mais agudas aquelas que já são vivenciadas por elas. Argumentarei que isso se dará particularmente em duas esferas:

1 - Entre as mulheres trabalhadoras informais ou sem regulamentação, com destaque para as profissionais do sexo;

2 - Entre as mulheres que integram famílias removidas de áreas afetadas pelas obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Embora os megaeventos ainda não tenham acontecido, ações em curso, tais como remoções e despejos e restrições ao trabalho informal apontam tendências, em especial no Rio de Janeiro, em Recife, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Fortaleza, cidades que receberam em 2013 a Copa das Confederações, considerada pela Fifa (Federação Internacional do Futebol) e pelo governo federal como um ensaio geral do evento maior. Minha proposta é recolher os relatos de algumas das pessoas que acompanham os preparativos dos megaeventos, a partir do ponto de vida das comunidades afetadas e dos movimentos sociais que orbitam em torno dessa pauta, com o objetivo de

começar a refletir sobre o tema. Uma terceira esfera importante, mas que não será contemplada nesse artigo, é a do tráfico de pessoas.

Nesta breve análise, partirei da compreensão de que homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão envolvidos em uma relação específica, as relações sociais de sexo, entendendo o sexo não como determinação biológica, mas como uma construção histórica e cultural. Considero que as bases dessas relações sociais são materiais e que se exprimem por meio de uma divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2004), em que o trabalho daqueles que são designados como homens é diferente do exercido por aquelas que são designadas como mulheres e é hierarquicamente mais valioso.

Dentro dessa perspectiva, incluo não apenas o trabalho que denominaríamos como clássico, formal ou informal, mas também os trabalhos doméstico, de procriação, psicológico/de cuidado e sexual<sup>4</sup>. Estes podem aparecer de maneira combinada, como no caso de um casamento em que a mulher executa boa parte dessas tarefas, ou separadamente – no caso de uma empregada doméstica ou de uma profissional do sexo<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, acredito que a relação social de sexo esteja imbricada com outras duas relações: de classe e de raça/etnia. “Imbricadas” por essas relações ocorrem de maneira simultânea, inseparáveis, sem grau maior ou menor de importância entre elas.

## 1. Trabalho informal e sexo

No *Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*, organizado pelos Comitês Populares da Copa, dois pontos são criticados pelos diversos movimentos sociais, comunidades e pessoas que acompanham a organização do evento da Fifa no Brasil: a restrição ao trabalho informal e a criminalização da pobreza, com retirada da população de rua dos pontos turísticos.

Para Argemiro Ferreira Almeida, do Comitê Popular da Copa em Salvador (BA), “na Copa das Confederações ficou muito claro os limites, a força, qual é o poder econômico que está por trás de tudo isso”. Almeida cita as baianas de acarajé como um símbolo da precarização do trabalho informal. A princípio, elas seriam proibidas de comercializar a tradicional comida local durante os jogos.

---

4 Baseamos-nos aqui nas reflexões de DELPHY, Christine. *L'ennemi principal* (vols. 1 e 2). Paris: Syllepse, 1998 e 2001 e TABEL, Paola. *La grande arnaque*. Paris: Harmatann, 2004.

5 Nos relatos recolhidos por Tabet, vemos como uma profissional do sexo pode assumir tarefas domésticas ou de cuidado e apoio psicológico, demonstrando que, longe de ser uma categoria bem delimitada e fechada, a prostituição tem muitas nuances que a relacionam diretamente com os trabalhos executados por mulheres dentro do casamento, o que a autora denomina como “continuum econômico-sexual” (Tabet, 2004).

Depois de muita luta e de uma campanha online solicitando sua presença nos estádios, conseguiram negociar com a Fifa – não os patrocinadores, eles não queriam – um pequeno espaço na Arena Fonte Nova para vender o acarajé. Era uma área reservada, que não estava à vista. Na margem do estádio tinha somente os vendedores cadastrados. Havia vendedores ambulantes em todos os estádios, mas eles foram muito mais precarizados porque não eram os produtos que eles estavam acostumados a vender ou que eles mesmos fabricavam e sabiam o quanto iriam lucrar. Era ou a cerveja autorizada, ou o hot-dog autorizado pelos patrocinadores da FIFA. Não tem livre concorrência. Esse espaço que antes era público e poderia ser disputado livremente não existe mais. Ele foi transformado num espaço privado. Isso vale para tudo: para os ambulantes, para as mulheres prostituídas. (Coelho, 2012)

Em São Paulo (SP), Juliana Machado Brito, do Comitê Popular da Copa local, afirma que as mulheres trabalhadoras ambulantes serão as mais afetadas pela Copa:

Muitas vezes são idosas, trabalhadoras ambulantes com filhos, inclusive com deficiência, condições de moradia precária e que dependem desse trabalho para sobreviver. O Estado persegue os ambulantes por meio da força policial e são na sua maioria mulheres que não têm acesso ao trabalho formal. E isso tem um grande impacto na economia popular. Na Copa haverá zonas de exceção, zonas de exclusividade da Fifa em que somente os produtos dos patrocinadores poderão ser vendidos.

Trabalhadoras ainda sem regulamentação no Brasil, as prostitutas também aparecem nos relatos como setor impactado pelos megaeventos. Almeida afirma que, em Salvador, as trabalhadoras do sexo, que também atuam na informalidade, têm sofrido perseguição.

Aqui, as mulheres que se prostituem também estão vendendo alguma coisa, uma água, pipoca, enfim. Elas estão num duplo trabalho: o trabalho informal e o sexual. Essas mulheres também sofrem pressão. Foram ameaçadas a não trabalhar em determinados espaços, lugares e horários. E aquele é o espaço de trabalho delas.

Algo semelhante esteve perto de ocorrer em Belo Horizonte quando a Rua Guaicurus, conhecido ponto de prostituição na cidade, quase teve seus

hotéis fechados a pedido do Ministério Público de Minas Gerais em 2013, iniciativa vinculada pela imprensa e pelo juiz responsável à organização da Copa do Mundo (Soares, 2013).

No Dossiê dos Comitês Populares da Copa, um dos grupos citados como afetado pelos megaeventos é a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aspromig), que previa a “intensificação de tráfico sexual de mulheres durante os jogos” e com a insegurança em torno do local de trabalho (CPC, 2012: 41). Segundo Cida Vieira, presidenta da Aspromig, a associação está capacitando as profissionais para a Copa do Mundo.

Estamos dando cursos de idiomas, o inglês é o mais procurado. Esse ano, devido à violência, estamos fazendo parceria com os hotéis para colocar detectores de metais nas entradas, e com a Polícia Militar para ficarmos alertas sobre a violência contra a mulher e também contra as pessoas em geral que passam na região da Rua Guaicurus. Estamos trabalhando na perspectiva da quebra de preconceito, da cidadania e pela regulamentação da profissão. (CPC, 2012)

Para Viera, a violência e a falta de regulamentação são os principais problemas:

É importante aprovar o PL Gabriela Leite antes da Copa. Nós somos a favor dele porque ele tinha o apoio da Gabriela Leite e trazia proposta de organização de cooperativas. Esse não vai ser só o ano da Copa, vai ser o ano das putas! Pouco se fala das prostitutas, que são mulheres, cidadãs, que trabalham. O preconceito é demais. Eu defendo o direito, a legalização. Inclusive temos que criar uma lei que vai se chamar ‘Putá Maria’, porque a Lei Maria da Penha não abrange as prostitutas. Na Copa das Confederações, lutamos pela higienização dos hotéis e das boates. Ameaçavam fechar a rua Guaicurus, mas não conseguiram. (CPC, 2012)

## 2. Remoções

Outro ponto destacado pelos Comitês Populares da Copa são as remoções. Seus integrantes estimam que entre 170 mil a 250 mil pessoas serão ameaçadas ou removidas por conta dos megaeventos no Brasil (CPC, 2012: 6).

Em São Paulo, Juliana Machado Brito afirma que “as mulheres estão na linha de frente da luta contras remoções. É uma luta majoritariamente



feminina. Claro, o machismo está sempre presente: os homens nos processos de negociação acabam tomando a frente. É uma luta cotidiana das mulheres.” Para Brito, “as mulheres são mais afetadas que qualquer outro grupo, exceto as crianças, porque elas geralmente são as responsáveis pela moradia”:

São as mulheres que cuidam da casa, que colocam a renda familiar lá, são as mulheres que cuidam dos filhos. Na comunidade da Paz, na Zona Leste, elas estão muito bem localizadas, em uma espécie de centro do entorno. Têm acesso a emprego, hospital, creche, escola, equipamentos de assistência social, lazer, transporte. É melhor do que áreas periféricas a 2 ou 3 quilômetros dali. Então elas vão ser diretamente afetadas se forem removidas porque tem que dar conta de cuidar da casa, dos filhos, de trabalhar. Essa população vai ser substituída por outra de classe média e classe média alta que vai poder pagar pela moradia ali. E os que estão sendo removidos serão expulsos para cada vez mais longe. (CPC, 2012)

Brito detalha o caso da comunidade da Paz:

Ela fica a 800 metros do estádio. A área que a favela está é da Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação) e a Prefeitura quer tirar 101 famílias de lá, das quase 400 que moram no local, até junho, antes da Copa. Existe um discurso que isso não é uma obra oficial da Copa e que elas estão em risco. Mas elas moram lá há 22 anos e o Estado nunca se preocupou com essa situação. Os moradores elaboraram um plano popular como alternativa à falta de propostas da Prefeitura. Nesse plano consta a possibilidade de parte das famílias ser reassentada em terrenos muito próximos da área atual e das demais famílias permanecerem com a urbanização daquela área. Isso é diferente da desapropriação, que é um processo judicial que acontece quando a pessoa é proprietária do terreno e o Estado precisa fazer uma obra pública. Isso se acelera com a chegada da Copa do Mundo, mas é algo que existia há bastante tempo. É uma expansão que aumenta com a crise global, em que o capital imobiliário e as corporações vem explorar as metrópoles do sul do mundo que ainda tem possibilidade de expansão. No caso de Itaquera, as obras que são muito próximas do estádio, na Avenida Jacu-Pêssego, prolongamento da Radial Leste, são obras que não teriam acontecido num prazo tão curto e dessa maneira se não fosse a Copa. (CPC, 2012)

Antonieta Simões dá testemunho semelhante. Moradora da comunidade do Campinho, no Rio de Janeiro, ela foi removida de sua casa porque o local ficava em uma das áreas em que está sendo construída a TransCarioca, via de ligação entre o Aeroporto Internacional do Galeão e a Barra da Tijuca. A obra, a princípio, estaria pronta para a Copa do Mundo<sup>6</sup>. Para não retirar a filha da escola nem ficar longe de seu local de trabalho e da família, Simões mudou-se para um morro ao lado:

A comunidade inteira saiu. Em 2010 começaram as pressões para demolir as casas. Só sabíamos que a nossa comunidade ia sair, mas não sabíamos quando. Nada de discutirem projeto com a gente e nada de dizer se ia ser necessário sair, para onde a gente ia. A gente ia na Prefeitura e nunca tinha resposta. Na Defensoria Pública a gente foi orientado pelo Núcleo de Terras. Mas toda vez que o defensor público nos orientava em alguma coisa, a Prefeitura vinha nos aterrorizar e dizer que tínhamos que sair. Ofereceram depois de ir para Cosmes, a 60 quilômetros daqui. Muitas pessoas acabaram indo porque não têm instrução nenhuma e se sentiram coagidas. A princípio só disseram que tínhamos que desocupar o espaço e não falavam em indenização. Eu fiquei lutando. Eu não saí. Para mim era inviável porque meu trabalho é próximo daqui, a minha filha estuda perto de casa e a minha família também. A luta foi por uma indenização justa. Ofereceram então o bolsa-aluguel de três meses, já descontado de uma indenização de R\$ 37.500,00 para todo mundo, independentemente do tamanho da casa. E só conseguimos isso por conta de muitas brigas. Estamos tentando receber mais da Justiça. Tem um valor depositado em juízo para o proprietário de todas as casas da área, que é morto e não tem ninguém para receber. É mais de R\$ 400 mil para dividir entre os moradores, mas sabe Deus quando vamos receber. A comunidade acabou se separando e os que foram para Cosmes se arrependeram. (CPC, 2012)

Antonieta Simões avalia o quanto a remoção a prejudicou:

Agora estou numa outra comunidade perto, no topo do morro. É complicado estar subindo o tempo todo. Antes a gente morava no

---

6 Segundo as últimas notícias, a TransCarioca só estará operante a partir do segundo semestre de 2014. JORNAL O Globo. *Obra do BRT Transcarioca ainda está longe do fim*. 22 nov. 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/obra-do-brt-transcarioca-ainda-esta-longo-do-fim-10850625>. Acesso em: 25 jan. 2014.

plano. Mas o único lugar que você pode morar com esse dinheiro que ganhamos é em cima do morro. Antes a vizinha ia levar o filho na creche e aproveitava e deixava minha filha na escola que ela estuda. Agora não. Tem que pagar alguém pra tomar conta do filho, pagar transporte para levar e buscar filho na escola. Tem que se adaptar ao morro e à nova vizinha. E lá é milícia então eu não sei com quem estou lidando. Minha qualidade de vida caiu muito. Morava perto de escola, de mercado. Agora estou bem no topo do morro. Nem dá para levar sozinha sacolas de compra. Às vezes a gente fica sem esperança. A Copa teria que ser algo muito legal para a gente, deixar um legado. Mas o que acontece é o Prefeito cada vez mais rico com tantas obras.” (CPC, 2012)

### 3. Capitalismo regulatório

São muitos casos e denúncias, caberia acompanhar cada um em detalhe. Esses relatos prévios dão conta que processos de remoção e desapropriação em curso nas cidades escolhidas para sediar a Copa – e no Rio de Janeiro, também os Jogos Olímpicos – foram acelerados. Da mesma maneira, foi agravada perseguição existente aos trabalhadores informais, limitando sua possibilidade de trabalho.

Soma-se a isso a confirmação de que as mulheres têm sido prejudicadas de maneira específica, enquanto classe, nas funções que lhes são atribuídas a partir da divisão sexual do trabalho, diretamente imbricada com a divisão social do trabalho. Quando afastadas do local onde vivem, perdem a infraestrutura que poderia contribuir para amenizar sua dupla ou tripla jornada: creches, escolas, postos de saúde e hospitais e a própria comunidade, como demonstra o depoimento de Antonieta Simões. Como trabalhadoras informais ou sem regulamentação, estão expostas à violência e, por vezes, à impossibilidade de conseguir renda. Assim, dentro de um contexto de megaeventos que movimentam bilhões de dólares a cada edição, é possível afirmar que as mulheres estão perdendo o jogo.

Por outro lado, casos como o da favela da Paz, em São Paulo, das baianas do acarajé em Salvador, da Aspromig, em Belo Horizonte, e da antiga comunidade do Campinho, no Rio de Janeiro, têm demonstrado que a realidade está em permanente transformação. Onde há impacto, há resistência.

Ao analisar a Olimpíada de Londres, Mike Raco afirma que não foi nada fora do normal, embora a literatura sobre os megaeventos tente fazer parecer que sim. Para ele, houve apenas uma amostra, bastante destacada, da maneira como opera o capitalismo regulatório. Segundo Raco,

sob o capitalismo regulatório, relacionamentos híbridos emergem entre os Estados e corporações poderosas, até o ponto em que as diferenças entre fornecedores e formuladores de políticas públicas se torna cada vez mais embaçada. As implicações das tomadas de decisões, da eficácia política e responsabilidade são potencialmente enormes conforme os interesses privados começam a se envolver na coprodução de todos os aspectos dos projetos urbanos. (Raco, 2012: 453)

Uma enorme oportunidade, enfim, para grandes empresas privadas conseguirem contratos e lucrarem, enquanto os de baixo, entre eles as mulheres, se questionam sobre o quanto têm perdido com os megaeventos e diagnosticam, a partir de dados materiais cotidianos, a mercantilização de suas vidas.

O discurso em torno da Copa e das Olimpíadas é de eficiência: os estádios e demais instalações ficarão pronto a tempo. Mas diante de uma certeza tão contundente, existem perguntas que não querem calar: quem se beneficia com tamanha eficácia e “sucesso”? E qual será a reação a isso?

## Referências bibliográficas

COELHO, R.D. *Fifa recua e afirma querer baianas tradicionais vendendo acarajé na Copa em Salvador*, Universo On Line (UOL), 03/11/2012. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/03/fifa-recua-e-afirma-querer-baianas-tradicionais-vendendo-acaraje-na-copa.htm>. Acesso em: 24 jan. 2014.

COMITÊS POPULARES DA COPA (CPC). *Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Jan. 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2014.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal* (vols. 1 e 2). Paris: Syllepse, 1998 e 2001.

KEMPADOO, Kamala. *Sexing the Caribbean - Gender, Race and Sexual Labor*. Nova York/Londres: Routledge, 2004.

KERGOAT, Danièle. *Division sexuel du travail et rapports sociaux de sexe*. In: HIRATA, Helena et. al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2004.

RACO, Mike. *The privatisation of urban development and the London Olympics 2012*. Londres: City, v. 16, n. 4, ago. 2012, p. 453.

SOARES, Mabila. *Justiça nega fechamento de casas de prostituição na Rua Guaicurus*, *Jornal O Tempo*, 22 nov. 2013. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-nega-fechamento-de-casas-de-prostitui%C3%A7%C3%A3o-na-rua-guaicurus-1.750237>. Acesso em: 24/01/2014.

TABET, Paola. *La grande arnaque*. Paris: Harmatann, 2004.

TRANSCARIOCA. *Página oficial*. Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/transcarioca/>. Acesso em: 25 jan. 2014.

Texto recebido em janeiro de 2014.



# Brasil em obras: aliciamentos, terceirização e degradação humana

Ou sobre como a construção civil se tornou  
o setor com mais casos de escravidão no país

Daniel Santini<sup>1</sup>



Trabalhadores da construção civil

Arquivo Abr

Em 2013, pela primeira vez, o número de pessoas resgatadas da escravidão<sup>2</sup> foi maior nas cidades do que no campo. A novidade, indicada em dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>3</sup>, está relacionada a uma atenção crescente das equipes de fiscalização às condições dos trabalhadores de setores econômicos tipicamente urbanos, como a construção civil e a indústria têxtil, mas também à multiplicação de infrações em obras no país.

Dos 2.192 trabalhadores resgatados em 2013 no Brasil, 866 foram libertados em canteiros; o que representa 40% do total. Para efeito de comparação, o segundo setor com mais resgates no ano passado foi a pecuária, com 264, ou 12%. Os números chamam a atenção, mas é a realidade dos resgatados que ajuda a melhor compreender a dimensão e a gravidade do problema.

Entre as vítimas estão migrantes de regiões de altíssima vulnerabilidade social, com histórias de vida marcadas por violações e falta de oportunidades. Foi na construção civil, por exemplo, que em 2013 foram resgatados 121 imigrantes que saíram do Haiti e acabaram escravizados em duas obras diferentes no

---

1 Daniel Santini é coordenador de jornalismo da ONG Repórter Brasil.

2 Desde 1995, quando o país reconheceu a existência de trabalho escravo contemporâneo e foram criados os grupos especiais de fiscalização móvel, mais de 45 mil pessoas foram libertadas. O trabalho escravo é crime previsto no artigo 149 do Código Penal brasileiro e pode ser caracterizado pela submissão “a trabalhos forçados”, pela restrição “por qualquer meio, de locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (servidão por dívida), e pela submissão sistemática a “jornadas exaustivas” ou “condições degradantes de trabalho”. BRASIL. *Código civil*. Alteração do art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. D.O. 11 dez. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm). Acesso em 08 abr. 2014.

3 A primeira análise sobre a reconfiguração nos resgates de trabalho escravo no país encontra-se em OJEDA, Igor. Escravidão urbana passa a rural pela primeira vez. *Repórter Brasil*. 6 fev. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/escravidao-urbana-passa-a-rural-pela-primeira-vez/>. Acesso em 08 abr. 2014.



Brasil: 100 deles na construção de casas de operários da mineradora Anglo American, em Conceição do Mato Dentro (MG), e 21 em obras de um conjunto residencial do programa de habitação do governo federal, Minha Casa, Minha Vida, em Cuiabá (MT). O Haiti é o país com menor Índice de Desenvolvimento Humano do continente. Com 0,456 pontos em uma escala de 0 a 1, o país ocupa a 161ª posição no último ranking global divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)<sup>4</sup>.

O caso é emblemático não só por envolver imigrantes do Haiti, país cuja população fez uma revolução para acabar com a escravidão colonial, mas pelas condições a que os 100 trabalhadores acabaram submetidos. O alojamento em que viviam foi comparado pelo auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos a uma “senzala colonial” e algumas das vítimas afirmaram em depoimento terem sido forçadas a continuar trabalhando por pelo menos três meses antes de poderem ir embora<sup>5</sup>. Nessa obra em questão, além de haitianos também foram resgatados migrantes nordestinos.

## Aliciamento e migrações

A exploração de trabalho escravo está diretamente relacionada à vulnerabilidade social e, não por acaso, as vítimas brasileiras costumam ser das regiões mais pobres ou desiguais do país. Além de apontar uma reconfiguração nos flagrantes, com o número de casos de trabalho escravo urbano ultrapassando os de rural, o levantamento da CPT também ajuda a visualizar o perfil das vítimas. De 28.702 trabalhadores resgatados entre 2003 a outubro de 2012, período em que foram analisados dados relacionados à concessão do seguro-desemprego, ao qual todo trabalhador resgatado tem direito, nada menos do que 7.319 são maranhenses (25,5%). O Maranhão é o penúltimo estado do país no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (0,639 pontos no índice de 0 a 1) à frente apenas de Alagoas<sup>6</sup>.

No que concerne ao aumento de casos na construção civil, uma das questões que mais preocupa, de acordo com autoridades envolvidas no combate

---

4 Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>. Acesso em: 08 abr. 2014.

5 Detalhes sobre os dois casos podem ser consultados em: WROBLESKI, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. *Repórter Brasil*. 23 jan. 2014 Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil>. Acesso em: 08 abr. 2014.

6 Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>. Acesso em: 08 abr. 2014.

à prática<sup>7</sup>, é o aliciamento nas regiões mais pobres do Brasil. Não raro, as empresas ignoram completamente a Instrução Normativa 90<sup>8</sup> do MTE, que regulamenta as condições para recrutamento e transporte de trabalhadores contratados em localidades diferentes. É um dos principais instrumentos para coibir a atuação de “gatos”, como são chamados os intermediários que atraem trabalhadores com promessas ilusórias de ganhos e garantias. Muitas das vítimas se endividam para conseguir chegar à obra e acabam tendo que trabalhar de graça, só para pagar os custos da viagem que deveriam ter sido cobertos pelos contratantes.

Cabe destacar que a migração de trabalhadores rurais para cidades acontece em um contexto marcado pela urbanização crescente, fenômeno que se intensificou nas últimas décadas e afeta não só o Brasil, mas todo o planeta. Foi em 2007 que, de acordo com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), pela primeira vez na história o número de moradores das cidades ultrapassou o do campo. O fluxo acelerado favorece a exploração.

A multiplicação de casos de aliciamento e a precarização das condições de trabalho estão entre os fatores que provocaram revoltas em canteiros de algumas das principais obras do país nos últimos anos. Em 2012, mais de 43 mil operários chegaram a cruzar os braços, em greve, interrompendo a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio<sup>9</sup>, no Rio Madeira, em Rondônia – 18 mil em Jirau e 25 mil em Santo Antônio. A crise chegou a tal extremo que o governo federal costurou um acordo para tentar garantir direitos de trabalhadores migrantes e assegurar o cumprimento da IN 90. Trata-se do Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção<sup>10</sup>, acordo tripartite estabelecido em 1º de março de 2012, que, apesar de ter sido anunciado pela presidenta,

---

7 Para a redação deste artigo, o autor consultou diferentes especialistas sobre o aumento de casos na construção civil, entre os quais a procuradora Christiane Nogueira, coordenadora regional da Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho; o auditor fiscal Renato Bignami, do Ministério do Trabalho e Emprego; e Xavier Plassat, coordenador da campanha de combate ao trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra.

8 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FB1E516DD0D20/IN%2090-%2029%2004%202011%20-%20Recrutamento%20de%20trabalhadores.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2014.

9 Mais sobre a crise em PYL, Bianca; SANTINI, Daniel; BARROS, Carlos Juliano. Mesmo com acordo greves e violações persistem em obras. *Repórter Brasil*. 28 mar. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/03/mesmo-com-acordo-greves-e-violacoes-persistem-em-obras/>. Acesso em 08 abr. 2014.

10 Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/compromissoconstrucao/termo-de-compromisso>. Acesso em: 08 abr. 2014.

Dilma Rousseff, como um novo “paradigma”<sup>11</sup> para o setor, trouxe poucos avanços reais e se resumiu a uma tentativa de fazer com que as construtoras se comprometessem a cumprir o que já estava previsto em lei. O que até hoje não acontece, pelo menos no sentido de evitar aliciamentos. Mesmo após o anúncio, as contratações irregulares continuam em curso.

Em 2013, a OAS, empresa que participou do lançamento do acordo, foi responsabilizada pelo aliciamento e submissão ao trabalho escravo de um grupo de 111 migrantes provenientes de Bahia, Maranhão, Pernambuco e Sergipe<sup>12</sup>. Contratados como carpinteiros, pedreiros e armadores nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP), o principal do país, os trabalhadores foram aliciados e alojados em 11 casas no município, onde viviam em condições degradantes. A escravidão foi caracterizada ainda por servidão por dívida, já que muitos dos empregados tiveram que pagar pelo transporte, chegando ao local endividados. Para atrair o grupo, os “gatos” fizeram promessas de bons salários, registro em carteira e vale-refeição.

## Responsabilidade terceirizada?

Em fevereiro de 2012, o engenheiro espanhol Raul Jurado Pozuelo, da Acciona Infraestructuras, chegou a ser preso pela Polícia Federal (PF) por colocar em risco a vida de operários e desrespeitar sistematicamente interdições feitas pelo MTE na construção de um Centro de Processamento de Dados para o Banco Santander, em Campinas, no interior de São Paulo<sup>13</sup>. Ele pagou fiança e conseguiu ser liberado no mesmo dia em que foi detido, mas o episódio ajudou a chamar a atenção para as infrações sistemáticas na obra. Antes da autuação, outras interdições haviam sido violadas – um mês antes, um trabalhador caiu de um andaime que havia sido interditado por auditores fiscais por oferecer riscos e teve fratura exposta.

O episódio envolvendo infrações trabalhistas graves na construção de uma unidade daquele que é considerado o maior banco privado estrangeiro em

11 O discurso da presidenta no anúncio do acordo encontra-se na íntegra. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-assinatura-do-compromisso-nacional-para-aperfeicoamento-das-condicoes-de-trabalho-na-industria-da-construcao>. Acesso em: 08 abr. 2014.

12 WROBLESKI, Stefano. Fiscais flagram trabalho escravo nas obras da OAS para ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos. *Repórter Brasil*. 25 set. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/09/fiscais-flagram-trabalho-escravo-em-obra-da-oas-para-ampliacao-do-aeroporto-internacional-de-guarulhos-sp/>. Acesso em: 08 abr. 2014.

13 PYL, Bianca. Engenheiro responsável por obra do Banco Santander é preso. *Repórter Brasil*. 10 fev. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/02/engenheiro-responsavel-por-obra-do-banco-santander-e-preso/>. Acesso em: 09 abr. 2014.

atuação no Brasil não é exceção. Os problemas no setor ocorrem de maneira generalizada e envolvem até grupos empresariais sólidos, com tradição e reputação. Em se tratando de escravidão contemporânea, entre as que foram responsabilizadas pela submissão de trabalhadores em canteiros de obras nos casos mais recentes estão, além da Anglo American e da OAS, as construtoras Brookfield, Emccamp, MRV e Racional, só para citar seis companhias que desenvolvem projetos com orçamentos milionários, quando não bilionários.

A multiplicação de casos de escravidão na construção civil, de acordo com os especialistas consultados para a redação deste artigo (ver nota de rodapé 6) está relacionada ao crescimento das terceirizações irregulares no setor. De modo a evitar gastos com encargos e tentar oferecer melhores orçamentos e preços finais, muitas empresas têm recorrido a subcontratações para execução de serviços, seja na totalidade da obra ou em partes. Cabe ressaltar que, apesar de representar economia imediata, tal estratégia pode resultar em prejuízo futuro<sup>14</sup>, já que, no entendimento da Justiça, “a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário”<sup>15</sup>. Em outras palavras, mesmo terceirizando a atividade-fim para qual foi contratada, a empresa continua responsável por garantir direitos e por eventuais violações cometidas na obra.

É com isso em mente que os fiscais têm responsabilizado grandes grupos empresariais, ignorando argumentos como o de que a situação flagrada não era de conhecimento da sede e de que a culpa é exclusiva da interposta terceirizada. Foi esse o posicionamento, por exemplo, da Racional Engenharia, que teve problemas na ampliação do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, na região da Avenida Paulista, em São Paulo. Após denúncia, 11 maranhenses foram libertados trabalhando como serventes e pedreiros na obra. A assessoria de imprensa da empresa alegou na época que os empregados eram terceirizados e a direção desconhecia as irregularidades encontradas. Pela jurisprudência consolidada, porém, a construtora que realiza a obra deve zelar pela segurança e bem-estar dos operários, sejam eles terceirizados ou não. No Brasil, a construção civil está ao lado do setor de saúde e do setor bancário entre as áreas econômicas que mais empregam trabalho terceirizado. Além da multiplicação dos casos de trabalho escravo, outro problema decorrente

---

14 Sobre prejuízos com infrações trabalhistas e a necessidade de transparência para investidores em relação aos problemas: GOMES, Rafael de Araújo. Investidores, trabalhadores e órgãos de regulação: algumas verdades. *Repórter Brasil*. 6 jan. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/investidores-trabalhadores-e-orgaos-de-regulacao-algumas-verdades/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

15 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Súmula 331*. Disponível em: [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_301\\_350.html#SUM-331](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331). Acesso em: 10 abr. 2014.

da banalização das terceirizações é o aumento do número de acidentes de trabalho<sup>16</sup>.

Para evitar a responsabilização por casos de escravidão e demais infrações trabalhistas, algumas corporações, não só da construção civil, mas de outros setores, pressionam o Congresso Nacional e o sistema judicial por mudanças. O Projeto de Lei 4.330/2004, do deputado federal Sandro Mabel (PL-GO), talvez seja o passo mais concreto no sentido de reduzir as proteções mínimas para terceirizados. Mais conhecido como PL das Terceirizações, o texto prevê que as empresas contratantes não devem mais ser responsabilizadas em casos como esses. O projeto quase foi colocado em votação no Congresso Nacional no ano passado, mas acabou sendo retirado da pauta após intensa mobilização de sindicatos e confederações de trabalhadores.<sup>17</sup> A possibilidade de mudanças acontecerem preocupa autoridades e, em 2012, foi criticada pelo procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT) Luís Antônio Camargo de Melo, durante o “Seminário sobre terceirização e precarização nas relações de trabalho”<sup>18</sup>.

## Poder público

Entre as empresas flagradas explorando escravos, chama a atenção o caso da MRV, principal construtora do programa de habitação do governo federal Minha Casa Minha Vida. Desde 2011, a construtora foi flagrada em quatro fiscalizações diferentes e considerada responsável pela escravidão de 85 trabalhadores em canteiros de obras em Americana (SP), Bauru (SP), Contagem (MG) e Curitiba (PR). Foram constatados casos de aliciamento e degradação humana. Entre os libertados, estavam operários que dormiam em espumas finas e até em papelão, direto no chão dos alojamentos.

---

16 Sobre a relação entre terceirizações e aumento de acidentes de trabalho vale conferir a reportagem sobre a libertação de 179 operários que trabalhavam na instalação e manutenção de postes da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), empresa de economia mista controlada pelo Governo de Minas Gerais. WROBLESKI, Stefano. Cemig é responsabilizada por flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas às de escravos. *Repórter Brasil*. 21 fev. 2014 pela. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/cemig-e-responsabilizada-por-flagrante-de-179-trabalhadores-em-condicoes-analogas-as-de-escravos/>

17 Centrais sindicais chegaram a fazer uma vigília no Congresso Nacional, cf. OJEDA, Igor Centrais sindicais fazem vigília contra PL das Terceirizações. *Repórter Brasil*. 13 ago. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/08/centrais-sindicais-fazem-vigilia-contra-pl-das-terceirizacoes/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

18 O posicionamento do procurador-geral e informações sobre a questão podem ser consultados em: PYL, Bianca. Aumento de terceirização preocupa Ministério Público do Trabalho. *Repórter Brasil*. 19 dez. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/aumento-de-terceirizacao-preocupa-ministerio-publico-do-trabalho/>.

A MRV teve crescimento acelerado nos últimos anos apostando em uma fórmula agressiva de custos mínimos para execução de obras públicas, com especial atenção para os editais para construção de habitações populares. Se por um lado tal estratégia proporcionou rápida ascensão e ajudou o presidente e fundador da MRV, Rubens Menin Teixeira de Souza, a entrar na lista de bilionários da revista Forbes, por outro fez com que o MPT aabrisse representação apontando “*dumping* social” e solicitando providências para a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O procurador Rafael de Araújo Gomes, responsável pela ação, defendeu no pedido que a conduta da empresa caracteriza-se pela “prática de infração da ordem econômica através da supressão maciça, em larga escala, de direitos trabalhistas, com a conseqüente obtenção de expressiva redução do custo do trabalho e, portanto, de vantagem arbitrária sobre a concorrência”<sup>19</sup>.

Por causa destes fatos, a MRV já foi inserida por duas vezes na relação oficial de empregadores flagrados com trabalho escravo, a chamada “lista suja”. Mantida pelo MTE e pela Secretaria dos Direitos Humanos, tal relação serve como parâmetro para a concessão de empréstimos e financiamentos públicos e para as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que se comprometem a não fazer transações comerciais com quem estiver na lista<sup>20</sup>.

Com acesso a recursos públicos bloqueados, a MRV viu suas ações caírem na Bolsa de Valores<sup>21</sup> e, em ambos os casos, rapidamente acionou a Justiça pedindo a suspensão imediata da inclusão na “lista suja”. Na última delas, o ministro Felix Fisher, do Superior Tribunal de Justiça, chegou a negar o pedido da construtora, mas a ministra Eliana Calmon derrubou a decisão de seu colega, beneficiando a empresa. O posicionamento da ministra foi criticado pela subprocuradora-geral da República Denise Vinci Tulio, que se posicionou após o Ministério Público Federal ser convocado a dar um

---

19 Mais informações sobre o caso estão disponíveis em: HASHIZUME, Maurício Graves violações trabalhistas embasam representação inédita contra a MRV. *Repórter Brasil*. 02 abr. 2012. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2026>. Acesso em: 10 abr. 2014.

20 Cabe destacar que, assim como há as empresas infratoras que violam ou ignoram de maneira sistemática aspectos da legislação trabalhistas, há também as que se preocupam não só em observar a lei como também em assumir compromissos reais para fortalecer o combate à escravidão contemporânea. Mais informações sobre o Pacto Nacional estão disponíveis em: <http://www.pactonacional.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

21 SANTINI, Daniel. Ações da MRV são as que mais caem na Bolsa de Valores após reinserção na "lista suja". *Repórter Brasil*. 2 jan. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/01/acoes-da-mrv-sao-as-que-mais-caem-na-bolsa-de-valores-apos-reinsercao-na-quot-lista-suja-quot/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

parecer sobre o caso<sup>22</sup>. Ao defender que a MRV deveria ser mantida na relação, ela destacou que “o trabalho escravo configura odioso desvirtuamento do Estado de Direito, principalmente em época de valorização da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade” e que “a legislação obriga a Administração a punir com rigor o trabalho escravo e a informar à sociedade sobre a sua ocorrência, por meio de mecanismos como o cadastro de empregadores”.

A responsabilidade do poder público, seja na contratação de empresas que foram flagradas com trabalho escravo, seja no financiamento das obras, tem sido questionada. Em 2013, o procurador Rafael Garcia, do MPT de Feira de Santana (BA), decidiu incluir o Banco do Brasil no processo movido contra as empreiteiras CSO Engenharia e Construtora Lima pelo flagrante de escravidão em obra do Minha Casa Minha Vida. Ao todo, 24 operários foram resgatados. Ao defender que o banco também tem culpa, o procurador destacou na ação que, “para viabilizar grandes operações econômicas, forma-se uma rede contratual. Se, portanto, ocorre algum tipo de violação no empreendimento, todos [da rede de contratos] devem ser responsabilizados”<sup>23</sup>.

No tocante à responsabilidade do poder público, cabe destacar que o aumento das fiscalizações e dos flagrantes no setor veio acompanhado de (ou motivou) pressão política e tentativas de interferência em fiscalizações. Dois casos emblemáticos envolvendo construtoras aconteceram em 2013. Em agosto, após detectar riscos para trabalhadores e tentar interditar um canteiro de obras de hidroelétrica de Jirau, em Rondônia, um fiscal recebeu um telefonema de Ruy Parra Motta, assessor do ministro do Trabalho, Manoel Dias. Após ser cobrado a dar explicações, ele acabou impedido de embargar a obra e a superintendente local, Ludma de Oliveira Correa Lima, suspendeu o poder da categoria para embargar obras sem seu aval<sup>24</sup>.

Caso semelhante aconteceu em Curitiba, onde, após inspeção, fiscais alertaram para riscos graves e defenderam o embargo das obras de ampliação de um dos estádios da Copa do Mundo, a Arena da Baixada, do Clube Atlético Paranaense. Em meio a atrasos no cronograma de construção e pressão pela conclusão da obra, a tentativa gerou reclamações por parte dos responsáveis

---

22 A cobertura completa sobre a disputa judicial e mais informações sobre os flagrantes estão disponíveis em: SANTINI, Daniel. MPF dá parecer contrário e MRV pode voltar para a “lista suja” do trabalho escravo. *Repórter Brasil*. 27 nov. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/mpf-da-parecer-contrario-e-mrv-pode-voltar-para-a-lista-suja-do-trabalho-escravo/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

23 Mais sobre o caso pode ser lido em: ZOCCHIO, Guilherme. Banco do Brasil é processado por trabalho escravo em obras do Minha Casa Minha Vida. *Repórter Brasil*. 17 set. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/09/banco-do-brasil-e-processado-por-trabalho-escravo-em-obras-do-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

24 SANTINI, Daniel. Auditores reclamam de interferência política em Rondônia. *Repórter Brasil*. 16 ago. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/08/auditores-reclamam-de-interferencia-politica-em-rondonia/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

por garantir a ampliação a tempo do Mundial. Mesmo com o alerta de grave risco para trabalhadores, o superintendente local, Neivo Beraldim, ignorou o pedido dos auditores. A obra só foi interditada após determinação da juíza do Trabalho Lorena de Mello Rezende Colnago, baseada em pedido da procuradora Marília Massignan Coppla, do MPT<sup>25</sup>.

Somente em fevereiro deste ano, depois de seguidas reclamações de interferência em diferentes estados, o Tribunal Regional do Trabalho da 14<sup>a</sup> região, que atende aos Estados de Rondônia e Acre, se posicionou, garantindo aos auditores independência e poder de embargar obras, em decisão que abrange todo o país<sup>26</sup>.

Posicionamento importante em um contexto em que é preciso chamar a atenção para infrações e abusos, e fortalecer mecanismos institucionais de um país ainda em construção.

Texto recebido em março de 2014.

---

25 CARSTENSEN, Lisa. Justiça embarga reforma da Arena da Baixada e aponta greve risco a trabalhadores. *Repórter Brasil*. 07 out. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/10/justica-embarga-reforma-da-arena-da-baixada-e-aponta-grave-risco-a-trabalhadores/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

26 REPÓRTER BRASIL. 18 fev. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/justica-garante-a-auditores-do-trabalho-poder-de-interdicao-e-embargo-em-obras/>. Acesso em: 10 abr. 2014.





Realização

Apoio



FASE



HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
BRASIL

